



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

Terça-feira, 2 de Outubro de 2007

Número 190

## ÍNDICE

### 2.º SUPLEMENTO

#### PARTE H

Penaparque 2 — Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E. M.

**Relatório n.º 12-Q/2007:**

Relatório e contas de 2004 ..... 28 744-(50)

#### PARTE J

Secundis Finance — Instituição Financeira de Crédito, S. A.

**Relatório n.º 12-R/2007:**

Relatório e contas de 2005 ..... 28 744-(55)

SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A.

**Relatório n.º 12-S/2007:**

Relatório e contas de 2006 ..... 28 744-(69)



## PARTE H

### PENAPARQUE 2 — GESTÃO E PROMOÇÃO DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS DE PENACOVA, E. M.

#### Relatório n.º 12-Q/2007

Sede social: Parque Industrial da Espinheira, Sala 8.  
Capital social: 50 000 euros.  
Pessoa colectiva n.º 506963802.  
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Penacova sob o n.º 1/040930.

#### Relatório e contas de 2004

#### Relatório de gestão

Nos termos da legislação em vigor submetemos à apreciação dos órgãos competentes o relatório de gestão e as contas relativas ao exercício de 2004, da sociedade Penaparque 2 — Gestão e Promoção de Equipamentos Municipais de Penacova, E. M.

#### 1 — Evolução da gestão

Em 2004 a empresa foi constituída e efectuado o seu registo na Conservatória do Registo Comercial de Penacova, perspectivando-se o início de actividade para Janeiro de 2005.

#### 2 — Evolução previsível da sociedade

A Penaparque 2, E. M., dará prioridade à gestão dos equipamentos que a Penaparque — Investimento e Gestão do Parque Industrial da Espinheira, L.ª, já assume, perspectivando-se a extinção desta sociedade.

Os equipamentos em causa são:

Edifício Administrativo e Bar do Parque Industrial da Espinheira;  
Parque de Campismo Municipal de Vila Nova;  
Parcómetros em Penacova;  
Negociação de instalação de um parque para produção de energia eólica na Serra da Atalhada.

#### 3 — Capital social

O capital social da empresa no valor de 50 000 euros foi subscrito e realizado na sua totalidade pelo município de Penacova.

Conservatória do Registo Comercial de Penacova, 26 de Março de 2005. — A Administração, (Assinaturas ilegíveis.)

### Balanço em 31 de Dezembro de 2004

#### ACTIVO

(Em euros)

	2004		2003
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido
<b>Imobilizado:</b>			
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>			
431 — despesas de instalação .....	—	—	—
432 — Despesas de investigação e desenvolvimento .....	—	—	—
433 — Propriedades industriais e outros direitos .....	—	—	—
434 — Trespases .....	—	—	—
441/6 — Imobilizações em curso .....	—	—	—
449 — Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas .....	—	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>			
421 — Terrenos e recursos naturais .....	—	—	—
422 — Edifícios e outras construções .....	—	—	—
423 — Equipamento básico .....	—	—	—
424 — Equipamento de transporte .....	—	—	—
425 — Ferramentas e utensílios .....	—	—	—
426 — Equipamento administrativo .....	—	—	—
427 — Taras e vasilhame .....	—	—	—
429 — Outras imobilizações corpóreas .....	—	—	—
441/6 — Imobilizações em curso .....	—	—	—
448 — Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas .....	—	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
<b>Investimentos financeiros:</b>			
4111 — Partes capital em empresas do grupo .....	—	—	—
4121+4131 — Empreendimentos em empresas do grupo .....	—	—	—
4112 — Partes capital em empresas associadas .....	—	—	—
4122+4132 — Empreendimentos em empresas associadas .....	—	—	—
4113+414+415 — Títulos e outras aplicações financeiras .....	—	—	—
4123+4133 — Outros empréstimos concedidos .....	—	—	—
441/6 — Imobilizações em curso .....	—	—	—
447 — Adiantamentos por conta de investimentos financeiros .....	—	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>

(Em euros)

	2004		2003	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
<b>Circulante:</b>				
<b>Existências:</b>				
36 — Matérias-primas, subsidiárias e de consumo .....	—	—	—	—
35 — Produtos e trabalhos em curso .....	—	—	—	—
34 — Subprodutos, despesas, resíduos e refugos .....	—	—	—	—
33 — Produtos acabados e intermédios .....	—	—	—	—
32 — Mercadorias .....	—	—	—	—
37 — Adiantamentos por conta de compras .....	—	—	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
<b>Dívidas de terceiros — a médio e a longo prazos:</b>				
213 — Clientes de cobrança duvidosa .....	—	—	—	—
266 — Outros devedores e credores — a médio e a longo prazos .....	—	—	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
<b>Dívidas de terceiros — curto prazo:</b>				
211 — Clientes, c/c .....	—	—	—	—
212 — Clientes — títulos a receber .....	—	—	—	—
213 — Clientes de cobrança duvidosa .....	—	—	—	—
252 — Empresas do grupo .....	—	—	—	—
253+254 — Empresas participadas e participantes .....	—	—	—	—
251+255 — Outros accionistas (sócios) .....	—	—	—	—
229 — Adiantamentos a fornecedores .....	—	—	—	—
2619 — Adiantamentos a fornecedores de imobilizado .....	—	—	—	—
24 — Estado e outros entes públicos .....	—	—	—	—
262+266+267+268+221 — Outros devedores .....	—	—	—	—
264 — Subscritores de capital .....	—	—	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
<b>Depósitos bancários e caixa:</b>				
12+13+14 — Depósitos bancários .....	50 000,00		50 000,00	
11 — Caixa .....	—		—	
	<u>50 000,00</u>		<u>50 000,00</u>	
<b>Acréscimos e diferimentos:</b>				
271 — Acréscimos e proveitos .....	—		—	
272 — Custos diferidos .....	—		—	
	<u>—</u>		<u>—</u>	
<i>Total de amortizações</i> .....		<u>—</u>		
<i>Total de provisões</i> .....		<u>—</u>		
<i>Total do activo</i> .....	50 000,00	—	50 000,00	—

## CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	2004		2003	
<b>Capital próprio:</b>				
51 — Capital .....		50 000,00		—
<b>Acções (quotas) próprias:</b>				
521 — Valor nominal .....		—		—
522 — Descontos e prémios .....		—		—
53 — Prestações suplementares .....		—		—
54 — Prémios de emissão acções (quotas) .....		—		—
55 — Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas .....		—		—
56 — Reservas de reavaliação .....		—		—

	(Em euros)	
	2004	2003
Reservas:		
571 — Reservas legais .....	—	—
572 — Reservas estatutárias .....	—	—
573 — Reservas contratuais .....	—	—
574 a 579 — Outras reservas .....	—	—
59 — Resultados transitados .....	—	—
<i>Subtotal</i> .....	50 000,00	—
83 — Resultado líquido do exercício .....	—	—
89 — Dividendos antecipados .....	—	—
<i>Total do capital próprio</i> .....	50 000,00	—
Passivo:		
Provisões para riscos e encargos:		
291 — Provisões para pensões .....	—	—
292 — Provisões para impostos .....	—	—
293/8 — Outras provisões para riscos encargos .....	—	—
	—	—
Dívidas a terceiros — a médio e a longo prazos:		
231+12 — Dívidas a instituições de crédito .....	—	—
26 — Outros devedores e credores — a médio e a longo prazos .....	—	—
251+255 — Outros accionistas (sócios) .....	—	—
	—	—
Dívidas a terceiros — a curto prazo:		
Empréstimos par obrigações:		
2321 — Convertíveis .....	—	—
2322 — Não convertíveis .....	—	—
233 — Empréstimos para títulos de participação .....	—	—
231+12 — Dívidas a instituições de crédito .....	—	—
269 — Adiantamentos por conta vendas .....	—	—
221 — Fornecedores, c/c .....	—	—
228 — Fornecedores — facturas em recepção e conferência .....	—	—
222 — Fornecedores — títulos a pagar .....	—	—
2612 — Fornecedores de imobilizado — títulos a pagar .....	—	—
252 — Empresas do Grupo .....	—	—
253+254 — Empresas participadas e participantes .....	—	—
251+255 — Outros accionistas (sócios) .....	—	—
219 — Adiantamentos de atentes .....	—	—
239 — Outros empréstimos obtidos .....	—	—
2611 — Fornecedores de imobilizado, c/c .....	—	—
24 — Estado e outros entes públicos .....	—	—
262+263+264+265+267+268+211 — Outros credores .....	—	—
	—	—
Acréscimos e diferimentos:		
273 — Acréscimos de custos .....	—	—
274 — Proveitos diferidos .....	—	—
	—	—
<i>Total do passivo</i> .....	—	—
<i>Total do capital próprio e do passivo</i> .....	50 000,00	—

## Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2004

## CUSTOS E PERDAS

(Em euros)

	2004		2003	
61 — Custo de mercadorias vendidas e consumidas:				
Mercadorias .....	-		-	
Matérias-primas a materiais consumidos .....	-	-	-	-
62 — Fornecimentos e serviços externos .....	-		-	
64 — Custos com o pessoal:				
Remunerações (641+642) .....	-		-	
Outros encargos:				
Encargos com estágios profissionais (643+644) .....	-		-	
Outros (645/8) .....	-	-	-	-
66 — Amortizações de imobilizado corpóreo/incorpóreo .....	-		-	
67 — Provisões .....	-		-	
63 — Impostos .....	-		-	
65 — Outros custos operacionais .....	-		-	
(A) .....	-		-	
Perdas em empresas do Grupo e associadas (682) .....	-		-	
Amortizações/provisões aplicadas em invest. financeiros (683+684) .....	-		-	
Juros e custos similares:				
Relativos a empresas do Grupo .....	-		-	
Outros .....	-	-	-	-
(C) .....	-		-	
69 — Custos e perdas extraordinários .....	-		-	
(E) .....	-		-	
86 — Imposto sobre rendimento do exercício .....	-		-	
(G) .....	-		-	
88 — Resultado líquido do exercício .....	-		-	

## PROVEITOS E GANHOS

	2004		2003	
71 — Vendas:				
Mercadorias .....	-		-	
Produtos .....	-		-	
72 — Prestações de serviços .....	-	-	-	-
Variação da produção .....	-		-	
75 — Trabalhos própria empresa .....	-		-	
73 — Proveitos suplementares .....	-		-	
74 — Subsídios a exploração .....	-		-	
76 — Outros proveitos operacionais .....	-		-	
(B) .....	-		-	
782 — Ganhos em empresas do grupo e associadas .....	-		-	
784 — Rendimentos de participações de capital:				
Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras:				
Relativos a empresas interligadas .....	-		-	
Outros (7812+7815+7816+782+783) .....	-		-	
Outros juros e proveitos similares:				
Relativos a empresas do grupo .....	-		-	
Outros (7811+7813+7814+7818+785/788) .....	-	-	-	-

(Em euros)

	2004	2003
(D) .....	-	-
79 — Proveitos e ganhos extraordinários .....	-	-
(F) .....	-	-
<b>Resumo:</b>		
Resultados operacionais: (B) - (A) = .....	-	-
Resultados financeiros: (D - B) - (C - A) = .....	-	-
Resultados correntes: (D) - (C) = .....	-	-
Resultado antes impostos: (F) - (E) = .....	-	-
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) = .....	-	-

A Administração, (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

### Demonstração de origem e aplicação de fundos em 31 de Dezembro de 2004

ORIGEM DE FUNDOS		2004	
		(Em euros)	
		2004	
<b>Internas:</b>			
Resultado líquido do exercício .....	-		
Amortizações do exercício .....	-		
Provisões do exercício .....	-		
<b>Externas:</b>			
Aumento de capitais próprios:			
Aumento de capital e prestações suplementares .....	50 000,00		
Aumento de reservas .....	-		
Cobertura de prejuízos .....	-	50 000,00	
<b>Movimentos financeiros a médio e a longo prazos:</b>			
Diminuições de investimentos financeiros .....	-		
Diminuições de dívidas de terceiros — a médio e a longo prazos .....	-		
Aumentos das dívidas a terceiros — a médio e a longo prazos .....	-		
<b>Diminuições de immobilizações:</b>			
Cessão de immobilizações .....	-		
<b>Diminuição de fundos circulantes .....</b>			
			50 000,00
<b>APLICAÇÃO DE FUNDOS</b>		2004	
<b>Distribuições:</b>			
Por aplicação de resultados .....	-		
Por aplicação de reservas .....	-		
<b>Diminuições dos capitais próprios:</b>			
Diminuições de capital e prestações suplementares .....	-		

### Movimentos financeiros a médio e a longo prazos:

	2004	
Aumentos de investimentos financeiros	-	
Diminuições das dívidas a terceiros a médio e a longo prazos .....	-	
Aumentos das dívidas de terceiros a médio e a longo prazos .....	-	
<b>Aumentos de immobilizações:</b>		
Trabalhos da empresa para ela própria	-	
Aquisições de immobilizações .....	-	
Aumento dos fundos circulantes .....		50 000,00
		50 000,00

A Administração, (Assinaturas ilegíveis.) — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

### Relatório anual sobre a fiscalização efectuada

1 — O presente relatório é emitido nos termos do n.º 2 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais e da alínea a) do n.º 1 do artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro.

2 — Procedemos à revisão legal das contas dessa Empresa relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efectuado emitimos a respectiva certificação legal das contas com data de 31 de Março de 2005.

3 — O nosso trabalho incluiu, entre outros aspectos, o seguinte:

3.1 — Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela empresa e que se encontram divulgadas no anexo;

3.2 — Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;

3.3 — Solicitação da declaração do órgão de gestão.

4 — Não tivemos, ao longo do período de desempenho das funções de fiscalização, conhecimento de quaisquer factos ou situações que mereçam reparo destacável à sua expressa divulgação, pois tudo se encontra divulgado no anexo.

5 — Finalmente, cumpre-nos informar que apreciamos o relatório do conselho de administração, o qual satisfaz os requisitos legais, e que verificamos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício.

Coimbra, 31 de Março de 2005. — O Técnico Oficial de Contas, José Joaquim Marques de Almeida, em representação de Marques de Almeida, F. Tavares, J. Nunes e V. Simões, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas. 2008982653



## SECUNDIS FINANCE — INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S. A.

Relatório n.º 12-R/2007

Relatório e contas de 2005

### Relatório de gestão

A Secundis iniciou o ano de 2005 como sociedade anónima que tinha como actividade principal a consultoria em investimentos.

Tal como referido no relatório de gestão e no anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004, a nossa primeira preocupação foi obter do Banco de Portugal a necessária autorização para a constituição de uma instituição financeira de crédito, o que foi concretizado em sessão do conselho de administração do Banco Central de 8 de Março de 2005.

Durante a primeira metade do ano transacto dedicámo-nos à procura de colaboradores, de instalações e de sistemas.

Em 12 de Julho de 2005 realizámos a nossa primeira assembleia geral em que aumentámos o capital social e nomeámos os órgãos sociais da Secundis Finance — Instituição Financeira de Crédito, S. A., tendo-se em 22 de Agosto comunicado ao Banco de Portugal o início da nossa actividade.

Desde então, temos tido como prioridade comercial a angariação de parceiros em todo o País e, em termos operativos, conseguimos finalizar a instalação dos sistemas informáticos, que nos permitem servir os nossos clientes com a qualidade que merecem, salvaguardando o controlo necessário ao bom desenvolvimento da operação.

Como consequência do processo de negociações com o Crédit Foncier de France, realizou-se no final do 3.º trimestre uma nova assembleia geral em que o capital social da nossa instituição foi de novo aumentado e os órgãos sociais alargados, tudo em consequência, e de modo a acomodar a entrada do nosso *partner* francês; o contrato de sociedade foi, obviamente, alterado em conformidade com as mudanças entretanto verificadas.

Os números que apresentamos reflectem uma operação em início de actividade e estão dentro das expectativas que o conselho de administração tinha para o ano de 2005. O total do activo ascende a 28 946 854 euros, dos quais 2 453 739 euros se referem ao crédito concedido. Refira-se igualmente, que os capitais próprios atingiram 28 001 400 euros, incluindo o prejuízo de 1 708 704 euros, que desde já propomos que seja transferido para resultados transitados.

Notámos no mercado uma boa procura para o tipo de produto financeiro que temos vindo a oferecer, como corolário lógico da difi-

cil situação financeira em que se encontram muitas famílias portuguesas.

O volume de operações pré-aprovadas tem vindo a crescer de mês para mês, mas tratando-se de um tipo de negócio que passa sempre pela constituição de uma hipoteca, quer seja transferida de outra instituição de crédito ou não, a natural transformação das operações pré-aprovadas em empréstimos efectivos demorará, seguramente, alguns meses a concretizar.

É nessa fase que nos encontramos, com a fundada esperança que já no primeiro trimestre de 2006 venhamos a registar um significativo acréscimo no valor da nossa carteira comercial.

Nos termos da alínea *h*) do n.º 5 do artigos 66.º do Código das Sociedades Comerciais, referiremos que o risco de crédito das operações tem sido cuidadosamente acompanhado, no rigoroso seguimento do Regulamento de Crédito da Instituição e que a gestão dos riscos financeiros — quer seja de preço ou de liquidez — não se aplica ainda, na medida em que os fundos próprios são superiores ao montante do crédito concedido.

O conselho de administração tem um pedido junto do Banco de Portugal para virmos a ter uma sucursal em Espanha. Consideramos o mercado espanhol a extensão natural do mercado português, estando o nosso tipo de actividade a crescer a um ritmo muito interessante no país vizinho.

Após o termo do exercício de 2005 o Banco de Portugal autorizou, por deliberação do seu conselho de administração de 31 de Janeiro de 2006, a constituição do Banco Primus, S. A., em resposta ao pedido que este conselho de administração fizera ao Banco Central em Novembro de 2005.

Em termos de quadro de pessoal terminámos o ano com 28 colaboradores divididos pelas áreas comercial, operativa, financeira, *marketing*, administrativa e sistemas. Durante o ano de 2006 deveremos aumentar ligeiramente o quadro de pessoal, a menos que haja um desenvolvimento do nível de actividade muito acima do esperado, provocando a necessidade de acréscimo de elementos ligados às áreas comercial e operativa.

Justifica-se uma palavra de reconhecimento ao apoio e disponibilidade sempre demonstrados pelos nossos colaboradores e aos nossos parceiros pela confiança.

Ao Banco de Portugal os nossos agradecimentos pelo acompanhamento que nos deu durante o ano passado.

Aos nossos accionistas e ao CFCAL — Banco subsidiário do Crédit Foncier — que nos vem fornecendo em termos de sistemas informáticos, o nosso apreço pela sua fidelidade e suporte sempre demonstrados.

O Conselho de Administração: *Gonçalo Gomes Conceição — João Cunha Rosa.*

### Balanço em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 (pró-forma)

		ACTIVO			(Em euros)
		2005			2004
Notas	Antes prov. imp. amort.	Prov. imp. amort.	Valor líquido	Pró-forma	
				— Valor líquido	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....		741	—	741	8
Disponibilidades em outras instituições de crédito .....	6	9 769 875	—	9 769 875	28 558
Aplicações em instituições de crédito .....	7	15 253 201	—	15 253 201	1 650 000
Crédito a clientes .....	8	2 453 739	—	2 453 739	—
Outros activos tangíveis .....	9	384 200	(18 274)	365 926	8 884
Activos intangíveis .....	10	255 908	(4 086)	251 822	—
Activos por impostos correntes .....	11	28 323	—	28 323	1 830
Activos por impostos diferidos .....	11	717 248	—	717 248	27 403
Outros activos .....	12	105 979	—	105 979	27 524
<i>Total do activo</i> .....		28 969 214	(22 360)	28 946 854	1 744 207

## PASSIVO E CAPITAL

		(Em euros)	
	Notas	2005 — Valor Líquido	2004 Pró-forma — Valor Líquido
Passivo:			
Provisões .....	13	16 549	—
Outros passivos .....	14	928 815	64 626
<i>Total do passivo</i> .....		945 364	64 626
Capital:			
Capital .....	15	29 905 551	1 874 938
Outras reservas e resultados transitados .....		(195 357)	(1 649)
Resultado do exercício .....		(1 708 704)	(193 708)
<i>Total do capital</i> .....		28 001 490	1 679 581
<i>Total do passivo e do capital</i> .....		28 946 854	1 744 207

O Conselho de Administração: *Gonçalo Gomes Conceição* — *João Cunha Rosa*. — O Técnico Oficial de Contas, *Carlos Vidal Ferreira*.

## Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 (pró-forma)

	Notas	2005	2004 Pró-forma
Juros e rendimentos similares .....	17	236 217	4 251
Juros e encargos similares .....	18	(56)	(169)
Margem financeira .....		236 161	4 082
Rendimentos de serviços e comissões .....	19	1 864	—
Encargos com serviços e comissões .....	19	(3 123)	—
Outros resultados de exploração .....	19	(9 211)	(14)
Produto bancário .....		225 691	4 068
Custos com pessoal .....	20	(1 587 741)	(66 602)
Gastos gerais administrativos .....	21	(988 533)	(157 791)
Amortizações do exercício .....	9 e 10	(21 844)	(516)
Provisões líquidas de reposições e anulações .....	13	(16 549)	—
Resultado antes de impostos .....		(2 388 976)	(220 841)
Impostos correntes .....	22	(9 574)	(270)
Impostos diferidos .....	11	689 846	27 403
Resultado após impostos .....		(1 708 704)	(193 708)
Do qual: resultado após impostos de operações descontinuadas .....		—	—

O Conselho de Administração: *Gonçalo Gomes Conceição* — *João Cunha Rosa*. — O Técnico Oficial de Contas, *Carlos Vidal Ferreira*.

## Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

	Notas	2005	2004
Fluxos de caixa das actividades operacionais:			
Comissões recebidas .....		1 864	—
Juros recebidos .....		178 193	4 251
Comissões pagas .....		(3 159)	(169)
Juros pagos .....		(20)	—
Pagamentos a colaboradores e fornecedores .....		(1 894 736)	(161 117)
Impostos pagos .....		(46 458)	(2 114)

	(Em euros)		
	Notas	2005	2004
(Aumentos/diminuições tios activos operacionais (líquido):			
Crédito a clientes .....		(2 444 366)	—
Outros activos .....		—	—
Aumentos/diminuições) dos passivos operacionais (líquido):			
Outros passivos .....		(28 563)	(27 275)
<i>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais</i> .....		<u>(4 237 245)</u>	<u>(186 424)</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento:			
Aquisição de <i>software</i> .....		(255 908)	—
Aquisição de equipamento .....		(339 858)	(9 400)
<i>Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento</i> .....		<u>(595 766)</u>	<u>(9 400)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento:			
Aumentos de capital .....		28 125 062	325 000
Entradas por conta de futuros aumentos de capital .....		—	1 543 938
<i>Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento</i> .....		<u>28 125 062</u>	<u>1 868 938</u>
Aumento líquido em caixa e seus equivalentes .....		<u>23 292 051</u>	<u>1 673 114</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período .....	2.3.3	<u>1 678 566</u>	<u>5 452</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período .....	2.3.3	24 970 617	1 578 566

O Conselho de Administração: *Gonçalo Gomes Conceição* — *João Cunha Rosa*. — O Técnico Oficial de Contas, *Carlos Vidal Ferreira*.

### Demonstração de alterações no capital próprio em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 (pró-forma)

	Notas	Capital	Prémios de emissão	Resultados transitados	Lucro do exercício	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2003 (POC) .....		6 000	—	(578)	(426)	4 996
Alteração políticas contabilísticas (NCA) .....		—	—	(645)	—	(645)
Saldos em 1 de Janeiro de 2004 (pró-forma NCA)		6 000	—	(1 223)	(426)	4 351
Aumento de capital .....		325 000	—	—	—	325 000
Entradas por conta de futuros aumentos de capital .....		1 543 938	—	—	—	1 543 938
Distribuição do prejuízo líquido de 2003:						
Incorporação em resultados transitados .....		—	—	(426)	426	—
Resultado do exercício .....		—	—	—	(193 708)	(193 708)
Saldos em 31 de Dezembro de 2004 (pró-forma NCA) .....		1 874 938	—	(1 649)	(193 708)	1 679 581
Aumentos de capital e prémios de emissão ...	15	20 597 107	7 527 955	—	—	28 125 062
Aumentos de capital por incorporação de prémios da emissão .....	15	7 527 955	(7 527 955)	—	—	—
Despesas com aumentos de capital .....	15	(94 149)	—	—	—	(94 449)
Distribuição do prejuízo líquida de 2004:						
Incorporação em resultados transitados .....		—	—	(193 708)	193 708	—
Resultado do exercício .....		—	—	—	(1 708 704)	(1 708 704)
Saldos em 31 de Dezembro de 2003 .....		29 905 551	—	(195 357)	(1 708 704)	23 001 490

O Conselho de Administração: *Gonçalo Gomes Conceição* — *João Cunha Rosa*. — O Técnico Oficial de Contas, *Carlos Vidal Ferreira*.

## Notas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

### 1 — Introdução:

A Secundis Finance — instituição Financeira de Crédito, S. A. (Secundis Finance ou a Empresa), é uma sociedade anónima autorizada pelo Banco de Portugal em 8 de Março de 2005 a desenvolver todas as actividades bancárias, com excepção da aceitação de depósitos.

A Secundis Finance resultou da transformação, em 12 de Julho de 2005, da Secundis — Consultoria de Investimentos, S. A., a qual havia resultado da transformação, em 23 de Setembro de 2004, da Secundis — Investimentos Imobiliários e Turísticos, S. A., constituída em 27 de Maio de 2002.

Em 2004 e em 2005 a empresa não prestou quaisquer serviços no âmbito da actividade de consultoria de investimentos, tendo procedido aos estudos necessários e desenvolvido um plano de negócios e investimentos para o lançamento da actividade de instituição financeira de crédito, o que veio a ocorrer em 22 de Agosto de 2005.

### 2 — Bases de apresentação, comparabilidade da informação e principais políticas contabilísticas:

#### 2.1 — Bases de apresentação:

Até 31 de Dezembro de 2004, inclusive, as demonstrações financeiras da Secundis Finance foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano Oficial de Contabilidade, considerando que até àquela data a Empresa não exercia ainda a actividade financeira.

No exercício de 2005, após a sua transformação em instituição financeira de crédito e consequente alteração do seu objecto social, e no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras da Secundis Finance passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a valorimetria e imparidade do crédito a clientes, o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição e a mensuração de activos tangíveis.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

#### 2.2 — Comparabilidade da informação:

Os valores apresentados referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 apresentados para fins comparativos (valores proforma), foram convertidos para NCA com base nas disposições do IFRS 1 — adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro (v. nota n.º 5).

#### 2.3 — Principais políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas mais relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

**2.3.1 — Reconhecimento de juros.** — Os juros e proveitos similares e juros e custos similares reconhecem-se em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

Os juros de créditos garantidos por hipotecas são contabilizados como proveitos até um ano após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso.

Os juros não registados, sobre estes créditos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

**2.3.2 — Comissões.** — As comissões e outros proveitos e custos são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

Os rendimentos de serviços são reconhecidos em resultados do exercício à medida que os serviços são prestados;

As comissões e custos relacionados com operações de crédito são periodificadas de forma linear durante a vida da operação que lhes deu origem.

**2.3.3 — Caixa e equivalentes de caixa.** — Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

**2.3.4 — Crédito a clientes.** — O crédito a clientes inclui os empréstimos concedidos pela Secundis Finance, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é disponibilizado ao cliente.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando expiram os direitos contratuais da Secundis Finance à sua recuperação ou a Secundis Finance transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo seu valor nominal não podendo ser reclassificado para as restantes categorias de activos financeiros.

**2.3.5 — Provisões para crédito e juros vencidos, créditos e cobrança duvidosa e riscos gerais de crédito.** — De acordo com o aviso do Banco de Portugal n.º 3/95, de 30 de Junho, e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, a Secundis constitui as seguintes provisões para riscos de crédito:

#### Provisão para crédito e juros vencidos:

Destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos dependem do tipo de garantias existentes e são função crescente do período decorrido desde a data de incumprimento.

Esta provisão é apresentada a deduzir à rubrica de crédito a clientes no activo.

#### Provisão para créditos de cobrança duvidosa:

Destina-se à cobertura dos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas. São considerados créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:

Excederem 25% do capital em dívida, acrescido de juros;  
Estarem em incumprimento há mais de:

Seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;  
12 meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a 10 anos;  
24 meses, nas operações com prazo igual ou superior a 10 anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a classificação acima definida, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido de juros. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas de provisão aplicáveis aos créditos vencidos.

Esta provisão é apresentada a deduzir à rubrica de crédito a clientes no activo.

#### Provisão para riscos gerais de crédito:

Encontra-se registada no passivo, na rubrica de provisões e destina-se a fazer face a riscos de cobrança do crédito concedido não vencido.

Esta provisão é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito não vencido:

- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel, ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
- 1,5% no caso de se tratar de crédito ao consumo;
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

2.3.6 — *Outros activos tangíveis.* — De acordo com o aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, os outros activos tangíveis são valorizados ao custo de aquisição, excepto quando se verificarem reavaliações extraordinárias autorizadas. Ao valor de custo em balanço são deduzidas as respectivas amortizações acumuladas. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultam benefícios económicos futuros para a Secundis Finance. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	Anos de vida útil
Equipamento:	
Mobiliário e material .....	8
Equipamento informático .....	4-5
Instalações interiores .....	8-10

Estes activos são sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor de balanço excede o seu valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor realizável é o maior de entre o valor de mercado do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

2.3.7 — *Activos intangíveis.* — Os activos intangíveis referem-se essencialmente aos investimentos em *software*.

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Secundis necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (entre três e seis anos).

2.3.8 — *Contratos de locação.* — Enquanto locatária, a empresa apenas detém contratos de locação operacional, cujas rendas são registadas em custos na rubrica de Gastos gerais administrativos, de acordo com o princípio de especialização dos exercícios. A empresa não actua como locadora.

2.3.9 — *Imposto sobre lucros.* — A Secundis Finance está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada que, em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, era de 25% acrescida da derrama de 10%.

A Secundis Finance regista impostos diferidos decorrentes (i) das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, para efeitos de tributação em sede de IRC e (ii) dos prejuízos fiscais apurados a utilizar em exercícios futuros. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

A taxa utilizada no cálculo do imposto diferido é a aplicável ao imposto corrente, em vigor em 31 de Dezembro de 2005.

Os prejuízos fiscais apurados num exercício são dedutíveis aos lucros fiscais dos seis anos seguintes.

2.3.10 — *Capital.* — Todos os custos directamente atribuíveis à emissão de capital são registados por contrapartida da rubrica de capital como uma dedução ao valor da emissão.

2.4 — Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas:

Na elaboração das demonstrações financeiras a Secundis Finance efectuou estimativas e utilizou pressupostos que afectam as quantias relatadas dos activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos factores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

2.4.1 — Provisões para crédito concedido:

A Secundis Finance apreciou a sua carteira de crédito no sentido de apurar sobre a necessidade de provisões para crédito adicionais nos limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal, utilizando para o efeito estimativas sobre os fluxos de caixa recebíveis incluindo os originados pelas eventuais recuperações e realizações de colaterais.

2.4.2 — Impostos sobre lucros:

A Secundis Finance reconheceu impostos diferidos activos no pressuposto da existência de matéria colectável futura e tendo por base legislação fiscal em vigor ou já publicada para aplicação futura. Eventuais alterações futuras na legislação fiscal podem influenciar as quantias expressas nas demonstrações financeiras relativas a impostos diferidos.

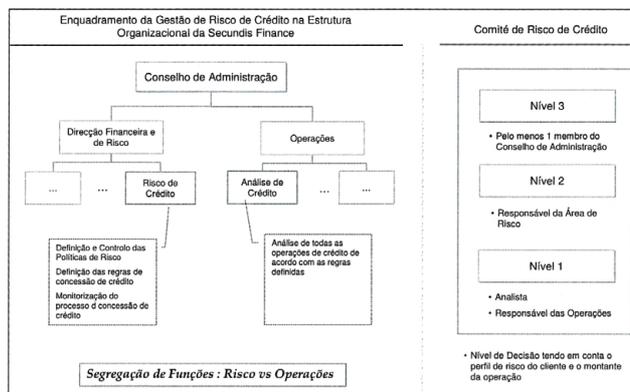
3 — Gestão de riscos:

A actividade presente da Secundis Finance encontra-se sujeita a um conjunto de riscos, dos quais se destaca o risco de crédito. De facto, tendo em conta o seu estado actual de desenvolvimento o principal risco enfrentado pela Secundis Finance está associado ao grau de incerteza sobre a capacidade de cumprimento, por parte dos seus clientes, das obrigações assumidas nos contratos de crédito, pelo que este risco é cuidadosamente gerido pela instituição.

Neste contexto, a Secundis Finance definiu uma política de gestão de risco de crédito rigorosa que se encontra sistematizada em manuais internos cobrindo os processos de concessão, acompanhamento e recuperação dos créditos.

A exposição ao risco de crédito é gerida pela análise regular da capacidade de reembolso dos clientes ou potenciais clientes e pela obtenção, sempre que possível, de colaterais e outras garantias.

De uma forma geral, a estrutura de gestão de risco de crédito da Secundis Finance encontra-se organizada da seguinte forma:



A avaliação e decisão de concessão de crédito processar-se-á pela Direcção de Operações à luz do Regulamento de Crédito, cabendo, não obstante, ao responsável do crédito, o controlo preventivo do risco e a detecção precoce de situações potenciais de incumprimento.

Uma das principais preocupações da Secundis prende-se com a classificação de risco associado à concessão de crédito a um cliente. Deste modo, qualquer risco de crédito assumido pela Secundis deverá ser qualificado da forma mais objectiva possível, e esta qualificação deve ser revista periodicamente.

A análise do risco associado à operação solicitada pelo cliente deverá ser efectuada, tendo em consideração os seguintes requisitos base:

- i) Classificação do cliente mediante a análise dos seus dados socioprofissionais (p. e, dados gerais do cliente, historial de crédito, etc);
- ii) Análise da capacidade de reembolso do cliente;
- iii) Análise dos valores das garantias prestadas.

No que se refere ao risco de taxa de juro é de salientar que o crédito concedido a clientes vence juros a taxas variáveis, indexadas à Euribor 6M, sendo actualizadas numa base semestral, e que as aplicações em outras instituições de crédito têm um prazo inferior a um mês.

A análise dos activos e passivos, por grupos relevantes de maturidades baseados nos períodos remanescentes, à data de 31 de Dezembro de 2005 e de 2004, apresenta-se conforme segue:

	Em 31 de Dezembro de 2005					Total
	Até um mês	De um mês a três meses	De três meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	
<b>Activo:</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	741	—	—	—	—	741
Disponibilidades em outras instituições de crédito	9 769 875	—	—	—	—	9 769 875
Aplicações em instituições de crédito .....	15 253 201	—	—	—	—	15 253 201
Crédito a clientes .....	4 793	7 052	32 653	203 100	2 206 141	2 453 739
Outros activos tangíveis .....	—	—	—	—	365 926	365 926
Activos intangíveis .....	—	—	—	—	251 822	251 822
Activos por impostos correntes .....	—	—	25 823	2 500	—	28 323
Activos por impostos diferidos .....	—	—	—	717 248	—	717 248
Outros activos .....	—	—	105 379	—	—	105 979
<i>Total do activo</i> .....	<u>25 028 610</u>	<u>7 052</u>	<u>164 455</u>	<u>322 848</u>	<u>2 823 889</u>	<u>26 946 854</u>
<b>Passivo:</b>						
Provisões .....	32	48	220	1 370	14 879	16 549
Outros passivos .....	713 801	77 342	137 672	—	—	928 815
<i>Total do passivo</i> .....	<u>713 833</u>	<u>77 390</u>	<u>137 892</u>	<u>1 370</u>	<u>14 879</u>	<u>945 364</u>
Valor líquido .....	24 314 777	(70 338)	26 563	921 478	2 809 010	26 001 490

	Em 31 de Dezembro de 2004 (pró-forma)					Total
	Até um mês	De um mês a três meses	De três meses a um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	
<b>Activo:</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	8	—	—	—	—	8
Disponibilidades em outras instituições de crédito	28 558	—	—	—	—	28 558
Aplicações em instituições de crédito .....	1 650 000	—	—	—	—	1 650 000
Outros activos tangíveis .....	—	—	—	—	8 884	8 884
Activos por impostos correntes .....	—	—	580	1 250	—	1 830
Activos por impostos diferidos .....	—	—	9 659	17 744	—	27 403
Outros activos .....	—	—	3 285	24 239	—	27 524
<i>Total do activo</i> .....	<u>1 678 566</u>	<u>—</u>	<u>13 524</u>	<u>43 233</u>	<u>8 884</u>	<u>1 744 207</u>
<b>Passivo:</b>						
Outros passivos .....	64 626	—	—	—	—	64 626
<i>Total do passivo</i> .....	<u>64 626</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>64 626</u>
Valor líquido .....	1 613 940	—	13 524	43 233	8 884	1 679 581

Conforme decorre do referido anteriormente, face ao actual estágio de desenvolvimento da Secundis Finance os riscos de taxa de juro, liquidez e de mercado não são significativos.

#### 4 — Justo valor dos activos financeiros:

Em 31 de Dezembro de 2005 os valores contabilísticos dos activos financeiros comparam com o respectivo justo valor conforme segue:

	Valor contabilíst.	Justo valor
Disponibilidades em outras instituições de crédito .....	9 769 875	9 769 875
Aplicações em instituições de crédito	15 253 201	15 253 201
Crédito a clientes .....	2 453 739	2 453 739

As disponibilidades em outras instituições de crédito e as aplicações em instituições de crédito são constituídas por depósitos à ordem e de muito curto prazo, sendo o justo valor idêntico ao valor por que se encontram registadas, considerando que as taxas aplicáveis a estes activos são taxas de mercado. O crédito a clientes é constituído por contratos recentes, iniciados em Outubro de 2005, e é remunerado a taxas variáveis, que se aproximam das taxas em vigor no mercado para este tipo de produto e para o risco inerente à carteira, pelo que o seu justo valor é idêntico ao valor contabilístico.

#### 5 — Introdução das Normas de Contabilidade Ajustadas:

A aplicação das NCA às demonstrações financeiras da Secundis Finance em 1 de Janeiro de 2004 que resultaram num acréscimo dos

capitais próprios em 31 de Dezembro de 2004, de 1 471 696 euros, analisam-se nos quadros seguintes, que reflectem igualmente a conversão do balanço e demonstração dos resultados relativos ao exercício de 2004 apresentado com base no Plano Oficial de Contabilidade para o formato previsto nas instruções do Banco de Portugal de acordo com as NCA.

Conversão do balanço POC para Balanço NCA e reconciliação do capital próprio em 1 de Janeiro de 2004:

		Balanço em 1 de Janeiro de 2004							
		POC			Capital próprio			Ajustam. NCA	NCA
		Activo		Capital	Prestações suplementares	Resultados transitados	Total do capital próprio		Saldos pró-forma
		Caixa	Imobilizado incorpóreo líquido	Capital					
		Total do activo							
		5 452	645	(6 000)	(1 100)	1 003	(6 097)		
Activo:									
	Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	5 452	—					—	5 452
	Activos intangíveis .....	—	645					(645)	—
	<i>Total do activo</i> .....	<u>6 097</u>	<u>645</u>	<u>(6 000)</u>	<u>(1 100)</u>	<u>1 003</u>	<u>(6 097)</u>	<u>(645)</u>	<u>5 452</u>
Passivo:									
	Outros passivos .....							(1 100)	(1 100)
	<i>Total do passivo</i> .....							<u>(1 100)</u>	<u>(1 100)</u>

Balço em 1 de Janeiro de 2004								
POC								
Activo			Capital próprio				Ajustam. NCA	NCA — Saldo pró-forma
Caixa	Imobilizado incorpóreo líquido	Total do activo	Capital	Prestações suple- mentares	Resultados transitados	Total do capital próprio		
Capital .....			(6 000)	—	—	(6 000)	—	(6 000)
Outras reservas e resultados transitados .....			—	(1 100)	1 003	(97)	1 745	1 648
<i>Total do capital</i> .....						<u>(6 097)</u>	<u>1 745</u>	<u>(4 352)</u>
<i>Total do capital e passivo</i> .....						<u>(6 097)</u>	<u>645</u>	<u>(5 452)</u>

Conversão do balanço POC para balanço NCA e reconciliação do capital próprio em 31 de Dezembro de 2004:

Balço em 31 de Dezembro de 2004															
POC															
Activo						Passivo			Capital próprio				Total do passivo e capital próprio	Ajustam. NCA	NCA — Saldo pró-forma
Imobi- lizações incorp. líquidas	Imobi- lizações corp. líquidas	Dív. terc. (curto prazo)	Acréc. e diferim.	Depó- sitos bancár. e caixa	Total do activo	Dív. terc. (curto prazo)	Acréc. e diferim.	Total do passivo	Capital	Result. transit.	Result. líquido	Total do capital próprio			
99 645	8 884	26 069	3 285	1 678 566	1 816 449	(1 608 399)	(165)	(1 608 564)	(331 000)	1 004	122 111	(207 885)	(1 816 449)		
Caixa e disponibi- lidades em ban- cos centrais .....	—	—	—	8	8									—	8
Disponibilid. em outras instituig. de crédito .....	—	—	—	28 558	28 558									—	28 558
Aplicações em ou- tras instituições de crédito .....	—	—	—	1 650 000	1 650 000									—	1 650 000
Outros activos tan- gíveis .....	—	8 884	—	—	8 884									—	8 884
Activos intangíveis	99 645	—	—	—	99 645									(99 645)	—
Activos por imp. correntes .....	—	—	1 830	—	1 830									—	1 830
Activos por imp. diferidos .....	—	—	—	—	—									27 403	27 403
Outros activos .....	—	—	24 239	3 285	—	27 524								—	27 524
<i>Total do activo</i> .....					<u>1 816 449</u>									<u>(72 242)</u>	<u>1 744 207</u>

Balanço em 31 de Dezembro de 2004																
POC																
Activo						Passivo			Capital próprio				Total do passivo e capital próprio	Ajustam. NCA	NCA — Saldos pró-forma	
Imobilizações incorp. líquidas	Imobilizações corp. líquidas	Dív. terc. (curto prazo)	Acréc. e diferim.	Depósitos bancár. e caixa	Total do activo	Dív. terc. (curto prazo)	Acréc. e diferim.	Total do passivo	Capital	Result. transit.	Result. líquido	Total do capital próprio				
Passivo:																
Outros passivos ...						(1 608 399)	(165)	(1 608 564)					(1 608 564)	1 543 938	(64 626)	
<i>Total do passivo</i>								(1 608 564)					(1 608 564)	1 543 938	(64 626)	
Capital:																
Capital .....									(331 000)	—	—	(331 000)	(331 000)	(1 543 938)	(1 874 938)	
Outras reservas e resultados transitados .....									—	1 004	—	1 004	1 004	645	1 649	
Resultado do exercício .....									—	—	122 111	122 111	122 111	71 597	193 708	
<i>Total do capital ...</i>												(207 885)	(207 885)	(1 471 696)	(1 679 581)	
<i>Total do capital e passivo .....</i>													(1 816 449)	72 242	(1 744 207)	

Conversão da demonstração dos resultados POC para NCA e reconciliação da demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004:

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2004									
POC									
	Custos e perdas					Proveitos e ganhos — Outros juros e proveitos similares	Resultado líquido do exercício	Ajustam. NCA	NCA — Saldos pró-forma
	Fornecimentos e serviços externos	Custo com o pessoal	Amortizações do exercício	Impostos	Juros e custos similares				
	(53 082)	(66 602)	(6 225)	(14)	(169)	(270)	4 251	(122 111)	—
Juros e rendimentos similares .....	—	—	—	—	—	—	4 251	—	—
Juros e encargos similares .....	—	—	—	—	(169)	—	—	—	—
Margem financeira .....									4 082
Rendimentos de serviços e comissões .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Encargos com serviços e comissões .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Outros resultados de exploração .....	—	—	—	(14)	—	—	—	—	(14)
Produto bancário .....									4 068

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2004										
POC										
Custos e perdas		Proveitos e ganhos			Resultado líquido do exercício		Ajustam. NCA	NCA	Saldos pro-forma	
Forne- cimentos e serviços externos	Custo com o pessoal	Amorti- zações do exercício	Impostos	Juros e custos similares	Impostos sobre o rendimento do exercício	Outros juros e proveitos similares	Resultado líquido do exercício	Ajustam. NCA	NCA	Saldos pro-forma
—	(66 602)	—	—	—	—	—	—	—	(66 602)	—
(53 082)	—	—	—	—	—	—	—	(104 709)	(157 791)	—
—	—	(6 225)	—	—	—	—	—	5 709	(516)	—
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Resultado antes de impostos .....										(220 841)
Impostos correntes .....					(270)					(270)
Impostos diferidos .....					—			27 403		27 403
Resultado após impostos .....								(71 597)		(193 708)

Do qual: resultado após impostos de operações descontinuadas

Em 1 de Janeiro de 2004 os ajustamentos NCA resultam das seguintes situações:

Os activos intangíveis registados em balanço não qualificam de acordo com o IAS 38 como intangíveis pelo que o respectivo montante líquido (645 euros) foi reflectido em capitais próprios na rubrica de resultados transitados;

O montante de 1100 euros registado como prestações suplementares no âmbito do Plano Oficial de Contabilidade, como parte do capital próprio não qualifica de acordo com o IAS 32 como um instrumento de capital mas antes como um passivo perante os detentores do capital, exigível por estes.

Em 31 de Dezembro de 2004 os ajustamentos NCA efectuados resumem-se como segue:

Montante líquido de 99 645 euros relativo a activos intangíveis que não qualificam como tal de acordo com o IAS 38, com contrapartida em resultado do exercício de 99 000 euros (valor bruto de 104 709 euros e amortizações de 5709 euros) e em resultados transitados de 645 euros (valor líquido em 1 de Janeiro de 2004);

Imposto diferido activo de 27 403 euros resultante da diferença temporária entre o resultado contabilístico e o fiscalmente aceite nos termos do IAS 12 e decorrente do reconhecimento dos activos intangíveis referidos acima;

Reclassificação nos termos do IAS 32 de 1 543 938 euros de outros passivos para capital relativo às entradas efectuadas pelos accionistas por conta do futuro aumento de capital a realizar aquando da obtenção da autorização do Banco de Portugal para a transformação da instituição financeira de crédito, considerando as características de quase irreversibilidade dessas entradas que, apesar de estarem dependentes duma decisão externa, a mesma se revelava quase certa de ser obtida.

#### 6 — Disponibilidades em outras instituições de crédito:

	2005	2004
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País .....	9 769 875	28 558

As disponibilidades sobre instituições de crédito no país são constituídas por depósitos à ordem remunerados a taxas que, em 31 de Dezembro de 2005, se situam entre 1,3% e 2,15% (2004: Euribor — 50 bp).

O prazo residual destes saldos é de até 1 mês (2004: até um mês).

#### 7 — Aplicações em instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Aplicações em instituições de crédito no País .....	15 200 000	1 650 000
Juros das aplicações .....	53 201	—
	15 253 201	1 650 000

As aplicações em instituições de crédito no país são constituídas por depósitos a prazo remunerados a taxas que, em 31 de Dezembro de 2005, se situam entre 2,15% e 2,45% (2004: 2,2%).

O prazo residual destes saldos é de até um mês (2004: até um mês).

#### 8 — Crédito a clientes:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Crédito a habitação .....	1 588 113	—
Crédito para outras finalidades .....	860 803	—
Juros de crédito à habitação .....	993	—
Juros de crédito para outras finalidades .....	3 830	—
	2 453 739	—

O prazo residual do crédito a clientes é na totalidade superior a cinco anos. Em 31 de Dezembro de 2005 a taxa média aplicável aos contratos em carteira é de cerca de 7%. O crédito a clientes tem associadas garantias recebidas, no caso hipotecas sobre imóveis no montante de 5 092 400 euros. Em 31 de Dezembro de 2005 o justo valor destes colaterais aproxima-se ao valor registado nas rubricas extrapatrimoniais considerando que a actividade de concessão de crédito

teve início no final de Outubro de 2005, pelo que as avaliações dessas garantias que serviram de base ao registo são recentes.

#### 9 — Outros activos tangíveis:

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2005 e 2004 na rubrica de outros activos tangíveis apresenta-se como segue:

	Equipamento			Activos tangíveis em curso	Total
	Mobiliário e material	Equipamento informático	Instalações interiores		
Saldo em 1 de Janeiro de 2004:					
Custo .....	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas .....	-	-	-	-	-
Valor líquido .....	-	-	-	-	-
Movimentos no exercício de 2004:					
Saldo líquido de abertura .....	-	-	-	-	-
Adições .....	235	9 165	-	-	9 400
Abates .....	-	-	-	-	-
Amortizações do exercício .....	(2)	(514)	-	-	(516)
Saldo líquido de encerramento .....	233	8 651	-	-	8 884
Saldo em 31 de Dezembro de 2004:					
Custo .....	235	9 165	-	-	9 400
Amortizações acumuladas .....	(2)	(514)	-	-	(516)
Valor líquido .....	233	8 651	-	-	8 884
Movimentos no exercício de 2005:					
Saldo líquido de abertura .....	233	8 651	-	-	8 884
Adições .....	103 523	51 426	146 489	73 362	374 800
Abates .....	-	-	-	-	-
Amortizações do exercício .....	(5 437)	(8 571)	(3 750)	-	(17 758)
Saldo líquido de encerramento .....	98 319	51 506	142 739	73 362	365 926
Saldo em 31 de Dezembro de 2005:					
Custo .....	103 758	60 591	146 489	73 362	384 200
Amortizações acumuladas .....	(5 439)	(9 085)	(3 750)	-	(18 274)
Valor líquido .....	98 319	51 506	142 739	73 362	365 926

As adições do exercício de 2004 estão associadas ao início de actividade e consequentemente à necessidade de efectuar obras nas instalações arrendadas, de adquirir mobiliário diverso e o equipamento informático necessário.

Os activos tangíveis em curso referem-se na íntegra a equipamento informático que ainda se encontra em fase de instalação e desenvolvimento.

#### 10 — Activos intangíveis:

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2005 e 2004 na rubrica de activos intangíveis apresenta-se como segue:

	Sistemas de tratamento automático de dados			Outros activos intangíveis	Activos intangíveis em curso	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2004:						
Custo .....	-	-	-	-	-	-
Amortizações acumuladas .....	-	-	-	-	-	-
Valor líquido .....	-	-	-	-	-	-
Movimentos no exercício de 2005:						
Saldo líquido de abertura .....	-	-	-	-	-	-
Adições .....	224 356	-	-	31 552	-	255 908
Abates .....	-	-	-	-	-	-
Amortizações do exercício .....	(4 086)	-	-	-	-	(4 086)
Saldo líquido de encerramento .....	220 270	-	-	31 552	-	251 822

	Sistemas de tratamento automático de dados	Outros activos intangíveis	Activos intangíveis em curso	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2005:				
Custo .....	224 356	—	31 552	255 908
Amortizações acumuladas .....	(4 086)	—	—	(4 086)
Valor líquido .....	220 270	—	31 552	251 822

As adições do exercício de 2005 referem-se a *software* destinado ao desenvolvimento da actividade. A parte em curso diz respeito a *software* que se encontra ainda em fase de desenvolvimento.

## 11 — Activos por impostos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Impostos correntes:		
IRC a recuperar .....	25 823	580
Pagamento especial por conta .....	2 500	1 250
	<u>28 323</u>	<u>1 830</u>
Impostos diferidos:		
Por diferenças temporárias .....	34 250	27 403
Por prejuízos fiscais .....	682 998	—
	<u>717 248</u>	<u>27 403</u>

O movimento na rubrica de impostos diferidos activos apresenta-se como segue:

	2005	2004
Saldo inicial .....	27 403	—
Amortizações não aceites como custo (líquido) .....	2 296	27 403
Provisões para riscos gerais de crédito .....	4 551	—
Prejuízos fiscais .....	682 998	—
	<u>689 845</u>	<u>27 403</u>
Saldo final .....	717 248	27 403

Em 31 de Dezembro de 2005 a rubrica de imposto diferidos por diferenças temporárias inclui:

i) 4551 euros relativos à provisões para riscos gerais de crédito não aceites como custo fiscal em 2005 mas que serão aceites em períodos futuros;

ii) 29 699 euros relativos aos activos intangíveis reflectidos em custos em 2005 mas que fiscalmente apenas serão aceites em períodos futuros.

Os impostos diferidos por prejuízos fiscais resultam do apuramento da matéria colectável do início de 2005, tendo sido determinado um prejuízo fiscal de 2 483 629 euros (v. nota n.º 22). Tendo em consideração o desenvolvimento ocorrido e previsão dos negócios, a Secundis Finance prevê dispor de matéria colectável suficiente para absorver este prejuízo fiscal num prazo temporal de cerca de três anos.

## 12 — Outros activos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Devedores e outras aplicações:		
IVA a recuperar .....	24 246	24 239
Despesas com encargo diferido:		
Seguros .....	18 901	—
Rendas .....	10 333	3 285
Outras associadas a oper. de crédito ...	34 589	—
Outras .....	17 910	—
	<u>105 979</u>	<u>27 524</u>

## 13 — Provisões:

Os movimentos registados na rubrica de provisões durante o exercício de 2005 foram conforme segue:

	Saldo em 31 de Dez. de 2004	Aumentos	Utilizações	Reposições/reversões	Saldo em 31 de Dez. de 2005
Provisões para riscos gerais de crédito .....	—	17 831	—	(1 282)	16 549

## 14 — Outros passivos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004		2005	2004
Credores e outros recursos:			Outros credores .....	33 000	1 349
Sector público administrativo:			Credores por contratos de seguros	6 242	—
IVA a pagar .....	44 342	—	Encargos a pagar:		
Retenção de imp. na fonte (IRS) ...	152 954	9 870	Com o pessoal e administradores (férias e e subsídio de férias) .....	135 172	—
Imposto do selo a pagar .....	4 550	—	Outros encargos .....	2 500	165
Contribuições para a seg. social ....	33 818	4 113	Outras contas de regularização:		
Credores diversos:			Outras operações a regularizar .....	26 754	—
Outros fornecedores .....	208 442	49 129		928 815	64 626
Administradores .....	281 041	—			

O saldo incluindo na rubrica de credores diversos de 281 041 euros refere-se aos prémios a pagar aos administradores, de acordo com o definido pela comissão de remunerações e previdência da empresa.

O saldo de outros fornecedores inclui 135 530 euros relativos à aquisição de equipamento (mobiliário e equipamento informático). Do saldo remanescente 19 216 euros refere-se a saldos de fornecedores estrangeiros.

#### 15 — Capital:

O capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado em 31 de Dezembro de 2005 por 30 000 000 acções ordinárias de 1,00 euro cada. As acções sob a forma escritural, e nominativas, encontram-se registadas junto da própria instituição.

Durante o exercício de 2005 ocorreram dois aumentos de capital por entradas em dinheiro e dois por incorporação dos prémios de emissão, resultantes dos primeiros. O primeiro aumento de capital, ocorrido em Junho de 2005, de 11 641 045 euros foi realizado considerando as entradas por conta de 1 543 938 euros efectuadas em 2004 pelos potenciais accionistas. Este aumento gerou prémios de emissão de 3 957 955 euros que foram incorporados no capital em Julho de 2005, originando assim o segundo aumento de capital. O terceiro aumento de capital, no montante de 10 500 000 euros, ocorreu em Outubro de 2005 e gerou prémios de emissão de 3 570 000 euros. Em Dezembro de 2005 ocorreu o último aumento de capital do exercício pela incorporação desses prémios de emissão.

Ao capital de 30 000 000 euros encontram-se deduzidos 94 449 euros de despesas incorridas, directamente relacionadas com o processo de aumento de capital.

#### 16 — Responsabilidades, compromissos e contingências:

Em 31 de Dezembro de 2005 a Secundis Finance tem uma garantia contratada junto de um banco, emitida a favor de terceiros, no montante de 200 000 euros. Esta garantia está relacionada com o arrendamento das instalações.

Adicionalmente, decorrente dos contratos existentes com a empresa fornecedora do *software*, com a locadora relativamente aos veículos e com o proprietário do imóvel, em 31 de Dezembro de 2005 a Secundis Finance tem os seguintes compromissos futuros:

	Até um ano	De um ano a cinco anos
Despesas associadas ao contrato de <i>software</i> .....	38 720	38 720
Rendas de veículos .....	78 467	202 707
Rendas de instalações .....	157 862	394 654
	275 049	636 081

#### 17 — Juros e rendimentos similares:

	2005	2004
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País:		
Depósitos à ordem .....	160 322	4 251
Aplicações em instituições de crédito no País:		
Depósitos a prazo .....	69 902	—
Juros de crédito a clientes:		
Crédito à habitação .....	993	—
Crédito para outras finalidades .....	5 000	—
	236 217	4 251

#### 18 — Juros e encargos similares:

	2005	2004
Juros de recursos de outras instituições de crédito .....	5	—

	2005	2004
Outros juros e encargos similares .....	15	169
Comissões pagas relacionadas com operações de crédito .....	36	—
	56	169

#### 19 — Resultados de exploração:

	2005	2004
Rendimentos de serviços e comissões:		
Comissões por serviços prestados .....	(1 864)	—
Encargos com serviços e comissões:		
Por serviços bancários prestados por terceiros .....	3 123	—
Outros resultados de exploração — impostos indirectos:		
IVA .....	7 625	—
Imposto do selo .....	1 586	14
	12 334	14

#### 20 — Custos com pessoal:

	2005	2004
Remunerações .....	1 397 197	60 780
Encargos sociais obrigatórios .....	166 013	5 594
Seguros de acidentes de trabalho .....	2 711	—
Outros custos com pessoal .....	21 820	228
	1 587 741	66 602

Durante os exercícios de 2005 e 2004 o número médio de empregados e administradores executivos ao serviço da Secundis Finance apresenta-se como segue:

	2005	2004
Administradores executivos .....	3	3
Quadros .....	13	—
	16	3

Os empregados e administradores da Secundis Finance encontram-se abrangidos pelo regime geral da segurança social. A empresa não atribuiu planos de benefícios pós-emprego ou a longo prazo aos seus empregados e aos administradores.

#### 21 — Gastos gerais administrativos:

	2005	2004
Fornecimentos de terceiros .....	39 820	1 777
Serviços prestados por terceiros:		
Rendas e alugueres .....	158 329	11 123
Avenças e honorários .....	104 653	6 150
Comunicações .....	38 407	1 605
Deslocações, estadas e representação	130 120	14 558
Publicidade e edição de publicações ...	124 952	—
Seguros .....	14 570	—
Informática .....	39 627	—
Estudos e consultas .....	283 476	—
Consultores e auditores externos .....	32 495	16 404
Outros serviços de terceiros (inferiores a 10 000 euros) .....	22 084	1 465
	988 533	53 082

As rendas e alugueres incluem, em 2005, 12 meses de rendas (118 575 euros) enquanto em 2004 apenas três meses (10 744 euros). Adicionalmente, em 2005 encontram-se também incluídos nesta rubrica os alugueres operacionais de viaturas ligeiras no montante de 39 754 euros (2004: zero).

As avenças e honorários incluem os custos com advogados associados ao processo de alteração de objecto social e início de actividade, enquanto instituição financeira de crédito, e outros honorários por diversos serviços prestados.

A rubrica de estudos e consultas inclui os custos incorridos com o estudo de mercado e várias consultas associadas ao desenvolvimento da actividade financeira.

## 22 — Imposto sobre o rendimento imposto corrente:

A diferença entre a taxa real e a taxa nominal do imposto sobre o rendimento resulta do seguinte apuramento:

	2005	2004
Prejuízo contabilístico .....	(2 388 976)	(121 841)
Variações patrimoniais negativas .....	(129 571)	—
	(2 518 547)	(121 841)
A acrescentar:		
Amortizações não aceites .....	42 710	—
Prémios de seguros .....	9 757	—
Provisões não dedutíveis .....	16 549	—
A deduzir:		
Benefícios da criação de novos postos de trabalho .....	(34 098)	—
Prejuízo fiscal .....	(2 483 629)	(121 841)
IRC e derrama (27,5%) .....	—	—
Tributação autónoma .....	(9 574)	(270)
Imposto corrente .....	(9 574)	(270)
Retenções na fonte .....	35 397	850
Imposto a (pagar)/recuperar .....	25 823	580

## 23 — Transacções com entidades relacionadas:

### Remunerações à administração:

Durante os exercícios de 2005 e 2004 os custos incorridos com remunerações à administração ascenderam a 893 307 euros e 60 780 euros, respectivamente.

### Transacções com outras entidades relacionadas:

Durante o exercício de 2005 a Secundis Finance efectuou aquisições de *software* no montante de 186 733 euros a uma subsidiária (CFCAL — Crédit Foncier d'Alsace et de Lorraine-Banque) do Crédit Foncier de France, detentor de 35% do capital da Secundis. O efeito em resultados desta transacção resume-se apenas às correspondentes amortizações do exercício de 4 042 euros. Não existem outras transacções com entidades relacionadas.

A Administração, (*Assinaturas ilegíveis.*) — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível.*)

## Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras da Secundis Finance — Instituição Financeira de Crédito, S. A. (a instituição), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2005

(que evidencia um total de 28 946 854 euros e um total de capital próprio de 28 001 490 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1 708 704 euros), as demonstrações dos resultados, dos fluxos de caixa e de alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e as correspondentes notas explicativas. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal), as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adoptadas, em cada momento, pela União Europeia com as excepções referidas nos avisos n.º 1/2005 e n.º 4/2005 do Banco de Portugal.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da instituição, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Secundis Finance — Instituição Financeira de Crédito, S. A., em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

8 — *Ênfase.* — Sem afectar a opinião expressa no ponto 7 acima, salientamos que conforme referido na nota n.º 2.1 das notas explicativas, em 2005 a instituição adoptou pela primeira vez as Normas de Contabilidade Ajustadas na preparação das suas demonstrações financeiras, tendo para este efeito seguido os requisitos previstos na IFRS 1 — Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, pelo que esta adopção se reportou a 1 de Janeiro de 2004. Consequentemente, para efeitos de comparabilidade, a informação financeira apresentada referente àquela data e ao exercício de 2004, anteriormente preparada em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade, foi reexpressa para as Normas de Contabilidade Ajustadas conforme explicitado na nota n.º 5 das notas explicativas.

Lisboa, 16 de Fevereiro de 2006. — PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por *José Manuel Henriques Bernardo*, revisor oficial de contas.

2611037757

## SLN — SOCIEDADE LUSA DE NEGÓCIOS, SGPS, S. A.

## Relatório n.º 12-S/2007

## Relatório e contas de 2006

## Relatório do conselho de administração

## Enquadramento económico

## A economia mundial

As estimativas para o crescimento em volume da economia mundial apontam para um valor de 5%, medido em paridades de poder de compra, em linha com o valor verificado em 2005. A expansão das economias mais avançadas do mundo foi superior a 3%, acelerando do valor de 2,6% de 2005.

Se consideradas as taxas de câmbio na aferição do crescimento médio da economia mundial, o que atribui mais ponderação às economias mais desenvolvidas, a expansão económica no ano de 2006 processou-se a uma taxa de 3,8%, acelerando dos 3,4% do ano anterior.

O abrandamento da economia dos EUA para valores inferiores a 2,5% nos dois últimos trimestres de 2006, em consequência dos efeitos acumulados do aumento das taxas de juro pela Reserva Federal, foi compensado pelo dinamismo acrescido da União Europeia (2,9%) e pela expansão da economia japonesa.

Esta última, no 4.º trimestre de 2006 expandiu-se 1,2%, ou seja a uma taxa anualizada de 4,8%. A reaceleração do crescimento da economia mundial tem levado os bancos centrais a enveredar por uma política de subida gradual de taxas de juro, com vista a impedir um sobreaquecimento que leve ao ressurgimento de pressões inflacionistas.

Como tem sido uma constante no passado recente a expansão das economias emergentes e em desenvolvimento, onde pontificam as grandes economias asiáticas (China e a Índia), teve lugar a taxas muito elevadas (superiores a 7%), permitindo a continuação da convergência destas economias com as economias mais desenvolvidas.

## Crescimento económico

	2004	2005	Previsões	
			2006	2007
Economia mundial .....	5,3	4,9	5,1	4,9
Economia avançadas .....	3,2	2,6	3,1	2,7
EUA .....	3,9	3,2	3,4	2,9
Zona euro .....	2,4	1,7	2,9	2,7
Japão .....	2,3	2,6	2,7	2,1
Economias emergentes .....	7,7	7,4	7,3	7,2

Fonte. — FMI, Comissão Europeia.

O processo de globalização marcado pelo aumento da integração, interdependência e especialização das economias mundiais continuou, tendo o volume do comércio mundial crescido 8,9% em 2006, depois de 7,4% em 2005, segundo dados do FMI.

Numa apreciação geral é possível dizer que a economia mundial goza de considerável dinamismo à entrada de 2007, o qual provavelmente se deverá prolongar durante a parte inicial do ano.

A economia europeia expandiu-se em 2006 acima do seu crescimento potencial de longo prazo surpreendendo pela positiva e mostrando uma capacidade sustentada de progredir apesar da subida das taxas de juro, dos preços do petróleo mais elevados do que em 2005 e do abrandamento da economia dos EUA.

As economias que compõem a União Europeia expandiram-se a 2,9% em 2006. Os países que já adoptaram o euro como moeda deverão ter fechado o ano com um crescimento de 2,7%, valor ligeiramente superior às previsões da Comissão Europeia realizadas em Novembro (2,6%) e claramente acima dos 1,7% verificados em 2005.

Este valor contrasta com a modesta previsão de crescimento de 2,9% para 2006 feita há um ano pela Comissão Europeia. É de salientar que se verificou igualmente uma redução das diferenças entre as taxas de crescimento dos diversos países.

O crescimento económico na União Europeia no ano de 2006 acabou por ser muito bom em consequência da recuperação da procura interna resultante da criação de três milhões de postos de traba-

lho, sendo que dois milhões o foram dentro da zona euro. A taxa de desemprego estrutural na zona euro caiu para 7,7%, o valor mais baixo numa década.

Embora os preços dos produtos energéticos tenham mantido a inflação acima dos 2% em 2006 (mais precisamente 2,2% na zona euro), o valor deverá cair para 2% em 2007 devido a um efeito menos acentuado do que o prevista da subida da taxa de IVA na Alemanha dos 16% para 19%.

O aumento da produtividade e a intensa competição de novos países com salários mais baixos têm moderado as perspectivas para a inflação.

Embora seja previsível a diminuição deste ritmo de crescimento em 2007, a revisão das previsões para a zona euro mais recentes (16 de Fevereiro) apontam já para um valor próximo de 2,4% em 2007 e de 2,7% na União Europeia. Para tal deverão contribuir o consumo privado e o investimento, bem como uma revisão em alta da envolvente externa.

## Zona euro

	2003	2004	2005	Previsões	
				2006	2007
PIB .....	0,8	2,0	1,4	2,6	2,2
Consumo .....	1,2	1,5	1,4	2,0	2,1
Investimento .....	1,0	2,3	2,5	4,3	3,0
Taxa de desemprego	8,7	8,9	8,6	8,0	7,4
Inflação .....	2,1	2,1	2,2	2,2	1,9
Défice público (percentagem GDP) .....	-3,1	-2,8	-2,4	-2,0	-1,3
Dívida pública (percentagem GDP) .....	69,2	69,7	70,6	69,4	66,9
Saldo BTC (percentagem GDP) .....	0,5	0,8	0,0	-0,1	0,1

Fonte. — Comissão Europeia.

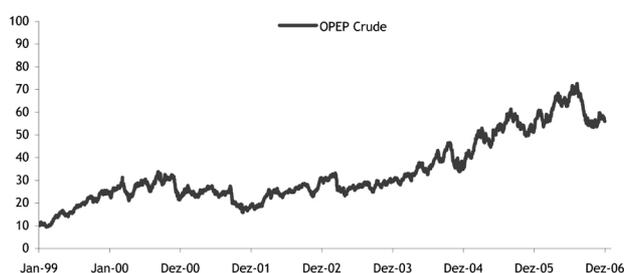
O ano de 2006 registou os preços do barril de petróleo mais elevados de sempre. O valor do cabaz de ramas dos países produtores que integram a OPEP atingiu o valor máximo de 72,64 dólares.

De referir que esta organização tem um novo estado membro em virtude do pedido de adesão de Angola, país que tem vindo gradualmente a transformar-se num dos maiores produtores de África, aproximando-se da Nigéria também membro da OPEP.

Depois do máximo atingido, o preço do barril de petróleo conheceu uma acentuada queda que o levou para baixo dos 55 dólares. Para além do aumento da capacidade de produção de petróleo em 2006, a queda ficou ainda a dever-se a condições meteorológicas favoráveis, as quais levaram ao desfazer de posições de investidores especulativos nos mercados de futuros que anteciparam uma repetição das interrupções de produção que, em 2005, se tinham verificado no Golfo do México durante a estação dos furacões. Acresce que um início de Inverno excepcionalmente ameno teve como efeito a redução da procura de petróleo para aquecimento fazendo aumentar os *stocks* existentes.

No início de 2007, o ressurgimento de tensões geopolíticas e a normalização do ciclo climático anual veio a ditar uma recuperação do preço do petróleo.

A subida dos preços dos produtos energéticos, juntamente com a subida dos preços dos metais e, mais recentemente, dos bens agrícolas não transformados, tem possibilitado uma melhoria acentuada dos saldos positivos das balanças de pagamentos das economias emergentes.



### A economia portuguesa

Apesar de não existirem ainda dados relativos ao 4.º trimestre de 2006, a economia portuguesa deverá ter aumentado a sua taxa de crescimento para 1,2% ou, eventualmente, ligeiramente mais. As previsões mais recentes do Banco de Portugal (Boletim de Inverno de 2006) apontam para uma aceleração do crescimento económico para 1,8% em 2007 e 2,1% em 2008.

Estes valores marcam uma revisão em alta das previsões de crescimento económico em Portugal acompanhando as expectativas de melhoria do crescimento da zona euro, mas assinalam também um maior optimismo no aumento da capacidade concorrencial externa da economia portuguesa, respondendo melhor aos choques externos resultantes da entrada nos mercados mundiais de países com um padrão de especialização de exportações semelhante ao português e mais competitivos nas produções de baixo valor acrescentado.

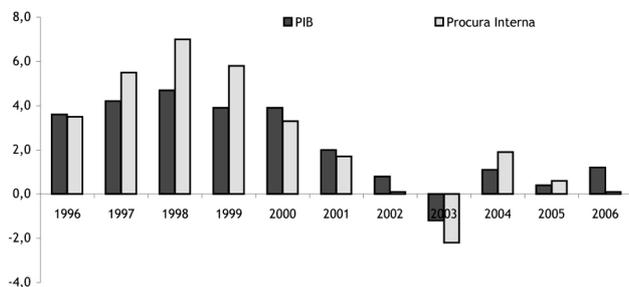
Portugal		Previsões		
	2005	2006	2007	2008
PIB .....	0,4	1,2	1,8	2,1
Consumo privado .....	1,7	1,2	1,5	1,7
Consumo público .....	1,9	-0,2	0,0	0,3
Formação bruta de capital fixo .....	-2,6	-3,1	0,0	3,9
Procura interna .....	0,6	0,1	1,1	1,9
Exportações .....	1,0	9,3	6,2	6,1
Importações .....	1,6	4,3	3,5	4,7
Balanco corrente + balanço de capital (percentagem do PIB) .....	-8,1	-7,6	-7,3	-7,2
Inflação .....	2,1	3,0	2,3	2,4

Fonte. — Banco de Portugal.

O grande motor do crescimento económico português foi o sector externo, uma vez que a taxa de crescimento da procura interna desacelerou de 0,6% para 0,1% em 2006.

Da procura interna só o consumo privado teve um comportamento expansivo (1,2%), mas a queda do consumo público de 0,2% (em termos reais) e a persistente apatia do investimento, espelhada na queda de 3,1% da formação bruta de capital fixo (FBCF), não permitiram um desempenho melhor da procura interna.

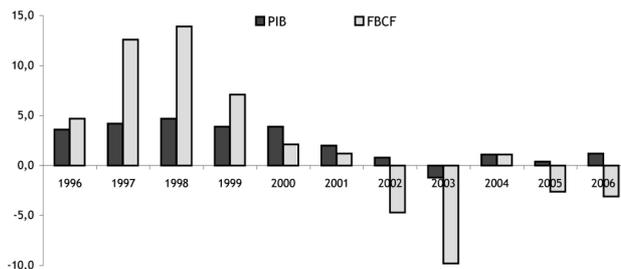
Em larga medida, este comportamento traduz a necessidade dos diversos agentes económicos portugueses responderem ao elevado nível de endividamento acumulado durante o período de expansão económica anterior.



No fim de 2006, a queda acumulada na FBCF atingia já os 19% desde 2002, uma vez que, durante este período, apenas em 2004 não foi este indicador negativo.

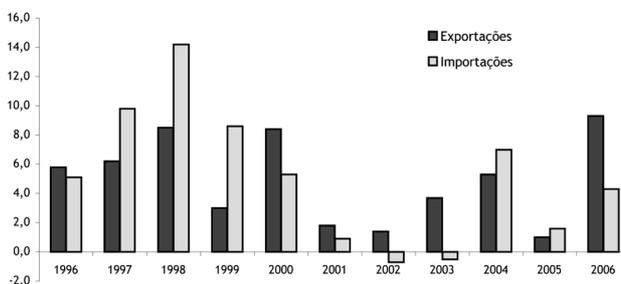
Este valor está em clara oposição à evolução do investimento na zona euro (4,3% em 2006) e, em particular, do investimento na indústria na zona euro onde se registou um crescimento de 7%, o valor mais elevado dos últimos sete anos.

Em 2007, a FBCF deverá inverter a tendência depressiva do período mencionado, mas só em 2008 é que o Banco de Portugal estima uma taxa de variação positiva (+ 3,9%) para o total do ano, refletindo evoluções positivas no investimento empresarial e no investimento dos particulares em habitação, uma vez que o investimento público deverá manter taxas de variação negativa até 2008.



As exportações, com um crescimento em volume de 9,3%, manifestaram um comportamento muito favorável reagindo positivamente ao aumento da procura externa dirigida à economia portuguesa, depois de sucessivos anos de perdas de quotas de mercado. Ao crescerem a um ritmo superior ao ritmo das importações (4,3%) permitiram uma ligeira melhoria do défice da balança comercial.

As previsões económicas vão agora no sentido da manutenção das quotas de mercado da economia portuguesa no comércio mundial, com o crescimento das exportações a acompanhar a dinâmica de crescimento do comércio mundial durante 2007.

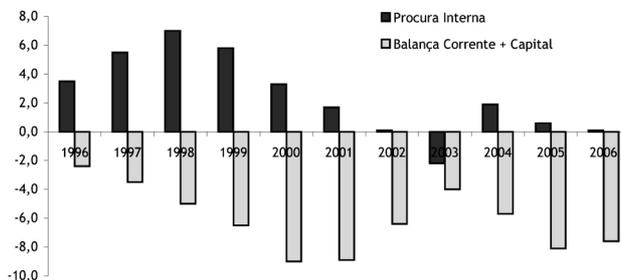


Segundo os dados mais recentes estima-se que em 2006, as necessidades de financiamento externo da economia portuguesa, tenham aumentado para os 13,3 mil milhões de euros, mais 4,5% que os 12,7 mil milhões de euros de 2005.

Apesar da quase estabilização do défice da balança corrente nos 14,6 mil milhões de euros em 2006, a redução em 480 milhões de euros do excedente da balança de capital (saldo de entradas e saídas de investimento público e privado em Portugal), determinou este agravamento.

O valor atingido é superior a 8% do PIB e supera a estimativa de 7,6% feita pelo Banco de Portugal em Janeiro, mas a manterem-se válidas as projecções económicas deverá reduzir-se para níveis próximos dos 7% (7,3% em 2007 e 7,2% em 2008).

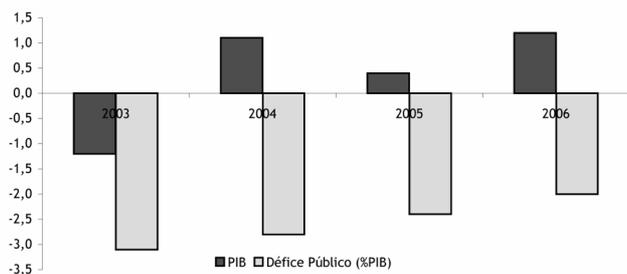
De referir que o nível do défice externo português está muito influenciado pelo elevado preço do petróleo e do gás natural, uma vez que o défice da balança de bens e serviços não energéticos era de 3,5% do PIB em 2006, prevendo-se que venha a baixar até 2008.



### Finanças públicas

Embora ainda não estejam disponíveis dados finais em termos de contabilidade pública, é quase certo que o défice do sector público administrativo deverá ter sido inferior à meta de 4,6% estabelecido no Programa de Estabilidade e Crescimento para 2006-2010.

Para além do aumento verificado na cobrança de impostos, a melhoria verificada em 2006 decorre também de uma redução do peso da despesa pública, em percentagem do PIB, invertendo uma tendência de crescimento contínuo e acentuado deste indicador.



A recuperação da actividade económica, as subidas de impostos verificadas em 2005 e a melhoria da capacidade da máquina fiscal na cobrança de impostos, traduziu-se num crescimento da receita fiscal do Estado de 7,2% em 2006. Enquanto isso, a despesa corrente primária (sem juros da dívida) aumentou em 2006 apenas 2,4%.

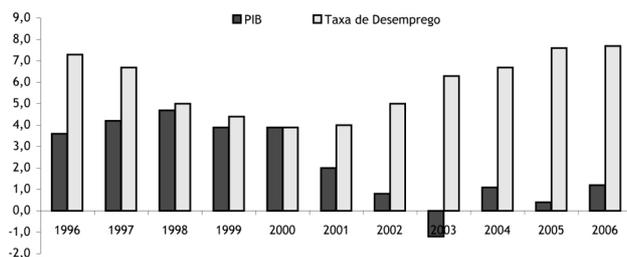
Para tal contribuíram as despesas orçamentais com o funcionalismo público que diminuíram 2,7% e as despesas com a aquisição de bens e serviços que também se reduziram em 3,6%. Comportamento inverso tiveram as transferências correntes para outras administrações públicas que aumentaram 6,5%. Por sua vez as despesas com os juros da dívida pública subiram 10,8%, em resultado do aumento quer das taxas de juro quer do *stock* de dívida. O défice do Estado na óptica de caixa foi de 7,40 mil milhões de euros, uma redução de 19,1% relativamente aos 9,14 mil milhões de 2005.

O envelhecimento da população portuguesa que se reflecte em compromissos de despesa pública crescentes com pouca discricionariedade levam a que seja necessário não abrandar os esforços de consolidação das contas públicas. Estes deverão prosseguir com diversas reformas, das quais destacamos as que se vão verificar ao nível da administração central do Estado (PRACE) e na segurança social com a introdução do factor de sustentabilidade no cálculo das pensões e a integração da CGA no regime geral da segurança social.

### Inflação e emprego

A taxa de inflação em Portugal medida pela variação média anual do IPC harmonizado atingiu 3,0% em 2006. Este valor foi influenciado pelo contributo dos bens energéticos, os quais acrescentaram cerca de 1% à taxa de inflação subjacente, durante os dois primeiros trimestres de 2006, e pelo efeito da subida da taxa de IVA de 19% para 21% em Julho de 2005.

O Banco de Portugal antecipa que a variação máxima da inflação homóloga venha a descer para 2,3% em 2007 e em 2,4% em 2008.



Em 2006, o crescimento económico ainda não foi suficientemente expressivo para permitir a redução do desemprego em Portugal. Segundo os últimos dados do INE, a taxa de desemprego média em 2006 foi de 7,7%, aumentando ligeiramente em relação a 2005 onde foi de 7,6%.

Em termos de médias anuais, as maiores taxas de desemprego verificaram-se no Alentejo (9,2%), no Norte (8,9%) e na região de Lisboa, sendo estas as regiões do país onde a taxa de desemprego é superior à média nacional.

Como já referimos no passado, a experiência macroeconómica portuguesa indica que será necessário que a economia volte a crescer sustentadamente a um ritmo superior a 2% ao ano, para que a taxa de desemprego possa diminuir de forma significativa. Em consequência tem-se sentido um novo aumento do recurso à emigração pelos portugueses, embora para destinos diferentes dos tradicionais, tirando

partido das oportunidades geradas pelo crescimento económico internacional.

### Evolução monetária e do sector bancário

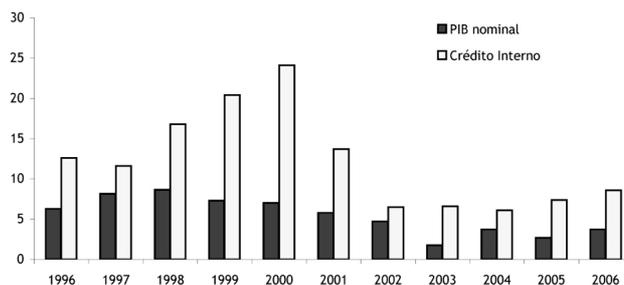
O crédito ao sector privado não monetário registou um crescimento de 8,6% em 2006 acelerando do valor de 7,4% verificado em 2005.

Este crescimento anual resultou da evolução dos empréstimos concedidos ao sector privado não financeiro que aumentou 8,8% (subida de 1,1% no valor da taxa de variação homóloga) e do aumento do crédito concedido a instituições financeiras não monetárias em 6,3% (mais 3,3% de taxa de variação homóloga).

Por sua vez, o aumento do crédito ao sector privado não financeiro decorreu tanto da aceleração da taxa de variação anual do crédito concedido a empresas não financeiras, o qual aumentou para 7,2% em 2006 (6,5% no ano anterior), como do aumento dos empréstimos concedidos a particulares em 9,9%.

No final de 2006, da análise do saldo vivo, ajustado de titularizações de créditos, dos empréstimos concedidos pelas instituições financeiras às entidades do sector privado não financeiro verificava-se que 42,0% se encontrava concedido a empresas; 47,3% estava aplicado em crédito a particulares para compra de habitação e os restantes 10,7% para crédito a consumo e outros fins.

Na mesma data, é de registar que, em virtude do aumento contínuo do crédito às famílias portuguesas, o valor dos depósitos que as mesmas tinham no sector bancário era já inferior em cerca de 23 mil milhões de euros ao valor dos empréstimos que lhe tinham sido concedidos pelo sector bancário.

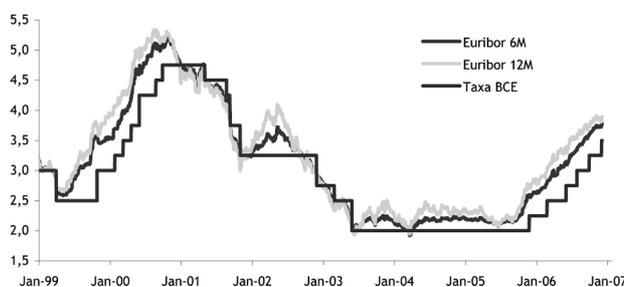


### Taxas de juro

O BCE continuou a política de aumento gradual da taxa directora do eurosistema em 2006, depois de ter iniciado a subida da taxa de referência da zona euro em Dezembro do ano anterior.

Esta taxa foi elevada de 2,25% para 3,5% durante 2006, em cinco incrementos de 0,25%.

Em virtude da forte dinâmica da economia da zona euro, as expectativas do mercado vão agora no sentido da taxa do Eurosistema se vir a situar nos 4%, em meados de 2007.

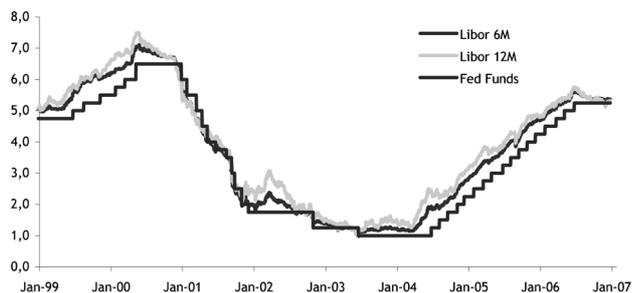


Nos EUA, a Reserva Federal prosseguiu a subida da sua taxa directora.

Esta foi aumentada em mais 1%, ao longo da primeira metade de 2006, de 4,25% para 5,25%, valor onde tem permanecido estabilizada desde 29 de Junho.

Com o subsequente abrandamento da taxa de crescimento da economia dos EUA, registada no 2.º semestre de 2006, os agentes econó-

micos antecipam agora que o próximo movimento da taxa directora seja de descida, embora a altura exacta do início da sua redução seja ainda objecto de discussão.



O ano de 2006 viu retomar-se a tendência de desvalorização do dólar norte-americano face ao euro.

Esta tendência, que começou em 2002, tinha sido brevemente interrompida durante 2005.

Com a paragem na subida das taxas pela Reserva Federal em meados de 2006, a subida do euro face ao dólar recomeçou, em virtude de se ter atenuado o diferencial de taxas de curto prazo que favorece a divisa dos EUA e de se manter o forte desequilíbrio das contas externas deste país.



Mais significativa terá sido a valorização do euro face ao iene o qual é provavelmente entre as maiores divisas mundiais, aquela que mais desvalorizada se encontra em termos de paridades de poder de compra.

Apesar do Banco do Japão ter acabado, durante 2006, com a política de cedência quantitativa de liquidez e de taxas de juro iguais a zero (ao subir a sua taxa de desconto para 0,25% em 14 de Julho), o iene continuou a desvalorizar face ao euro.

A expectativa que a subida de taxas pelo Banco do Japão seja muito gradual e para valores modestos tem encorajado alguns investidores a endividarem-se em ienes para fazer aplicações financeiras de cariz especulativo nos principais mercados mundiais.

### Mercados financeiros

O ano de 2006 voltou a ser positivo para os mercados accionistas mundiais, o que acontece pelo quarto ano consecutivo. Entre os três maiores blocos económicos só o Japão não registou uma valorização próxima dos 15%, em parte devido a uma pausa da muito significativa subida registada durante 2005.

Não obstante o comportamento favorável das bolsas registou-se uma correcção significativa das cotações das acções entre Maio e Junho. Esta queda temporária foi mais profunda nas bolsas dos mercados emergentes depois de fortes valorizações anteriores.

A paragem da subida das taxas de juro nos EUA, ocorrida em meados de Junho, veio a determinar o fim da correcção dos mercados accionistas mundiais permitindo que se iniciasse um novo ciclo de subida.

A bolsa portuguesa foi das que melhor comportamento teve em 2006 valorizando-se cerca de 30%. Para além do início da recuperação económica, o mercado beneficiou da actividade gerada por duas ofertas públicas de aquisição lançadas sobre as acções da Portugal Telecom e do Banco BPI.



### Proposta de aplicação de resultados

Nos termos da alínea f), do n.º 2 do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o resultado positivo do exercício, no montante de 36 721 647,86 euros, tenha a seguinte aplicação:

Para reserva legal — 1 836 082,39 euros;  
Para reservas livres — 34 885 565,47 euros.

O resultado consolidado foi de 75 594 milhares de euros.

Lisboa, 5 de Abril de 2007. — O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *Luís Carlos Oliveira Caprichoso*, vogal — *Francisco Gonçalves Sanches*, vogal — *Joaquim Manuel Nunes*, vogal — *José António Mendes Ribeiro*, vogal.

### Anexo ao relatório do conselho de administração

#### ANEXO I

Para efeitos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, a posição accionista dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, no exercício de 2006, era a seguinte:

José de Oliveira Costa, possuía, em 1 de Janeiro de 2006, 18 565 910 acções. Possuindo, em 31 de Dezembro de 2006, 18 515 910 acções.

Luís Carlos Oliveira Caprichoso não possuía, em 1 de Janeiro de 2006, quaisquer acções. Não possuía, em 31 de Dezembro de 2006, quaisquer acções.

Francisco Gonçalves Sanches não possuía, em 1 de Janeiro de 2006, quaisquer acções. Não possuía, em 31 de Dezembro de 2006, quaisquer acções.

Joaquim Manuel Nunes não possuía, em 1 de Janeiro de 2006, quaisquer acções. Não possuía, em 31 de Dezembro de 2006, quaisquer acções.

José António Mendes Ribeiro não possuía, em 1 de Janeiro de 2006, quaisquer acções. Não possuía, em 31 de Dezembro de 2006, quaisquer acções.

#### ANEXO II

Para efeitos do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, as participações dos accionistas eram, à data do encerramento do exercício, as seguintes:

Accionistas com, pelo menos, metade do capital social:

Nada a referir.

Accionistas com, pelo menos, um terço do capital social:

Nada a referir.

Accionistas com, pelo menos, um décimo do capital social:

SLN Valor, SGPS, L.<sup>da</sup>

Lisboa, 5 de Abril de 2007. — O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *Luís Carlos Oliveira Caprichoso*, vogal — *Francisco Gonçalves Sanches*, vogal — *Joaquim Manuel Nunes*, vogal — *José António Mendes Ribeiro*, vogal.

**Balanco individual em 31 de Dezembro de 2006**

## ACTIVO

(Em milhares de euros)

	Notas	2006			2005
		Valor antes de impar. e amortiz.	Imparidade e amortiz.	Valor líquido	Pró-forma — Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....		—	—	—	—
Disponibilidades em outras instituições de crédito .....	3	39 725	—	39 725	7 891
Activos financeiros detidos para negociação .....		—	—	—	—
Activos financeiros ao justo valor através de resultados .....		—	—	—	—
Activos financeiros disponíveis para venda .....		—	—	—	—
Aplicações em instituições de crédito .....	4	—	—	—	60 000
Crédito a clientes .....		—	—	—	—
Investimentos detidos até à maturidade .....		—	—	—	—
Activos com acordo de recompra .....		—	—	—	—
Derivados de cobertura .....		—	—	—	—
Activos não correntes detidos para venda .....		—	—	—	—
Propriedades de investimento .....		—	—	—	—
Outros activos tangíveis .....	5	488	312	176	238
Activos intangíveis .....	6	127	38	89	101
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos .....	7	491 944	—	491 944	374 501
Activos por impostos correntes .....		418	—	418	369
Activos por impostos diferidos .....		—	—	—	—
Outros activos .....	8	281 507	—	281 507	288 386
<i>Total do activo</i> .....		814 209	350	813 859	731 486

## PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO

	Notas	2006	2005
		Valor líquido	Pró-forma — Valor líquido
<b>Passivo:</b>			
Recursos de bancos centrais .....		—	—
Passivos financeiros detidos para negociação .....		—	—
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados .....		—	—
Recursos de outras instituições de crédito .....		—	—
Recursos de clientes e outros empréstimos .....		—	—
Responsabilidades representadas por títulos .....		—	—
Passivos financeiros associados a activos transferidos .....		—	—
Derivados de cobertura .....	9	221	—
Provisões .....		—	—
Passivos por impostos correntes .....		—	—
Passivos por impostos diferidos .....		—	—
Instrumentos representativos de capital .....		—	—
Outros passivos subordinados .....	10	100 306	50 367
Outros passivos .....	11	1 284	5 572
<i>Total do passivo</i> .....		101 811	55 939
<b>Capital próprio:</b>			
Capital .....	12	470 925	470 925
Prémios de emissão .....	12	151 104	151 104
Outros instrumentos de capital .....		—	—
Acções próprias .....		—	—
Reservas de reavaliação .....	9, 12	(221)	—
Outras reservas e resultados transitados .....	12, 13	53 518	12 769
Resultado líquido .....		36 722	40 749
Dividendos antecipados .....		—	—
<i>Total do capital próprio</i> .....		712 048	675 547
<i>Total do passivo e do capital próprio</i> .....		813 859	731 486

**Demonstração dos resultados individuais em 31 de Dezembro de 2006**

(Em milhares de euros)

	Notas	2006	2005 Pró-forma
Juros e rendimentos similares .....		1 960	2 439
Juros e encargos similares .....		3 377	2 242
Margem financeira .....	14	(1 417)	197
Rendimentos de instrumentos de capital .....	15	29 000	44 218
Rendimentos de serviços e comissões .....		—	—
Encargos com serviços e comissões .....		—	—
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados .....		—	—
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda .....		—	—
Resultados de reavaliação cambial .....		—	—
Resultados de alienação de outros activos .....		—	—
Outros resultados de exploração .....	16	13 494	41
Produto da actividade .....		41 077	44 456
Custos com pessoal .....	17	1 194	1 234
Gastos gerais administrativos .....	18	3 027	2 391
Amortizações do exercício .....	6, 7	77	79
Custos operacionais .....		4 298	3 704
Provisões líquidas de reposições e anulações .....		—	—
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líq. de reposic. e anulações) .....		—	—
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações .....		—	—
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações .....		—	—
Resultado antes de imposto .....		36 779	40 752
Impostos:			
Correntes .....	19	57	3
Diferidos .....		—	—
Resultado após imposto .....		36 722	40 749
Do qual: resultado líquido após impostos de operações descontinuadas .....		—	—
Resultado por acção (euros):			
Básico .....		0,08	0,09
Diluído .....		0,08	0,09

O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *Luís Carlos Oliveira Caprichoso*, vogal — *Francisco Gonçalves Sanches*, vogal — *Joaquim Manuel Nunes*, vogal — *José António Mendes Ribeiro*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Luís Miguel Reis de Almeida*.

**Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2006**

	2006	2005
Fluxos de caixa das actividades operacionais:		
Juros e comissões recebidas .....	1 960	2 124
Rendimentos adquiridos nos activos disponíveis para venda .....	—	—
Pagamento de juros e comissões .....	(3 438)	(2 281)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores .....	(4 073)	(3 174)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais .....	(7)	41
Recuperação de créditos incobráveis .....	—	—
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais .....	(5 558)	(3 290)
(Aumentos) diminuições dos activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito .....	60 000	18 000
Activos financeiros detidos para negociação .....	—	—
Créditos a clientes .....	—	—
Activos ao justo valor por resultados .....	—	—
Derivados de cobertura .....	—	—
Activos não correntes detidos para venda .....	—	—
Outros activos .....	24 179	(31 607)
Fluxo dos activos operacionais .....	84 179	(13 607)

(Em milhares de euros)

	2006	2005
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de bancos centrais .....	—	—
Recursos de instituições de crédito .....	—	—
Recursos de clientes e outros empréstimos .....	—	—
Passivos financeiros detidos para negociação .....	—	—
Outros passivos .....	(4 073)	3 407
Fluxo dos passivos operacionais .....	(4 073)	3 407
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento .....	74 548	(13 490)
Impostos pagos .....	(106)	(184)
<i>Caixa líquida das actividades operacionais</i> .....	<u>74 442</u>	<u>(13 674)</u>
Fluxos de caixa das actividades de investimento:		
Dividendos recebidos .....	25 000	19 218
Aquisição de activos disponíveis para venda .....	—	—
Alienação de activos disponíveis para venda .....	—	—
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis .....	(1)	(7)
Vendas de activos tangíveis .....	—	—
Aquisições/alienações de propriedades de investimento .....	—	—
Investimentos em empresas filiais e associadas .....	(117 443)	(16)
<i>Caixa líquida das actividades de investimento</i> .....	<u>(92 444)</u>	<u>19 195</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento:		
Aumento de capital .....	—	—
Dividendos pagos .....	—	—
Emissão de dívida titulada e subordinada .....	49 836	470
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros .....	—	—
Remuneração paga relativa a passivos subordinados .....	—	—
<i>Caixa líquida das actividades de financiamento</i> .....	<u>49 836</u>	<u>470</u>
Aumento (diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes .....	31 834	5 991
Caixa e equivalentes no início do exercício .....	7 891	1 900
Caixa e equivalentes no fim do exercício .....	39 725	7 891

O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *Luís Carlos Oliveira Caprichoso*, vogal — *Francisco Gonçalves Sanches*, vogal — *Joaquim Manuel Nunes*, vogal — *José António Mendes Ribeiro*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Luís Miguel Reis de Almeida*.

### Demonstração de alterações no capital próprio em 31 de Dezembro de 2006

	Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação	Acções (quotas) próp.	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Capital próprio
Posição no início do período — 1 de Janeiro de 2005 (PCSB) .....	448 500	151 104	—	—	21 549	(819)	14 464	634 798
Aumentos de reservas e resultados transitados por aplicação dos resultados .....	—	—	—	—	13 645	819	(14 464)	—
Aumentos/reduções de capital .....	22 425	—	—	—	(22 425)	—	—	—
Resultado líquido do período .....	—	—	—	—	—	—	40 749	40 749
Posição no fim do período — 31 de Dezembro de 2005 (PCSB) .....	470 925	151 104	—	—	12 769	—	40 749	675 547
Impacto da adopção dos IAS/IFRS, excluindo IAS 32 e IAS 39:								
Activos intangíveis (IAS 38) .....	—	—	—	—	—	—	—	—
Activos fixos tangíveis (IAS 16) .....	—	—	—	—	—	—	—	—
Periodificação de comissões (IAS 18) .....	—	—	—	—	—	—	—	—
Impostos diferidos (IAS 12) .....	—	—	—	—	—	—	—	—
Primeira aplicação do IAS 32 e do IAS 39:								
Valorização ao justo valor .....	—	—	—	—	—	—	—	—
Capitais próp. em 31 de Dezembro de 2005 (NCA) .....	<u>470 925</u>	<u>151 104</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>12 769</u>	<u>—</u>	<u>40 749</u>	<u>675 547</u>

(Em milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Reservas de reavaliação	Acções (quotas) próp.	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Capital próprio
Ajustamentos no período:								
Aumentos de reservas e resultados transitados por aplicação dos resultados .....	—	—	—	—	2 037	38 712	(40 749)	—
Reservas resultantes da valorização ao justo valor	—	—	(221)	—	—	—	—	(221)
<b>Total dos ajustamentos no capital próprio .....</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>(221)</b>	<b>—</b>	<b>2 037</b>	<b>38 712</b>	<b>(40 749)</b>	<b>(221)</b>
Resultado líquido do período .....	—	—	—	—	—	—	36 722	36 722
Distribuição antecipada de lucros .....	—	—	—	—	—	—	—	—
Interesses minoritários .....	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2006 .....</b>	<b>470 925</b>	<b>151 104</b>	<b>(221)</b>	<b>—</b>	<b>14 806</b>	<b>38 712</b>	<b>36 722</b>	<b>712 048</b>

O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *Luís Carlos Oliveira Caprichoso*, vogal — *Francisco Gonçalves Sanches*, vogal — *Joaquim Manuel Nunes*, vogal — *José António Mendes Ribeiro*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Luís Miguel Reis de Almeida*.

## Notas às demonstrações financeiras individuais em 31 de Dezembro de 2006

(Montantes expressos em milhares de euros)

### Nota introdutória:

A SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., é uma sociedade gestora de participações sociais, constituída por escritura pública em 11 de Setembro de 1998, tendo por objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A actividade da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., está sujeita à supervisão do Banco de Portugal, por ser considerada uma companhia financeira, nos termos do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As demonstrações financeiras da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., serão objecto de consolidação com as suas filiais e associadas.

### 1 — Bases de apresentação, políticas contabilísticas e critérios valorimétricos

#### 1.1 — Geral:

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com as normas internacionais de contabilidade, conforme disposto no aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, em conformidade com o Plano de Contas definido pela instrução n.º 23/2004, e apresentadas segundo os Modelos definidos pela instrução n.º 18/2005, estabelecidos pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 115.º do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, excepto no que se refere a:

i) Valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se mantém o anterior regime, de acordo com o disposto no aviso do Banco de Portugal n.º 3/2005, de 21 de Fevereiro;

ii) Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pela IAS 16 — activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais valias resultantes são registadas em reservas de reavaliação.

Até 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras individuais da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., foram pre-

paradas de acordo com os princípios contabilísticos consagrados no Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB), nos termos da instrução n.º 4/96 do Banco de Portugal, de 17 de Junho, e demais disposições do Banco de Portugal.

Em 2006 a sociedade apresenta pela primeira vez as suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as NCA.

#### 1.2 — Comparabilidade da informação:

As demonstrações financeiras reportadas ao exercício de 2005 foram convertidas para as NCAs — demonstrações financeiras pró-forma — nos termos previstos no IFRS 1 — adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, incluindo a adopção das normas IAS 32 — Instrumentos Financeiros: divulgação e apresentação e IAS 39 — Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração.

#### 1.3 — Resumo das principais políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

i) *Especialização de exercícios.* — A SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras.

ii) *Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.* — Os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos são valorizados pelo método do custo de aquisição, de acordo com a IAS 27.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos quando recebidos ou quando são atribuídos, desde que a data de atribuição ocorra antes da data efectiva do fecho das contas.

Antes de 1 de Janeiro de 2006 este tipo de investimentos era classificado como participações, sendo constituídas provisões no caso de se perspectivarem perdas potenciais.

iii) *Imparidade.* — Em conformidade com as NCA, a empresa avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo ou grupo de activos apresenta sinais de imparidade.

iv) *Derivados de cobertura.* — Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida, que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados ou como investimentos a deter até à maturidade ou como crédito ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os derivados com

valor líquido a receber (justo valor positivo) e os de valor líquido negativo (justo valor) são incluídos na rubrica de derivados de cobertura.

v) *Pensões de reforma.* — A empresa não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de pensões de reforma.

vi) *Impostos correntes.* — A SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., está sujeita a tributação em sede de Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente derrama municipal.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a segurança social, sendo que para as quotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de 10 anos), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos exercícios de 2003 a 2006 poderão vir ainda a ser sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais.

Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações de imposto, devido essencialmente a diferentes interpretações de legislação fiscal. Contudo, é convicção da administração da empresa que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Também de acordo com a legislação fiscal em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

vii) *Impostos diferidos.* — Não foram reconhecidos impostos diferidos activos ou passivos dado não existirem situações que levem à sua contabilização.

## 2 — Introdução das normas de contabilidade ajustadas:

A SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., aplicou as NCAs na preparação das demonstrações financeiras individuais, de acordo com o aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

## 3 — Disponibilidades em outras instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

(Em milhares de euros)		
	2006	2005 Pró-forma
Disponibilidades sobre instit. de crédito no País:		
Depósitos à ordem .....	39 525	7 576
Cheques a cobrar .....	—	—
Outras disponibilidades .....	—	—
	<u>39 525</u>	<u>7 576</u>

(Em milhares de euros)

	2006	2005 Pró-forma
Disponibilidades sobre instit. de crédito no estrangeiro:		
Depósitos à ordem .....	—	—
Cheques a cobrar .....	—	—
Outras disponibilidades .....	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>
Juros a receber .....	200	315
	<u>39 725</u>	<u>7 891</u>

## 4 — Aplicações em instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Aplicações em instituições de crédito no País:		
Mercado monetário interbancário .....	—	—
Aplicações a muito curto prazo .....	—	—
Depósitos .....	—	60 000
Empréstimos .....	—	—
Operações de compra com acordo de revenda .....	—	—
Aplicações subordinadas .....	—	—
Outras aplicações .....	—	—
Juros a receber .....	—	—
Receitas diferidas .....	—	—
	<u>—</u>	<u>60 000</u>
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro:		
Juros vencidos a regularizar .....	—	—
Despesas de crédito vencido .....	—	—
Correcções de valor de activos objecto de cobertura .....	—	—
Comissões associadas ao custo amortizado (líquido) .....	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>
Imparidade .....	—	60 000
	<u>—</u>	<u>60 000</u>

## 5 — Outros activos tangíveis:

O movimento ocorrido na rubrica de outros activos tangíveis durante o ano de 2006 foi o seguinte:

(Em milhares de euros)

	2005		Aquisições	Alienações e abates	Transferências	Amortiz. do exerc.	Saldo em 2006
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					
Imóveis em uso .....	—	—	—	—	—	—	—
Equipamento:							
Equipamento informático .....	160	71	2	—	—	24	67
Outro equipamento .....	19	7	—	—	—	2	10
	<u>179</u>	<u>78</u>	<u>2</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>26</u>	<u>77</u>
Outros activos tangíveis .....	<u>307</u>	<u>170</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>38</u>	<u>99</u>
	486	248	2	—	—	64	176

## 6 — Activos intangíveis:

O movimento ocorrido na rubrica de activos intangíveis durante o ano de 2006 foi o seguinte:

(Em milhares de euros)

	2005		Aqui- sições	Alienações e abates	Transfe- rências	Amortiz. do exerc.	Saldo em 2006
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					
Sistemas de tratamento automático de dados .....	—	—	—	—	—	—	—
Outros activos intangíveis .....	126	25	—	—	—	12	89
	<u>126</u>	<u>25</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>12</u>	<u>89</u>
Activos intangíveis em curso .....	—	—	—	—	—	—	—
	<u>126</u>	<u>25</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>12</u>	<u>89</u>

## 7 — Investimentos em filiais e associadas e empreendimentos conjuntos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Participação efectiva (percentagem)		Valor de balanço		Capitais próprios	Resultado líquido
	2006	2005	2006	2005		
Partinvest, SGPS, S. A. ....	100,0	100,0	5 237	5 237	5 797	1 534
BPN, SGPS, S. A. ....	100,0	100,0	363 253	283 253	397 918	32 477
Grupo Português de Saúde, SGPS, S. A. ....	100,0	100,0	24 999	14 999	17 887	(3 241)
ABZ — Urbanismo e Construções, L. <sup>da</sup> .....	50,0	50,0	3	3	—	—
Turivisa, L. <sup>da</sup> .....	77,1	69,0	696	376	—	—
SLN Investimentos, SGPS, S. A. ....	100,0	100,0	5 000	5 000	6 935	(796)
Pleiade — Investimentos e Participações, SGPS, S. A. ....	100,0	100,0	41 087	41 087	22 679	512
Dumpfe Holding, B. V. ....	100,0	100,0	27	27	—	—
SLN Multiauto, SGPS, S. A. (ex. SLN CAR, SGPS, S. A.) .....	100,0	100,0	17 809	4 490	21 103	6 249
SLN Novas Tecnologias, SGPS, S. A. ....	100,0	100,0	5 000	5 000	8 479	1 617
Partinvest — Imobiliária, SGPS, S. A. ....	100,0	100,0	15 000	2 500	10 944	(1 042)
SLN Internacional, SGPS, S. A. ....	100,0	100,0	2 450	2 450	823	(15)
Marinapart, SGPS, S. A. ....	30,0	30,0	10 000	10 000	13 644	208
Planfin — Serv. Planeamento Financ. Internac., S. A. ....	19,0	19,0	47	47	—	—
Socenta — Construções Imobiliárias, S. A. ....	10,0	10,0	10	10	—	—
Siresp, S. A. ....	33,0	33,0	1 326	17	2 132	(1 883)
Lusenerg .....	—	10,0	—	5	—	—
			<u>491 944</u>	<u>374 501</u>		

## 8 — Outros activos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Devedores, outras aplicações e outros activos:		
Aplicações diversas .....	578	578
Sector público administrativo .....	—	—
Devedores diversos .....	<u>280 919</u>	<u>287 791</u>
	<u>281 497</u>	<u>288 369</u>
Despesas com encargo diferido:		
Outras despesas com encargo diferido	<u>10</u>	<u>17</u>
	<u>281 507</u>	<u>288 386</u>

## 9 — Derivados de cobertura:

A empresa celebrou com o Banco Português de Negócios um contrato de *swap* de taxa de juro, com as seguintes características:

Montante — 25 000 000 euros.  
Data de contratação — 6 de Maio de 2006.  
Data de início — 9 de Maio de 2006.  
Data de vencimento — 26 de Outubro de 2009.  
Taxa flutuante — Euribor seis meses + *Spread*.

*Spread* — 0,81%.

Pagador da taxa flutuante — SLN, SGPS, S. A.

Juros — Semestrais a 25 Abril e 25 Outubro.

Base cálculo — 360 dias.

1.º período de contagem de juros na taxa flutuante em euros — entre a data de início e 26 de Outubro de 2006.

Taxa fixa — 4,50%.

Pagador da taxa fixa — Banco Português de Negócios.

Juros — Semestrais a 25 Abril e 25 Outubro.

Base cálculo — 360 dias.

1.º período de contagem de juros na taxa fixa em euros — entre a data de início e 26 de Outubro de 2006.

À data de 31 de Dezembro de 2006 a posição do justo valor do *swap* é de — 220 887 euros.

## 10 — Outros passivos subordinados:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Empréstimos subordinados:		
Titulados:		
Emissões .....	100 000	50 000
Recompras .....	—	—
	<u>100 000</u>	<u>50 000</u>

	(Em milhares de euros)	
	2006	2005 Pró-forma
Juros a pagar .....	306	367
	100 306	50 367

A rubrica de passivos subordinados é composta por dois empréstimos obrigacionistas no montante de 50 000 milhares de euros cada.

O primeiro empréstimo teve início em 25 de Outubro de 2004. O pagamento de juros é efectuado semestralmente e a taxa de juro aplicável é de 4,5% até ao cupão de 25 de Outubro de 2009, sendo a partir daí obtida através da taxa Euribor a seis meses, em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,75%, e o vencimento do empréstimo ocorre em 2014.

O emitente poderá efectuar o reembolso antecipado da emissão, total ou parcial, a partir do quinto ano de vida do empréstimo, sujeito ao acordo prévio do Banco de Portugal.

O segundo empréstimo teve início em 8 de Maio de 2006. O pagamento de juros é efectuado semestralmente e a taxa de juro aplicável no primeiro cupão foi de 4,5%.

A partir do segundo cupão, e até ao cupão que se vence em 8 de Maio de 2011, a taxa de juro é obtida através da taxa Euribor a seis meses, em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,15%.

Nos restantes cupões a fórmula de cálculo é idêntica mas o *spread* sobre para 1,50%. O vencimento do empréstimo ocorre em 2016.

O emitente poderá efectuar o reembolso antecipado da emissão, total ou parcial, a partir do quinto ano de vida do empréstimo, sujeito ao acordo prévio do Banco de Portugal. Não existem quaisquer condições de subordinação que permitam a conversão do passivo subordinado em capital ou em outra forma de passivo.

#### 11 — Outros passivos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Credores e outros recursos:		
Recursos diversos .....	—	—
Sector público administrativo .....	35	51
Credores diversos .....	803	5 069
	838	5 120
Encargos a pagar:		
Juros a pagar .....	—	—
Outros encargos a pagar .....	446	452
	446	452
	1 284	5 572

#### 12 — Capital próprio:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	Capital	Prémios de emissão	Outros instrum. de cap.	Acções próp.	Reservas de reaval.	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Dividendos pagos
Saldo em 31 de Dezembro de 2005 (PCSB) ....	470 925	151 104	—	—	—	12 769	40 749	—
Impacto da adopção das IAS/IFRS .....	—	—	—	—	—	—	—	—
Saldo em 1 de Janeiro de 2006 .....	470 925	151 104	—	—	—	12 769	40 749	—
Aplicação resultado .....	—	—	—	—	—	40 749	(40 749)	—
Resultado do exercício .....	—	—	—	—	—	—	36 722	—
Outros .....	—	—	—	—	(221)	—	—	—
	470 925	151 104	—	—	(221)	53 518	36 722	—

O capital é composto por 470 925 000 acções de um euro cada e encontra-se totalmente realizado.

#### 13 — Outras reservas e resultados transitados:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Outras reservas:		
Reserva legal .....	5 221	3 183
Outras reservas .....	9 585	9 586
	14 806	12 769
Resultados transitados:		
Aprovados .....	38 712	—
	53 518	12 769

#### 14 — Margem financeira:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Juros e rendimentos similares:		
Juros de disponibilidades .....	1 960	2 014

	2006	2005 Pró-forma
Juros de aplicações em instituições de crédito .....	—	—
Juros de crédito a clientes .....	—	—
Juros de crédito vencido .....	—	—
Juros de outros activos financeiros .....	—	425
	1 960	2 439
Juros e encargos similares:		
Juros de recursos .....	—	—
Juros de responsabilidades representadas por títulos .....	—	—
Juros de passivos financeiros .....	—	—
Juros de derivados .....	—	—
Juros de passivos subordinados .....	3 377	2 242
Outros juros e encargos .....	—	—
	3 377	2 242
	(1 417)	197

## 15 — Rendimentos de instrumentos de capital:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

(Em milhares de euros)		
	2006	2005 Pró-forma
Activos financeiros disponíveis para venda	—	—
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos:		
No País .....	29 000	44 218
No estrangeiro .....	—	—
Outros instrumentos de capital .....	—	—
	<u>29 000</u>	<u>44 218</u>

## 16 — Outros resultados de exploração:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Rendimentos e receitas operacionais:		
Ganhos em investimentos em filiais .....	13 495	44
Ganhos em activos não financeiros .....	—	—
Outros ganhos e rend. operacionais .....	<u>121</u>	<u>142</u>
	<u>13 616</u>	<u>186</u>

## Encargos e gastos operacionais:

Perdas em investimentos em filiais .....	—	—
Perdas em activos não financeiros .....	—	—
Outros encargos e gastos operacionais ...	<u>122</u>	<u>3</u>
	<u>122</u>	<u>3</u>

## Outros impostos:

Impostos indirectos .....	—	142
Impostos directos .....	—	—
	<u>—</u>	<u>142</u>
	<u>13 494</u>	<u>41</u>

## 17 — Custos com pessoal:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização .....	876	987
Remuneração de empregados .....	69	146
Encargos sociais obrigatórios .....	71	101
Outros custos com pessoal .....	<u>178</u>	<u>—</u>
	<u>1 194</u>	<u>1 234</u>

## 18 — Gastos administrativos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Água energia e combustíveis .....	5	6
Material de consumo corrente .....	—	2
Publicações .....	4	4
Material de higiene e limpeza .....	—	1
Rendas e alugueres .....	368	184
Comunicações .....	4	8
Deslocações, estadas e representação .....	<u>10</u>	<u>27</u>

	2006	2005 Pró-forma
Publicidade e edição de publicações .....	—	60
Conservação e reparação .....	3	7
Seguros .....	33	8
Serviços especializados .....	2 520	2 007
Outros serviços de terceiros .....	<u>80</u>	<u>77</u>
	<u>3 027</u>	<u>2 391</u>

## 19 — Impostos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Imposto corrente:		
Do exercício .....	57	3
Correcção de exercícios anteriores .....	<u>—</u>	<u>—</u>
	<u>57</u>	<u>3</u>
Imposto diferido:		
Diferenças temporárias .....	—	—
Por prejuízos fiscais reportáveis .....	<u>—</u>	<u>—</u>
	<u>—</u>	<u>—</u>
	<u>57</u>	<u>3</u>

20 — Transacções realizadas com entidades em relação de domínio, ou que sejam filiais da mesma empresa-mãe:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Réditos:		
Juros de disponibilidades .....	1 960	2 014
Juros de outros activos financeiros .....	—	425
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos .....	29 000	44 218
Outros ganhos e rendimentos operacionais	<u>27</u>	<u>—</u>
	<u>30 987</u>	<u>46 657</u>

## Gastos:

Rendas e alugueres .....	35	156
Seguros .....	33	21
Deslocações, estadas e representação .....	—	16
Serviços especializados .....	—	238
Outros serviços de terceiros .....	4	—
Outros custos com pessoal .....	<u>16</u>	<u>—</u>
	<u>88</u>	<u>431</u>

## 21 — Outras informações:

Em rendimentos de instrumentos de capital estão registados dividendos no montante global de 29 000 000 euros, relativos ao exercício de 2006, por via da distribuição de resultados e ou reservas, conforme actas de aprovação de contas das respectivas empresas participadas.

Estes dividendos serão liquidados no exercício de 2007.

## 22 — Passivos contingentes:

Não são conhecidos passivos contingentes à data de 31 de Dezembro de 2006.

23 — Acontecimentos após a data do balanço:

Até à presente da data, não existem acontecimentos subsequentes relevantes que possam afectar a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras, em referência à data de 31 de Dezembro de 2006.

O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *Luís Carlos Oliveira Caprichoso*, vogal — *Francisco Gonçalves Sanches*, vogal — *Joaquim Manuel Nunes*, vogal — *José António Mendes Ribeiro*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Luís Miguel Reis de Almeida*.

### Certificação legal das contas individuais

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 813 859 milhares de euros e um total de capital próprio de 712 048 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 36 722 milhares de euros), a demonstração de resultados por natureza, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as correspondentes notas explicativas.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade da administração da Empresa a preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor, tal como adoptadas pela União Europeia, com a excepção referida no aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal de Portugal (NCAs), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da sociedade, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizados na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

8 — *Ênfase*. — Sem afectar a opinião expressa no ponto anterior, chamamos a atenção para a seguinte situação:

i) Conforme referido na nota n.º 2 das notas explicativas, em 2006 a sociedade adoptou pela primeira vez as Normas de Contabilidade

Ajustadas na preparação das suas demonstrações financeiras, tendo para este efeito seguido os requisitos previstos na IFRS 1 — Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, pelo que esta adopção se reportou a 1 de Janeiro de 2005. Consequentemente, para efeitos de comparabilidade, a informação financeira apresentada referente àquela data e ao exercício de 2005, anteriormente preparada em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, foi reexpressa para as Normas de Contabilidade Ajustadas conforme explicitado na nota n.º 1.2 das notas explicativas.

Lisboa, 10 de Abril de 2007. — J. Monteiro & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por *José Manuel Carlos Monteiro*, revisor oficial de contas.

### Relatório e parecer do fiscal único

*Srs. Accionistas:*

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente, na qualidade de fiscal único, apresentamos o nosso relatório e parecer sobre as contas e o relatório de gestão apresentados pelo conselho de administração da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

Analisámos o relatório de gestão do conselho de administração e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, compreendendo o balanço, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração de alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes notas explicativas.

Na qualidade de revisor oficial de contas, procedemos à emissão da certificação legal das contas, e do relatório anual sobre a fiscalização efectuada.

Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2006, satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Como nos compete damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pela sociedade, que constam das Notas explicativas.

Nestes termos, o fiscal único é de parecer:

1.º Que sejam aprovados o relatório de gestão do conselho de administração, o balanço, a demonstração de resultados por natureza, a demonstração de alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes notas explicativas, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo conselho de administração.

Lisboa, 10 de Abril de 2007. — O Fiscal Único: J. Monteiro & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.ª, representada por *José Manuel Carlos Monteiro*, revisor oficial de contas.

### Relatório de auditoria

1 — *Introdução e responsabilidades*. — Examinámos as demonstrações financeiras da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A. (adiante também designada por SLN SGPS), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um activo líquido de 813 859 milhares de euros e um total de capital próprio de 712 048 milhares de euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração de alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes notas às demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da SLN SGPS, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

2 — *Âmbito*. — O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segu-

rança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação da adequacidade das políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. As presentes demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2006 incluem participações de capital e suprimentos no valor global de, respectivamente, 128 691 milhares de euros e 212 408 milhares de euros que respeitam a empresas cujas demonstrações financeiras foram examinadas por outros revisores oficiais de contas, cujas certificações legais das contas levámos em consideração. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2006, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) definidas pelo Banco de Portugal.

4 — *Ênfase.* — Sem afectar a opinião expressa no ponto anterior chamamos a atenção para que no exercício de 2006, conforme referido na nota n.º 1, as referidas demonstrações financeiras foram preparadas pela primeira vez de acordo com as NCA definidas pelo Banco de Portugal. Sendo a data desta transição reportada a 1 de Janeiro de 2005, a informação financeira comparativa referente ao exercício de 2005 foi reexpressa em conformidade nas presentes demonstrações financeiras.

Lisboa, 10 de Abril de 2007. — Os Auditores: BDO, bdc & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Pedro Aleixo Dias, revisor oficial de contas.

### Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006

#### ACTIVO

(Em milhares de euros)

	Notas	2006			2005
		Valor antes de imparidade e amortiz.	Imparidade e amortiz.	Valor líquido	Pró-forma — Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	6	352 405	—	352 405	305 884
Disponibilidades em outras instituições de crédito .....	7	540 571	—	540 571	206 618
Activos financeiros detidos para negociação .....	8	146 064	—	146 064	75 853
Activos financeiros ao justo valor através de resultados .....	8	331 661	—	331 661	303 396
Activos financeiros disponíveis para venda .....	9, 25	318 042	1	318 041	124 487
Aplicações em instituições de crédito .....	10	228 556	—	228 556	71 537
Crédito a clientes .....	11, 25	4 788 140	137 242	4 650 898	4 180 834
Investimentos detidos até à maturidade .....		—	—	—	—
Activos com acordo de recompra .....		—	—	—	—
Derivados de cobertura .....	8.1	79	—	79	93
Outros activos tangíveis .....	13	464 265	154 822	309 443	220 671
Activos intangíveis .....	14	59 668	20 014	39 654	25 104
Investimentos em associadas e filiais excluídas de consolidação .....	15, 25	191 752	1 479	190 273	187 328
Activos por impostos correntes .....	16	3 314	—	3 314	1 727
Activos por impostos diferidos .....	16	19 125	—	19 125	19 230
Provisões técnicas de resseguro cedido .....	17	18 644	—	18 644	17 204
Outros activos .....	18, 25				
Devedores por seguro directo e resseguro .....		21 623	4 629	16 994	19 601
Outros .....		546 582	18 387	528 195	424 135
<i>Total do activo</i> .....		8 030 491	336 574	7 693 917	6 183 702

#### PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO

	Notas	2006	2005
		Valor líquido	Pró-forma — Valor líquido
Passivo:			
Recursos de bancos centrais .....	19	77	—
Passivos financeiros detidos para negociação .....	20	27 768	15 878
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados .....	20	535	268
Recursos de outras instituições de crédito .....	21	646 651	593 481
Recursos de clientes e outros empréstimos .....	22	4 039 825	3 912 688
Responsabilidades representadas por títulos .....	23	266 202	54 889
Passivos financeiros associados a activos transferidos .....	24	565 279	—
Derivados de cobertura .....	8.1	614	505
Provisões .....	25	2 197	697
Provisões técnicas .....	17	167 664	153 686
Passivos por impostos correntes .....	16	16 796	11 747
Passivos por impostos diferidos .....	16	4 682	5 093
Instrumentos representativos de capital .....		—	—

(Em milhares de euros)

	Notas	2006 — Valor líquido	2005 Pró-forma — Valor líquido
Outros passivos subordinados .....	26	250 306	200 367
Outros passivos .....	27		
Credores por seguro directo e resseguro .....		339 306	309 080
Outros passivos .....		739 303	342 464
<i>Total do passivo .....</i>		<u>7 067 205</u>	<u>5 600 843</u>
<b>Capital próprio:</b>			
Capital .....	28	470 925	470 925
Prémios de emissão .....	28	151 104	151 104
Outros instrumentos de capital .....		—	—
Acções próprias .....	28	(17 988)	(21 551)
Reservas de reavaliação .....		(221)	—
Outras reservas e resultados transitados .....	28	(86 249)	(93 555)
Diferenças cambiais .....	28	1 665	1 724
Resultado líquido .....	28, 43	75 594	44 059
Dividendos antecipados .....		—	—
Interesses minoritários .....	28	31 882	30 153
<i>Total do capital próprio .....</i>		<u>626 712</u>	<u>582 859</u>
<i>Total do passivo e do capital próprio .....</i>		<u>7 693 917</u>	<u>6 183 702</u>

O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *Luís Carlos Oliveira Caprichoso*, vogal — *Francisco Gonçalves Sanches*, vogal — *Joaquim Manuel Nunes*, vogal — *José António Mendes Ribeiro*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Luís Miguel Reis de Almeida*.

### Demonstração dos resultados consolidados em 31 de Dezembro de 2006

	Notas	2006	2005 Pró-forma
Juros e rendimentos similares .....		329 625	285 583
Juros e encargos similares .....		172 611	129 285
Margem financeira .....	30	157 014	156 298
Rendimentos de instrumentos de capital .....	31	725	548
Rendimentos de serviços e comissões .....	32	73 167	62 798
Encargos com serviços e comissões .....	32	32 617	30 815
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados .....	33	23 049	17 085
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda .....	33	2 965	2 138
Resultados de reavaliação cambial .....	33	2 857	1 733
Resultados de alienação de outros activos .....	33	18 168	2 094
Resultado líquido de resseguro .....	34	27 453	25 421
Outros resultados de exploração .....	35	193 115	127 827
Produto da actividade .....		<u>465 896</u>	<u>365 127</u>
Custos com pessoal .....	36	157 094	135 497
Gastos gerais administrativos .....	37	145 041	119 320
Amortizações do exercício .....	13, 14	31 346	26 408
Custos operacionais .....		<u>333 481</u>	<u>281 225</u>
Provisões líquidas de reposições e anulações .....	38	(6 437)	(5 226)
Imparidade do crédito líquido de reversões e recuperações .....	39	(32 625)	(28 676)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações .....	40	948	310
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações .....	40	(460)	792
Resultado operacional .....		<u>93 841</u>	<u>51 102</u>
Diferenças de consolidação negativas .....		—	—
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (MEP) .....	41	6 570	9 749
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários .....		<u>100 411</u>	<u>60 851</u>

(Em milhares de euros)

	Notas	2006	2005 Pró-forma
<b>Impostos:</b>			
Correntes .....	42	30 769	17 973
Diferidos .....	42	(7 761)	(2 747)
Resultado após impostos antes de interesses minoritários .....		77 403	45 625
Do qual: resultado líquido após impostos de operações descontinuadas .....		—	—
Interesses minoritários .....		1 809	1 566
Resultado consolidado do exercício .....	43	75 594	44 059
<b>Resultado por acção (euros):</b>			
Básico .....		0,16	0,10
Diluído .....		0,16	0,10

O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *Luís Carlos Oliveira Caprichoso*, vogal — *Francisco Gonçalves Sanches*, vogal — *Joaquim Manuel Nunes*, vogal — *José António Mendes Ribeiro*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Luís Miguel Reis de Almeida*.

### Demonstração de fluxos de caixas consolidados em 31 de Dezembro de 2006

	Consolidado	
	2006	2005
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais:</b>		
Juros e comissões recebidas .....	638 216	624 911
Rendimentos adquiridos nos activos disponíveis para venda .....	—	(342)
Pagamento de juros e comissões .....	(352 621)	(312 767)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores .....	(611 220)	(458 603)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais .....	492 728	302 955
Recuperação de créditos incobráveis .....	352	46
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais .....	167 455	156 200
<b>(Aumentos) diminuições dos activos operacionais:</b>		
Aplicações em instituições de crédito .....	(136 854)	62 142
Activos financeiros detidos para negociação .....	(42 929)	46 644
Créditos a clientes .....	(496 258)	(386 761)
Activos ao justo valor por resultados .....	(9 708)	(74 803)
Derivados de cobertura .....	(269)	20
Activos não correntes detidos para venda .....	95	(35 008)
Outros activos .....	(19 372)	127 723
Fluxo dos activos operacionais .....	(705 295)	(260 043)
<b>Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:</b>		
Recursos de bancos centrais .....	—	—
Recursos de instituições de crédito .....	(14 933)	2 563
Recursos de clientes e outros empréstimos .....	118 363	282 231
Passivos financeiros detidos para negociação .....	(11 818)	(11 375)
Outros passivos .....	876 614	(46 152)
Fluxo dos passivos operacionais .....	968 226	227 267
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento .....	430 386	123 424
Impostos pagos .....	(19 016)	(12 249)
<i>Caixa líquida das actividades operacionais .....</i>	<i>411 370</i>	<i>111 175</i>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento:</b>		
Dividendos recebidos .....	717	160
Aquisição de activos disponíveis para venda .....	(281 309)	(145 106)
Alienação de activos disponíveis para venda .....	69 267	32 550
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis .....	(85 648)	(72 739)
Vendas de activos tangíveis e intangíveis .....	4 999	10 893

(Em milhares de euros)

	Consolidado	
	2006	2005
Aquisição/alienação de propriedades de investimento .....	—	12
Investimentos em empresas filiais e associadas .....	(74 508)	(56 573)
Subsídios de investimento .....	416	1
Outros recebimentos/pagamentos .....	421	237
<i>Caixa líquida das actividades de investimento .....</i>	<u>(365 645)</u>	<u>(230 565)</u>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento:		
Aumento de capital .....	458	1 980
Redução de capital e prestações suplementares .....	(292)	(8 100)
Dividendos pagos .....	(460)	74 490
Emissão de dívida titulada e subordinada .....	347 583	124 237
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros .....	—	—
Remuneração paga relativa a passivos subordinados .....	—	—
Aquisição e venda de acções próprias .....	—	(423)
Amortização de contratos de locação financeira .....	(795)	(605)
Outros juros e custos similares .....	(11 889)	(7 419)
<i>Caixa líquida das actividades de financiamento .....</i>	<u>334 605</u>	<u>184 160</u>
Aumento (diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes .....	380 330	64 770
Efeito das diferenças de câmbio .....	—	—
Caixa e equivalentes no início do exercício .....	516 663	451 893
Caixa e equivalentes no fim do exercício .....	896 993	516 663

O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *Luís Carlos Oliveira Caprichoso*, vogal — *Francisco Gonçalves Sanches*, vogal — *Joaquim Manuel Nunes*, vogal — *José António Mendes Ribeiro*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Luís Miguel Reis de Almeida*.

## Demonstração de alterações no capital próprio consolidado em 31 de Dezembro de 2006

(Em milhares de euros)

	IAS/IFRS	Capital	Prémios de emissão	Reserva legal	Acções próprias	Outras reservas	Diferenças cambiais	Resultados transitados	Resultado do exercício	Interesses minoritários	Capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro (PCSB) .....		448 500	151 104	–	–	(7 347)	–	(869)	48 353	2 822	642 563
Aplicação de resultados .....		–	–	723	–	46 810	–	819	(48 353)	–	–
Aumento de capital .....		22 425	–	–	–	–	–	(22 425)	–	–	–
Outros ajustamentos .....		–	–	(723)	–	(58 105)	–	22 475	–	788	–
RL do período .....		–	–	–	–	–	–	–	44 952	–	–
<b>Saldo em 31 de Dezembro (PCSB) .....</b>		<b>470 925</b>	<b>151 104</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>(18 642)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>44 952</b>	<b>3 610</b>	<b>651 949</b>
Impacto da aplicação das IFRS/IAS:											
Concentração de actividades empresariais	IFRS 3	–	–	–	–	584	–	–	279	–	–
Impostos diferidos .....	IAS 12	–	–	–	–	13 151	(738)	–	2 605	–	–
Provisões .....	IAS 37	–	–	–	–	12 416	–	–	–	–	–
Taxa efectiva .....	IAS 32 e 39	–	–	–	–	(7 278)	–	–	(390)	–	–
Benefícios a empregados .....	IAS 19	–	–	–	–	(24 748)	–	–	(4 402)	–	–
Consolidação de SPE .....	IAS 27	–	–	–	–	(3 123)	–	–	38	–	–
Activos intangíveis .....	IAS 38	–	–	–	–	(6 515)	–	–	686	–	–
Outros instrumentos financeiros .....	IAS 39	–	–	–	–	(181)	–	–	(7)	–	–
Imparidade de crédito .....	IAS 39	–	–	–	–	(954)	–	–	–	–	–
Custos diferidos .....	Estrutura conceptual	–	–	–	–	(5 150)	–	–	(2 951)	–	–
Diferenças cambiais .....	IAS 21	–	–	–	–	484	2 938	–	–	–	–
Alteração de perímetro:											
Geslusa — acções próprias da SLN .....		–	–	–	(21 551)	–	–	–	–	–	–
Interesses minoritários .....		–	–	–	–	(24 509)	(476)	–	(1 558)	26 543	–
Outros ajustamentos .....		–	–	–	–	(29 090)	–	–	4 807	–	–
<b>Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2005 .....</b>		<b>470 925</b>	<b>151 104</b>	<b>–</b>	<b>(21 551)</b>	<b>(93 555)</b>	<b>1 724</b>	<b>–</b>	<b>44 059</b>	<b>30 153</b>	<b>582 859</b>
Aplicação resultado .....		–	–	2 037	–	3 310	–	38 712	(44 059)	–	–
Resultado do exercício .....		–	–	–	–	–	–	–	75 594	250	–
Outros .....		–	–	(2 037)	3 563	3 775	(59)	(38 712)	–	1 479	–
<b>Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2006 .....</b>		<b>470 925</b>	<b>151 104</b>	<b>–</b>	<b>(17 988)</b>	<b>(86 470)</b>	<b>1 665</b>	<b>–</b>	<b>75 594</b>	<b>31 882</b>	<b>626 712</b>

O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *Luís Carlos Oliveira Caprichoso*, vogal — *Francisco Gonçalves Sanches*, vogal — *Joaquim Manuel Nunes*, vogal — *José António Mendes Ribeiro*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Luís Miguel Reis de Almeida*.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2006

(Montantes expressos em milhares de euros)

### 1 — Nota introdutória:

O Grupo SLN, do qual a SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A. (abreviadamente SLN, SGPS, S. A.), é a empresa-mãe, é constituído por empresas que actuam em diferentes áreas de negócio, em Portugal, no Brasil e Cabo Verde, nomeadamente nos sectores financeiro e segurador; agro-alimentar; do comércio de retalho automóvel; dos cuidados hospitalares; da gestão e hotelaria e turismo; das tecnologias de informação e imobiliário.

A SLN, SGPS, S. A., é uma sociedade gestora de participações sociais, constituída por escritura pública em 11 de Setembro de 1998, tendo por objecto social as actividades legalmente consentidas a este tipo de sociedade, nomeadamente a gestão de participações sociais noutras sociedades.

A actividade da SLN, SGPS, S. A., está sujeita à supervisão do Banco de Portugal, sendo considerada uma empresa financeira, nos termos do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

Durante o exercício de 2006, ocorreram algumas alterações significativas a nível da estrutura do Grupo, nomeadamente a expansão do sector automóvel com a aquisição das empresas Multiauto e Grupo Motorgest. Ainda durante o ano de 2006, foram alienadas as participações nas empresas Ergi Empreendimentos, do sector imobiliário no Brasil, e na Lusenerg — Energias Renováveis.

Em 31 de Dezembro de 2006, as sociedades que integram o perímetro de consolidação do Grupo SLN são:

Empresa	Método de consolidação	Participação
7COMP .....	Integral	78,00
Animacorpus .....	Integral	100,00
Avipronto .....	Eq. patrimonial	24,85
AVS — Corretores de Seguros .....	Integral	66,66
AVS — Consultadoria e Gestão, L. <sup>da</sup> .....	Integral	59,99
Azulso, L. <sup>da</sup> .....	Integral	100,00
Banco Efisa .....	Integral	99,80
BIZ Service — Tecnologia em Meios Pagamento, L. <sup>da</sup> .....	Integral	99,80
Bizz First .....	Integral	51,00
BPN — IFI, S. A. (Instituição Financeira Internacional, S. A.) .....	Integral	99,80
BPN Brasil .....	Integral	99,80
BPN Cayman .....	Integral	99,80
BPN Crédito IFIC .....	Integral	99,80
BPN Crédito Brasil .....	Integral	99,80
BPN Crédito Corret. de Seguros, L. <sup>da</sup> .....	Integral	78,20
BPN Gestão Activos .....	Integral	99,80
BPN Imofundos .....	Integral	99,80
BPN Imoglobal .....	Eq. patrimonial	30,15
BPN Madeira .....	Integral	99,80
BPN Participações Brasil .....	Integral	79,84
BPN Participações Financeiras .....	Integral	99,80
BPN, S. A. .....	Integral	100,00
BPN Serviços ACE .....	Integral	98,54
BPN SGPS .....	Integral	100,00
Brick and Sand .....	Integral	100,00
British Hospital Lisbon XXI .....	Integral	90,00
BYPASS .....	Eq. patrimonial	44,91
Cagicomp .....	Integral	92,62
Carvisão, L. <sup>da</sup> .....	Integral	100,00
Castania .....	Integral	100,00
Centro de Imagiologia Médica .....	Integral	100,00
Clínica Braga .....	Integral	100,00
Clínica do Porto .....	Integral	100,00
Clínica Lotus (Coimbra) .....	Integral	100,00
Clínica Lótus, S. A. .....	Integral	100,00
Cliuni — Clínica Unida, S. A. .....	Integral	60,47
CNE — Cimentos Nacionais e Estrangeiros .....	Integral	100,00
Coimbracar .....	Integral	100,00
Complementus .....	Integral	100,00
Coseal, L. <sup>da</sup> .....	Integral	64,93
Datacomp — Sistemas Informáticos .....	Integral	97,50
Dumpfe .....	Integral	100,00

Empresa	Método de consolidação	Participação
Dywidag .....	Eq. patrimonial	50,00
Easy Quick .....	Integral	100,00
Emmedi .....	Eq. patrimonial	26,57
Evoracar, S. A. .....	Integral	100,00
Fincor .....	Integral	80,00
FIQ — Fundo Investimento Qualificado — Banco EFISA .....	Integral	56,21
Foz Garden .....	Integral	99,92
Gamboia Promoção Imobiliária, S. A. .....	Integral	100,00
Garagem Lopes .....	Integral	100,00
Geosil .....	Integral	100,00
Geslusa Trading .....	Integral	100,00
GP Diálise — Cascais .....	Integral	100,00
GP Diálise — Sacavém .....	Integral	100,00
GP Dialise .....	Integral	100,00
GP Saúde — Serviços de Gestão de Participadas .....	Integral	100,00
Grupo Português de Saúde SGPS .....	Integral	100,00
Hospital Britânico (LUKH) .....	Eq. patrimonial	50,00
I2S .....	Integral	51,00
I2S Brasil .....	Integral	50,49
I2S NET .....	Integral	49,98
IMI — Imagens Méd. Integradas, S. A. .....	Integral	100,00
Imoreal .....	Eq. patrimonial	44,15
Imostrong .....	Integral	100,00
IMRM .....	Eq. patrimonial	50,00
Inapal .....	Integral	70,00
Limpeque .....	Integral	100,00
Marina da Barra, S. A. .....	Eq. patrimonial	50,00
Marina Part, SGPS .....	Eq. patrimonial	30,00
Maxicar, L. <sup>da</sup> .....	Integral	100,00
Medinorte — Serviços Médicos Noturnos, L. <sup>da</sup> .....	Integral	71,20
MEXCOR — Sociedade Med. de Seguros, L. <sup>da</sup> .....	Integral	46,66
Microcular — Centro de Microcirurgia Ocular Laser e Diagnóst., S. A. .....	Integral	67,49
Monte da Quinta Club — Actividades Hoteleiras .....	Integral	100,00
Morais e Cabral .....	Eq. patrimonial	26,00
Motorconta, L. <sup>da</sup> .....	Integral	100,00
Motorex, L. <sup>da</sup> .....	Integral	100,00
Motorgal, L. <sup>da</sup> .....	Integral	100,00
Motorgest, S. A., SGPS .....	Integral	100,00
Motorluz, L. <sup>da</sup> .....	Integral	100,00
Motorpor, L. <sup>da</sup> .....	Integral	100,00
Motorsintra, S. A. .....	Integral	100,00
Multiauto .....	Integral	100,00
Mz Car, L. <sup>da</sup> .....	Integral	100,00
New Link Solutions .....	Integral	51,00
Nossa .....	Eq. patrimonial	35,40
Parte non .....	Integral	80,00
Partinvest Imobiliária .....	Integral	100,00
Partinvest SGPS .....	Integral	100,00
Peres, Sociedade Unipessoal .....	Integral	75,00
Pet Gest .....	Integral	50,80
Planmediação — Mediação Imobiliária .....	Integral	100,00
Pleiade .....	Integral	100,00
Primelab .....	Integral	100,00
Raposeira .....	Integral	89,90
Real Re, Ltd. .....	Integral	99,80
Real Seguros .....	Integral	96,53
Real Vida Seguros .....	Integral	100,00
Rentilusa .....	Integral	100,00
Santa Maria Park Hotel .....	Integral	100,00
Seac Banche .....	Integral	78
Seac Banche Internacional .....	Integral	94,58
Seac Brasil .....	Integral	77,99
Seac Espanha .....	Integral	52,26
Seac França .....	Integral	78,00
Seac USA .....	Integral	78,00
Serviplex .....	Integral	100,00
SIRESP .....	Eq. patrimonial	42,31
SLN Cabo Verde — ex. Clear Gain ..	Integral	100,00
SLN Internacional .....	Integral	100,00
SLN Investimentos .....	Integral	100,00

Empresa	Método de consolidação	Participação
SLN Madeira .....	Integral	99,80
SLN Multiauto, SGPS, S. A. ....	Integral	100,00
SLN Novas Tecnologias .....	Integral	100,00
SLV — Sociedade de Leilões de Veículos .....	Integral	100,00
SMDI — Serviços Médicos de Diagnóstico pela Imagem, S. A. ....	Integral	80,00
SMN — Serv. Méd. Nocturnos, S. A. ....	Integral	83,14
Sociedade Agr. Comerc. Varosa .....	Eq. patrimonial	49,50
Soc. Lusa de Negócios SGPS, S. A. ..	Integral	100,00
Socenta .....	Eq. patrimonial	50,00
Sociedade Gestora Centro Medicina Física Reabilitação do Sul .....	Integral	100,00
Sortegel .....	Integral	100,00
Tapada das Chaves .....	Integral	89,45
Toscana .....	Integral	78,00
Triweb, L.ª .....	Integral	100,00
Turifenus .....	Integral	100,00
Turigon .....	Integral	100,00
Turiscaramulo — Emp. Turisc. ....	Integral	100,00
Turivisa .....	Integral	69,00
UMS — Unid. Móveis de Saúde, L.ª ..	Integral	71,20
Vantec .....	Eq. patrimonial	50,00
VSegur .....	Integral	100,00
World Rest, S. A. ....	Integral	75,00

2 — Bases de apresentação, comparabilidade da informação, princípios de consolidação e políticas contabilísticas:

#### 2.1 — Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras individuais da SLN, SGPS, S. A., das suas subsidiárias e associadas, utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram preparadas com base nos seus registos contabilísticos, que são processados em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos nos Planos de Contas emitidos pelas respectivas autoridades de supervisão.

Até 31 de Dezembro de 2005, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo SLN foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para o Sistema Bancário (PCSB) e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo SLN de 2006, são apresentadas de acordo Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS). Neste sentido, estas demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração preconizado pelas IFRS, com efeito a 1 de Janeiro de 2005, tal como adoptado na União Europeia.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 e foram preparadas de acordo com as IFRS em vigor, tal como adoptadas na União Europeia até 31 de Dezembro de 2006.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo SLN estão expressas em milhares de euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, designadamente instrumentos financeiros derivados, activos financeiros ao justo valor através de resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer que o Grupo exerça o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas, com eventual impacto sobre as actuais estimativas e nos montantes de proveitos, custos, activos e passivos. As áreas que envolvem uma maior grau de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas na nota n.º 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião de conselho de administração em 5 de Abril de 2007.

#### 2.2 — Comparabilidade da informação:

Por forma a assegurar a comparabilidade com o ano anterior, as demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2005 foram reexpressas para IAS/IFRS — demonstrações financeiras pró-forma — de acordo com o preconizado na IFRS 1 — Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro. O Grupo decidiu por não optar pela regra de transição permitida pela IFRS 1, que estabelece a não obrigatoriedade de aplicação das IAS 32, IAS 39 e IFRS 4 na data de transição com referência a 1 de Janeiro de 2005, pelo que as demonstrações financeiras agora apresentadas, com referência a 31 de Dezembro de 2006 e respectivos comparativos incluem o efeito da aplicação das referidas normas.

Assim, as normas IAS 32 — Instrumentos Financeiros: divulgação e apresentação, IAS 39 — Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração e IFRS 4 — Contratos de Seguro, foram aplicadas pela primeira vez nas demonstrações financeiras a 1 de Janeiro de 2005.

#### 2.3 — Princípios de consolidação:

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo SLN apresentadas, reflectem os activos, passivos e resultados da empresa-mãe e das suas subsidiárias e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas. Procedeu-se à uniformização das políticas contabilísticas de base, observada pelas entidades consolidantes, sempre que tal foi considerado necessário, aplicável ou materialmente relevante.

#### Entidades subsidiárias:

São consideradas subsidiárias as entidades sobre as quais o Grupo exerce controlo. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém mais de metade dos direitos de voto de uma entidade ou possuindo uma percentagem sobre os seus capitais próprios inferior a 50%, detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional da entidade, de modo a obter benefícios das suas actividades. As entidades subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária, atribuíveis aos interesses minoritários, excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos contabilizados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas previamente absorvidas sejam recuperadas.

#### Entidades associadas:

São consideradas associadas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, poderá ainda exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos conselhos de administração com poderes executivos.

Os investimentos em associadas são consolidados pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o Grupo adquire influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver pagamentos em nome da associada.

#### Diferenças de consolidação:

As diferenças de consolidação negativas (*goodwill* positivo) resultantes das concentrações de actividades empresariais ocorridas até 1 de Janeiro de 2005 encontram-se deduzidas aos capitais próprios.

O Grupo contabiliza as aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2005 pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor, determinado à data da compra, dos activos cedidos, dos passivos incorridos ou assumidos adicionado de quaisquer custos atribuíveis à aquisição.

As diferenças de consolidação representam a diferença entre o valor de custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

De acordo com a IFRS 3 — Concentrações de Actividades Empresariais, o *goodwill* positivo é reconhecido no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado. O valor recuperável do *goodwill* reconhecido no activo é revisto anualmente, independentemente dos sinais de imparidade, conforme previsto na IAS 36 — Imparidade de Activos.

No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método de equivalência patrimonial.

As diferenças de consolidação positivas (*goodwill* negativo ou *badwill*) são reconhecidas directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

Entidades de finalidades especiais (SPE):

O Grupo patrocina a constituição de entidades de finalidades especiais (SPEs), com o principal objectivo de efectuar operações de securitização de activos.

O Grupo consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indica que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12 — Consolidação de Entidades de Finalidades Especiais, nomeadamente:

As actividades do SPE estão, em substância, a ser conduzidas a favor do Grupo, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que o Grupo obtenha benefícios do funcionamento do SPE;

O Grupo detém o poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios das actividades do SPE;

O Grupo tem direito a obter a maioria dos benefícios do SPE podendo por isso estar exposto aos riscos inerentes à sua actividade;

O Grupo está exposto à maioria dos riscos do SPE com o objectivo de obter os benefícios decorrentes da sua actividade.

Participações financeiras em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro:

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda do ambiente económico principal onde essas subsidiárias e associadas operam.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, uma vez que esta é a moeda funcional da SLN.

As demonstrações financeiras de empresas filiais e associadas, expressas em moeda estrangeira, são precedidas da sua conversão para euros com base no câmbio de divisas, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal:

Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;

Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para euros ao câmbio médio do período em que são reconhecidos;

As diferenças cambiais associadas à conversão para euros são reconhecidas directamente nos capitais próprios. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda da alienação.

Saldos e transacções eliminados na consolidação:

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Os ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações e que as mesmas não indiciem a existência de imparidade.

2.4 — Políticas contabilísticas:

2.4.1 — *Conversão cambial*. — Nas empresas cuja moeda de relação é o euro, as transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidos em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

2.4.2 — *Operações em moeda estrangeira*. — As operações em moeda estrangeira são registadas segundo o sistema *multi-currency*, isto é, nas respectivas moedas de denominação.

Este método prevê que todos os saldos expressos em moeda estrangeira sejam convertidos para euros com base no câmbio indicativo do dia para operações à vista, divulgado a título indicativo pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas, são convertidos mensalmente, com base no câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal para o último dia útil do mês.

Os procedimentos contabilísticos diferem em função do efeito que as operações têm sobre a posição cambial:

Posição cambial à vista:

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e dos passivos nessa moeda, acrescidos dos montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios oficiais de divisas do dia, divulgados a título indicativo pelo Banco de Portugal, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional) por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

Posição cambial a prazo:

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo aguardando liquidação, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Todos os contratos relativos a estas operações (*currency forwards*) são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual de cada operação. As diferenças para os respectivos contravalores às taxas contratadas representam o proveito ou o custo da reavaliação da posição a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de custos ou proveitos.

2.4.3 — *Activos e passivos financeiros*. — Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação (*trade date*), excepto se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável que os direitos e obrigações inerentes aos valores transaccionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

A mensuração inicial dos activos e passivos financeiros é efectuada e reconhecida ao justo valor, acrescido dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, excepto para os activos e passivos ao justo valor por via de resultados, em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um activo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso numa transacção em que não existe relacionamento entre elas.

O justo valor corresponde ao seu valor de mercado, quando existe mercado activo ou, na ausência deste, é determinado tendo por base métodos e técnicas de avaliação. Estes métodos têm subjacentes cálculos matemáticos, baseados em teorias financeiras reconhecidas ou preços calculados com base em activos ou passivos semelhantes transaccionados em mercados activos ou com base em estimativas estatísticas ou outros métodos quantitativos.

Activos e passivos financeiros de negociação:

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou de recompra no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e para os quais existe evidência de um modelo real recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado, excepto no caso em que o derivado seja um instrumento de cobertura e eficaz, são classificados como de negociação.

Os activos e passivos financeiros de negociação são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados (justo valor através de

resultados) e posteriormente valorizados ao justo valor. Os custos e proveitos subsequentes resultantes das alterações do justo valor, periodificação de juros e recebimento de dividendos são reconhecidos na rubrica de resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados da demonstração de resultados.

Estas rubricas incluem:

Títulos de rendimento fixo e variável transaccionados em mercados activos, incluindo posições longas (título comprados) ou curtas (títulos vendidos a descoberto) e derivados adquiridos pelo Grupo para venda e recompra num prazo muito próximo;

Títulos afectos às carteiras de seguros de capitalização;

Títulos de rendimento fixo e variável transaccionados em mercados activos e em que o Grupo tenha optado, na data da escrituração, por registar e avaliar o justo valor através de resultados.

Activos financeiros detidos para venda:

Os activos financeiros disponíveis para venda, com o objectivo de serem mantidos pelo Grupo, são classificados como detidos para venda, excepto se forem classificados como de negociação ou detidos até à maturidade. A mensuração inicial de um activo financeiro detido para venda é efectuada pelo seu justo valor, adicionado dos custos de transacção directamente atribuíveis à sua aquisição. A mensuração subsequente destes activos é igualmente ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas (excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de activos monetários), até que os activos sejam desreconhecidos (vendidos) ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais contabilizados em reservas é transferido para resultados.

Esta rubrica inclui:

Títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação nem como carteira de crédito;

Títulos de rendimento variável disponíveis para venda;

Suprimentos e prestações suplementares de capital em activos financeiros disponíveis para venda.

Os juros são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva, considerando a vida útil esperada do activo. Nas situações em que existe diferença entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) do activo, esta é incluída no cálculo da taxa de juro efectiva.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável, nomeadamente dividendos no caso de acções, são contabilizados em resultados, na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveito no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

À data de cada balanço é efectuada uma avaliação para verificar a evidência objectiva da existência (ou não) de imparidade dos activos financeiros. Em caso positivo de evidência de imparidade, a perda acumulada contabilizada nas reservas é removida do capital próprio e reconhecida em resultados.

As perdas por imparidade reconhecidas nos resultados para um investimento num instrumento de capital próprio (títulos de rendimento variável) classificado como disponível para venda não podem ser revertidas.

As perdas de imparidade reconhecidas por títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso exista uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido subsequentemente à determinação da imparidade.

As variações cambiais de activos não monetários (instrumentos de capital próprio) classificados na carteira de disponíveis para venda são reconhecidas em outras reservas. As variações cambiais dos restantes títulos são contabilizadas em resultados.

Depósitos e outros recursos:

Após o reconhecimento inicial, os depósitos e recursos financeiros de clientes e instituições de crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Nesta categoria estão incluídos os seguros de capitalização do ramo Vida sem participação discricionária de resultados.

Contabilidade de cobertura:

São realizadas operações de derivados de cobertura de riscos de taxa de juro para cobertura de activos e passivos financeiros individualmente identificados (p. e., empréstimos).

Uma relação de cobertura existe quando:

i) À data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;

ii) Se espera que a cobertura seja altamente eficaz;

iii) A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;

iv) A cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro;

v) Em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

De acordo com a IAS 39, para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, deve ser demonstrada a sua efectividade. Deste modo, o Grupo testa a eficácia da cobertura, comparando a variação do justo valor do instrumento coberto com a variação do justo valor do derivado de cobertura, devendo a relação entre ambos situar-se entre os 80% e 125%. Quando a efectividade está fora do intervalo referido, a contabilidade de cobertura é descontinuada, os derivados são reclassificados para negociação e o valor da reavaliação dos instrumentos cobertos é reconhecido em resultados durante o prazo remanescente da operação. Os testes à eficácia das coberturas são devidamente documentados no final de cada mês, assegurando-se a existência de comprovativos durante a vida das operações cobertas.

Cobertura de justo valor:

As variações do justo valor dos activos que se qualifiquem e classifiquem como de justo valor são reconhecidas em resultados, em conjugação com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que é referente ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou o passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

Cobertura de fluxos de caixa:

A porção do ganho ou perda resultante do instrumento de cobertura que seja determinado como uma cobertura eficaz e que se qualifique como cobertura de fluxos de caixa, é reconhecida directamente em capitais próprios. Os ganhos ou perdas da parcela ineficaz da relação de cobertura são reconhecidos em resultados, no momento em que ocorre.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para a demonstração de resultados nos períodos em que o item coberto afecta resultados. No entanto, quando a transacção prevista que se encontra coberta resulta no reconhecimento de um activo ou passivo não financeiro, os ganhos ou perdas contabilizados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos no custo inicial do activo ou passivo.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando deixa de cumprir os critérios para contabilidade de cobertura, qualquer ganho ou perda acumulado contabilizado em capitais próprios na data mantém-se nessa rubrica, até que a transacção prevista seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados contabilizados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Grupo não detinha operações de cobertura classificadas como cobertura de fluxos de caixa.

Derivados embutidos:

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.4.4 — *Créditos a clientes.* — O crédito a clientes inclui os créditos concedidos pelo Grupo a clientes e instituições de crédito, que não sejam transaccionados num mercado activo e para os quais não exista intenção de venda.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respectivos fluxos de caixa expiram, (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo dos activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido, no momento inicial, ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção (comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito). Subsequentemente, o crédito é valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, sendo deduzidas perdas de imparidade.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. As comissões recebidas por compromissos de crédito são reconhecidas de forma diferida e linear durante a vida do compromisso.

O Grupo avalia regularmente a existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

O Grupo utiliza, conforme previsto pela IAS 39, dois métodos de cálculo das perdas de imparidade: (i) análise individual e (ii) análise colectiva:

(i) Análise individual:

A avaliação da existência de perdas de imparidade a nível individual é determinada através de uma análise da exposição de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência da evidência objectiva de imparidade. Nesta avaliação são considerados diversos factores, nomeadamente:

A exposição de cada cliente junto do Grupo e a existência de crédito vencido;

A viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face aos serviços de dívida futuros;

A existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;

A deterioração significativa do *rating* do cliente;

O património do cliente em situações de liquidação ou falência;

A existência de credores privilegiados;

O montante e os prazos de recuperação estimados.

As perdas por imparidade são calculadas através de comparação do valor actual dos *cash-flows* futuros esperados descontados à taxa efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas contabilizadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das provisões por perdas de imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

O cálculo do valor actual dos *cash-flows* futuros esperados de um crédito com garantias reais, considera os *cash-flows* que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objectiva de imparidade, são agrupados em carteiras com características de risco de crédito idêntico, as quais são avaliadas colectivamente.

(ii) Análise colectiva:

No processo de análise de imparidade numa base colectiva os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo, de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável havendo sido reconhecida uma perda de imparidade de 100%, este é abatido ao activo. As recuperações subsequentes de créditos anteriormente abatidos ao activo são reconhecidas em resultados pela diminuição do montante das perdas por imparidade do período.

Na anterior estrutura de relato contabilístico e até 31 de Dezembro de 2005 o crédito a clientes incluía os empréstimos originados pelo Grupo, os quais eram reconhecidos na data em que o montante do crédito era adiantado ao cliente e eram reconhecidos pelo seu valor nominal deduzido de provisões para riscos de crédito determinados de acordo com os requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal. Relativamente às subsidiárias do sector financeiro sediadas em Portugal, as provisões para riscos de crédito incluíam:

Uma provisão específica para crédito e juros vencidos, apresentada como uma dedução ao activo;

Uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, apresentada no passivo.

Após a aplicação dos requisitos de provisionamento representados pelas provisões acima mencionadas, era considerada a adequação do valor global das provisões do Grupo para riscos de crédito face ao risco da carteira.

2.4.5 — *Activos tangíveis*. — Os activos tangíveis do Grupo, na sua mensuração inicial, são contabilisticamente relevados pelo modelo do custo (custo de aquisição incluindo custos directamente atribuíveis).

O Grupo optou pela aplicação da regra geral definida na IAS 16, em que os activos fixos tangíveis, na sua mensuração subsequente, são escriturados pelo seu custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimada do bem, correspondente ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

	Anos de vida útil
Imóveis .....	20 a 50
Obras em edifícios próprios .....	20 a 50
Obras em edifícios arrendados .....	10 a 20
Equipamentos .....	4 a 10
Outras imobilizações corpóreas .....	10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios arrendados, são amortizadas em prazo compatível com a sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

Os terrenos não são amortizados.

Os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2005 foram registados, conforme previsto na IFRS 1, pelo valor contabilístico na data de transição para as IAS/IFRS, que corresponde ao custo ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da lei, decorrentes da evolução de índices gerais de preços e por reavaliações económicas.

2.4.6 — *Activos recebidos em dação por recuperação de créditos*. — Os activos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação em cumprimento de crédito vencido são registados na rubrica de outros activos, uma vez que nem sempre se encontram em condições de venda imediata e o prazo de detenção destes activos pode ser superior a um ano.

Estes activos são reconhecidos pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores de dívida existente ou da avaliação do imóvel, à data da dação em cumprimento do crédito.

Sempre que o valor presumível de realização destes imóveis, apurado através de avaliações (líquido de custo de venda) periódicas, seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados, são reconhecidas em resultados perdas por imparidade.

2.4.7 — *Activos intangíveis*. — Os activos intangíveis correspondem essencialmente a despesas da fase de desenvolvimento de projectos implementados e a implementar, bem como custos de *software* adquirido, em qualquer das situações quando se espera que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em geral, corresponde a um período de três anos.

Todas as despesas referentes a emolumentos notariais, de registo de aumentos de capital e de arranque (*start up costs*); formação de pessoal; publicidade e actividades promocionais, por não cumprirem os critérios de reconhecimento previstos na IAS 38 — Activos Intangíveis, não foram reconhecidos no balanço, sendo ajustados para a

rubrica de outras reservas e resultados transitados (momento de transição) e para resultados (no exercício).

Em 2006 e de acordo com a IAS 38, todas as despesas acima mencionadas e incorridas no exercício foram reconhecidas em resultados, com a respectiva reexpressão em 2005.

2.4.8 — *Locações*. — O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os requisitos definidos na IAS 17 — *Locações*.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais:

Grupo como locatário:

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos no período a que dizem respeito.

Grupo como locador:

Os activos que tenham sido adquiridos para a realização de operações de locação operacional são registados na conta de activos tangíveis, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

Estes activos são amortizados de acordo com o procedimento descrito na nota n.º 2.4.5.

As rendas dos contratos são contabilizadas na rubrica de outros activos, por contrapartida de proveitos do exercício. O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento do locador.

Locações financeiras:

Grupo como locatário:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

Estes activos são amortizados de acordo com o procedimento descrito na nota n.º 2.4.5.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Grupo como locador:

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.4.9 — *Factoring*. — Os activos decorrentes das operações de *factoring* contratadas com recurso são relevados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos adiantamentos efectuados por conta dos contratos respectivos.

Os activos decorrentes das operações de *factoring*, contratadas sem recurso, são relevados no balanço como créditos concedidos pelo valor dos créditos tomados e tendo por contrapartida o reconhecimento de um passivo na rubrica de credores por operações de *factoring*. Esta rubrica é debitada pelas entregas efectuadas aos aderentes, por conta do contrato.

O valor das facturas tomadas com recurso, ao abrigo de contratos de *factoring*, que não foram objecto de adiantamento ao aderente são registadas na rubrica extrapatrimonial. A regularização do saldo desta rubrica ocorrerá à medida que tais facturas forem liquidadas. Os compromissos resultantes das linhas de crédito negociadas com os aderentes e ainda não utilizadas são registadas como elemento extrapatrimonial.

2.4.10 — *Benefícios aos empregados pensões*. — Até 31 de Dezembro de 1997 o BPN, S. A., ainda não tinha aderido ao acordo colectivo de trabalho para o sector bancário. Por este motivo, e até essa data, os seus empregados estavam enquadrados no sistema de reformas da segurança social. Durante o ano de 1998, o BPN, S. A. celebrou com os Sindicatos dos Bancários do Norte, Centro e Sul e Ilhas e com o Sindicato dos Quadros e Técnicos Bancários, acordos de adesão ao acordo colectivo de trabalho. Esses acordos prevêm que o Banco assegure as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo acordo colectivo de trabalho a partir de 31 de Dezembro de 1997. Com o objectivo de cobrir as responsabilidades com pensões de reforma então assumidas foi constituído o Fundo de Pensões do Grupo BPN gerido pela Real Vida Seguros, S. A.

O Grupo determina anualmente o valor das responsabilidades com serviços passados, através de cálculos actuariais pelo método de crédito da unidade projectada (*project unit credit*) para as responsabilidades com serviços passados por velhice e método de prémios únicos sucessivos para o cálculo dos benefícios de invalidez e sobrevivência. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por expectativas à data de balanço para o crescimento dos salários e das pensões e baseiam-se em tábuas de mortalidade adaptadas à população das empresas. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os pressupostos são mutuamente compatíveis. O valor das responsabilidades inclui, para além dos benefícios com pensões de reforma, os benefícios com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e com subsídio de morte na reforma.

Os ganhos e perdas actuarias determinadas anualmente, resultantes de (i) diferenças entre pressupostos actuariais e financeiros utilizados e valores efectivamente verificados e (ii) alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuarias diferidos acumulados no início do ano que excedem 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. Os ganhos e perdas actuarias acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

Anualmente, é reconhecido como um custo, na demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) uma porção dos ganhos e perdas actuarias determinada com base no referido método do corredor e (v) o efeito das reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuarias associadas.

Os acréscimos de responsabilidades por serviços passados decorrentes de alterações das condições dos Planos de Pensões são integralmente reconhecidos como custo no caso de benefícios adquiridos, ou amortizados durante o período até os benefícios se tornarem adquiridos. O saldo dos acréscimos de responsabilidades ainda não relevados como custo está registado na rubrica de outros activos.

A cobertura das responsabilidades com serviços passados (benefícios pós-emprego) é assegurada por fundos de pensões. O valor dos fundos de pensões corresponde ao justo valor dos seus activos à data do balanço.

O regime de financiamento pelo fundo de pensões está definido no aviso do Banco de Portugal n.º 4/2005, que determina a obrigatoriedade de financiamento integral das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades por serviços passados de pessoal no activo.

Nas demonstrações financeiras do Grupo, o valor das responsabilidades com serviços passados por pensões de reforma líquido do valor do fundo de pensões está registado na rubrica de outros passivos.

Os resultados consolidados do Grupo incluem os seguintes custos relativamente a pensões de reforma e sobrevivência:

- Custo do serviço corrente (custo do ano);
- Custo dos juros da totalidade das responsabilidades;
- Rendimento esperado dos fundos de pensões;
- Custos com acréscimos de desvios actuariais ou de alterações de pressupostos fora do corredor;
- Custos resultantes da alteração das condições do Plano de Pensões.

Na data de transição o Grupo adoptou a possibilidade permitida pela IFRS 1 de não recalculer os ganhos e perdas actuarias diferidos desde

o início dos planos (*reset*). Assim, os ganhos e perdas actuariais diferidos reflectidos nas contas do Grupo a 31 de Dezembro de 2004 foram integralmente anulados por contrapartida de resultados transitados na data da transição (1 de Janeiro de 2005).

#### Benefícios de saúde:

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica por um Serviço de Assistência Médico-Social. Este serviço, o SAMS, constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, em conformidade com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

As contribuições obrigatórias para o SAMS, a cargo do Grupo, correspondem a 6,5% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e reconhecimento das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma idêntica às responsabilidades com pensões.

#### Prémios de antiguidade:

As instituições financeiras do Grupo que aderiram ao Acordo Colectivo de Trabalho Vertical para o Sector Bancário Português, assumem o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completam 15, 25 e 30 anos de bom e efectivo serviço, um prémio de valor igual, respectivamente, a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva, no ano da atribuição.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Grupo de acordo com a IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

As referidas instituições determinam anualmente o valor actual dos benefícios com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método de crédito da unidade projectada (*project unit credit*). Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas futuras de aumentos salariais e tábuas de mortalidade adaptadas à população das empresas do Grupo. A taxa de desconto é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das responsabilidades calculadas.

Anualmente, o aumento das responsabilidades com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecida em resultados.

#### Remunerações variáveis aos empregados:

Em conformidade com as disposições estatutárias de algumas entidades do Grupo, os accionistas destas sociedades aprovam anualmente em assembleia geral a remuneração variável a ser distribuída aos membros dos órgãos de administração e demais colaboradores (prémios ou bónus), de acordo com proposta do conselho de administração.

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam, conforme previsto na IAS 19.

2.4.11 — *Provisões técnicas.* — O Grupo comercializa seguros do ramo vida, nas modalidades de risco, tipo *universal life* e de capitalização, através da sua subsidiária Real Vida. Os seguros de capitalização sem participação discricionária de resultados são reconhecidos, de acordo com o definido pela IAS 39, e incluídos na rubrica de recursos de clientes e outros empréstimos. Os restantes seguros, incluindo os de capitalização com participação discricionária de resultados, são contabilizados nos termos da IFRS 4 — Contratos de Seguros, na rubrica de provisões técnicas.

As provisões técnicas constituídas para os contratos do ramo Vida e Real representam, no seu conjunto, as responsabilidades para com os segurados e incluem:

Provisões matemáticas determinadas de acordo com métodos actuariais prospectivos, em conformidade com as base técnicas de cada um dos produtos. É incluída também uma provisão para compromissos de taxa, a qual é contabilizada quando a taxa de rentabilidade efectiva dos activos que se encontram a representar as provisões matemáticas de um determinado produto é inferior à taxa técnica de juro utilizada no cálculo das provisões matemáticas;

Provisões para participação nos resultados a atribuir no final de cada ano aos contratos em vigor. O seu cálculo é efectuado de acordo

com as base técnicas de cada contrato, devidamente aprovadas pelo ISP (Instituto de Seguros de Portugal), com base nas taxas de rentabilidade dos investimentos afectos à cobertura das respectivas provisões matemáticas;

Provisões para sinistros, de modo a fazer face às indemnizações a pagar referente a sinistros já ocorridos mas não regularizados.

2.4.12 — *Provisões para outros riscos e encargos.* — A rubrica inclui as provisões para fazer face a obrigações presentes, resultantes de eventos passados, das quais se esperam a saída de benefícios económicos para liquidar a obrigação, sendo possível estimar, de forma viável, o seu montante.

Estas obrigações, regra geral, assumem a natureza de contingências fiscais, processos judiciais e outras perdas decorrentes das actividades do Grupo SLN.

2.4.13 — *Impostos sobre o rendimento.* — Todas as empresas do Grupo SLN são tributadas individualmente.

A SLN, SGPS, S. A., as subsidiárias e associadas com sede em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). No entanto, a SLN — Madeira, SGPS, S. A., BPN — Madeira, SGPS, S. A., Sucursal Financeira Exterior do BPN, S. A. e a SLN Internacional, SGPS, S. A., sediadas na Zona Franca da Madeira, beneficiam de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 198/2001, de 3 de Julho.

As subsidiárias da SLN, SGPS, S. A., Inapal Plásticos, S. A., e a CNE — Cimentos Nacionais e Estrangeiros, S. A., no âmbito de dois projectos de investimento e de contratos assinados com a API — Agência Portuguesa para o Investimento, em 2005, beneficiam de benefícios fiscais previstos no artigo 39.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais e regulamentados pelo Decreto-Lei n.º 409/99, de 15 de Outubro.

Os impostos correntes são calculados com base nas taxas de imposto legalmente em vigor, para o período a que se reportam os resultados.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais são também registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros aos quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos activos e passivos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são relevados em resultados excepto os que se relacionam com valores registados directamente em capitais próprios.

Os lucros distribuídos à SLN, SGPS, S. A., por empresas subsidiárias ou associadas localizadas no território nacional não são tributados na esfera deste, em virtude da aplicação do regime previsto no artigo 46.º do CIRC, que prevê a eliminação da dupla tributação económica de lucros distribuídos.

O Banco de Portugal alterou as regras contabilísticas relativas à preparação das demonstrações financeiras individuais, que são as contas relevantes para efeitos fiscais.

A partir de 1 de Janeiro de 2005, as demonstrações financeiras individuais das participadas sujeitas à supervisão do Banco de Portugal passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) estabelecidas pelo aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal.

Desta forma, o cálculo dos impostos correntes e diferidos relativos a alguns dos impactos da transição para as novas regras contabilísticas foram baseadas em pressupostos, os quais podem ou não vir a ser confirmados pelas autoridades fiscais no futuro.

2.4.14 — *Fundo de garantia de depósito.* — Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro, foi criado em 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, cujo objectivo é o de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, nomeadamente bancos que nele participam, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito, ficando ainda definidas as contribuições iniciais a efectuar pelo conjunto das instituições financeiras participantes, do qual o BPN, S. A., e o Banco EFISA, fazem parte integrante.

As contribuições iniciais, efectuadas no final de 1994, foram amortizadas em 5 anos, com início no exercício de 1995, por contrapartida de resultados e de acordo com o método das quotas constantes.

Relativamente aos anos de 1995 e seguintes, é fixado anualmente o coeficiente da contribuição a aplicar sobre o valor médio dos saldos mensais do ano anterior dos depósitos elegíveis nos termos definidos no aviso n.º 9/95, de 15 de Setembro, do Banco de Portugal. As contribuições anuais são divididas em duas componentes: uma primeira, efectivamente paga e reconhecida como custo do exercício a que diz respeito (em 2005 esta componente foi de 67%), e o restante relevado em contas extrapatrimoniais como compromissos irrevogáveis.

2.4.15 — *Sistema de indemnizações aos investidores.* — Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 222/99, de 22 de Junho, foi criado o sistema de indemnização aos investidores, destinado a garantir a cobertura dos créditos de que seja sujeito passivo a Instituição, como entidade participante no sistema, em consequência de incapacidade financeira para reembolsar ou restituir aos investidores os fundos que lhes sejam devidos e que se encontrem especialmente afectos a operações de investimento ou que sejam detidos, administrados ou geridos por sua conta pela instituição.

Durante o exercício de 2006, por decisão da respectiva entidade, não houve qualquer contribuição para o sistema de indemnização aos investidores.

3 — Principais estimativas e julgamentos utilizados na preparação das demonstrações financeiras:

As IFRS determinam uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o conselho de administração efectue julgamentos e calcule estimativas necessárias, de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisados como se segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em determinadas situações as IAS/IFRS permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo conselho de administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentadas apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras.

3.1 — Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda:

A imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda é determinada pelo Grupo quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor, o que requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia entre outros factores, a volatilidade normal do preço das acções.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.2 — Justo valor dos instrumentos financeiros derivados:

O justo valor tem por base preços de cotação de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados, considerando as condições de mercado, o efeito temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3 — Imparidade de crédito:

O valor da imparidade do crédito é determinado com base em fluxos de caixa esperados e estimativas do valor a recuperar, conforme descrito na nota n.º 2.4.4.

Estas estimativas são efectuadas com base em pressupostos determinados a partir da informação histórica disponível e da avaliação da situação dos clientes.

Eventuais diferenças entre os pressupostos utilizados e o comportamento futuro dos créditos, ou alterações nos pressupostos adoptados, têm impacto nas estimativas efectuadas e consequentemente nos resultados consolidados do Grupo.

3.4 — Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPEs):

O Grupo não consolida as Entidades de Finalidade Especial (SPEs) em que não detém controlo. Ao ser, por vezes, difícil determinar se é exercido o controlo sobre uma SPE, é necessário efectuar um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades da SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nessas SPEs (v. nota n.º 2.3).

A decisão de que uma SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. A utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nos resultados.

3.5 — Pensões e outros benefícios a empregados:

As responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência são estimadas com base em tábuas actuariais e pressupostos de crescimento das pensões e dos salários. Estes pressupostos são baseados nas expectativas do Grupo para o período durante o qual irão ser liquidadas as responsabilidades.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.6 — Impostos sobre rendimentos:

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de imposto sobre o rendimento, de acordo com diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre o rendimento requer determinadas interpretações e a utilização de estimativas.

O recurso a diferentes interpretações e estimativas poderia resultar num nível diferente de imposto sobre o rendimento, corrente e diferido, reconhecido no período.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais, efectuadas pela SLN SGPS, S. A., pelas suas subsidiárias e associadas residentes em Portugal, estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais, durante um período de quatro anos (ou seis anos no caso de existirem prejuízos reportáveis).

No entanto, é convicção dos conselhos de administração da SLN SGPS, S. A., suas subsidiárias e associadas residentes em Portugal, que eventuais correcções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de imposto, não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas, à data de 31 de Dezembro de 2006.

4 — Introdução das Normas Internacionais de Contabilidade:

4.1 — Impacto nos capitais próprios e nos resultados de 31 de Dezembro de 2005 da transição para as IAS/IFRS:

A aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade nas demonstrações financeiras consolidadas teve um impacto global nos capitais próprios do Grupo SLN em 1 de Janeiro de 2006, no valor de 69 090 milhares de euros, relativamente ao valor apresentado nas últimas demonstrações financeiras preparadas em conformidade com o PCSB (incluindo interesses minoritários).

Ajustamentos de transição	Capitais próprios em 1 de Janeiro de 2005	Resultado em 2005	Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2005
Valores em PCSB .....	642 563	44 952	651 949
Alterações resultantes da introdução das IAS/IFRS:			
Concentração de actividades empresariais .....	IFRS 3 584	279	863
Impostos diferidos .....	IAS 12 12 413	2 605	15 018

Ajustamentos de transição		Capitais próprios em 1 de Janeiro de 2005	Resultado em 2005	Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2005
Provisões .....	IAS 37	12 416	—	12 416
Taxa efectiva .....	IAS 32 e 39	(7 278)	(390)	(7 668)
Benefícios a empregados .....	IAS 19	(24 748)	(4 402)	(29 150)
Consolidação de SPE .....	IAS 27	(3 123)	38	(3 085)
Activos intangíveis .....	IAS 38	(6 515)	686	(5 829)
Outros instrumentos financeiros .....	IAS 39	(181)	(7)	(188)
Imparidade de crédito .....	IAS 39	(954)	—	(954)
Aplicação das IAS — Estrutura conceptual .....		(5 150)	(2 951)	(8 101)
Diferenças de conversão cambial .....	IAS 21	3 422	—	3 422
Acções próprias .....		(21 551)	—	(21 551)
Outros ajustamentos .....		(52 516)	1 691	(50 825)
Interesses minoritários .....		24 985	1 558	26 543
Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2005 .....		574 366	44 059	582 859

## 4.2 — Principais diferenças entre as demonstrações financeiras PCSB e IAS:

Em 31 de Dezembro de 2005, o balanço consolidado do Grupo SLN, de acordo com o PCSB e de acordo com as IAS/IFRS tem a seguinte composição:

## Balanço consolidado

(Em milhares de euros)

	2005	
	PCSB (a) valor líquido	IAS valor líquido
<b>Activo:</b>		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais .....	300 298	305 884
Disponibilidades em outras instituições de crédito .....	152 489	206 618
Activos financeiros detidos para negociação .....	64 231	75 853
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados .....	—	303 396
Activos financeiros disponíveis para venda .....	214 228	124 487
Aplicações em instituições de crédito .....	34 803	71 537
Crédito a clientes .....	4 269 554	4 180 834
Derivados de cobertura .....	—	93
Outros activos tangíveis .....	53 424	220 671
Activos intangíveis .....	7 640	25 104
Investimentos em associadas e filiais excluídas de consolidação .....	201 486	187 328
Activos por impostos correntes .....	634	1 727
Activos por impostos diferidos .....	—	19 230
Provisões técnicas de resseguros cedido .....	—	17 204
Outros activos:		
Devedores por seguro directo e resseguro .....	—	19 601
Outros .....	317 440	424 135
<b>Total do activo .....</b>	<b>5 616 227</b>	<b>6 183 702</b>
<b>Passivo:</b>		
Recursos de bancos centrais .....	—	—
Passivos financeiros detidos para negociação .....	1 173	15 878
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados .....	—	268
Recursos de outras instituições de crédito .....	514 277	593 481
Recursos de clientes e outros empréstimos .....	3 948 282	3 912 688
Responsabilidades representadas por títulos .....	47 025	54 889
Derivados de cobertura .....	—	505
Provisões .....	59 657	697
Provisões técnicas .....	—	153 686
Passivos por impostos correntes .....	4 778	11 747
Passivos por impostos diferidos .....	—	5 093
Instrumentos representativos de capital .....	—	—
Outros passivos subordinados .....	200 000	200 367
Outros passivos:		
Credores por seguro directo e resseguro .....	—	309 080
Outros passivos .....	189 086	342 464
<b>Total do passivo .....</b>	<b>4 964 278</b>	<b>5 600 843</b>

(Em milhares de euros)

	2005	
	PCSB (a) valor líquido	IAS valor líquido
Capital próprio:		
Capital .....	470 925	470 925
Prémios de emissão .....	151 104	151 104
Outros instrumentos de capital .....	—	—
Acções próprias .....	—	(21 551)
Outras reservas e resultados transitados .....	(18 642)	(93 555)
Reservas de conversão cambial .....	—	1 724
Resultado líquido .....	44 952	44 059
Dividendos antecipados .....	—	—
Interesses minoritários .....	3 610	30 153
<i>Total do capital próprio .....</i>	<u>651 949</u>	<u>582 859</u>
<i>Total do passivo e do capital próprio .....</i>	<u>5 616 227</u>	<u>6 183 702</u>

(a) A apresentação dos valores de 2005 do PCSB, numa estrutura de balanço IAS, provoca variações nalgumas rubricas, face aos valores apresentados no R&C de 2005.

Em 31 de Dezembro de 2005, demonstração dos resultados consolidados do Grupo SLN, de acordo com o PCSB e de acordo com as IAS/IFRS tem a seguinte composição:

## Demonstração dos resultados consolidados

	2005	
	PCSB (a) valor líquido	IAS valor líquido
Juros e rendimentos similares .....	269 364	285 583
Juros e encargos similares .....	<u>126 860</u>	<u>129 285</u>
Margem financeira .....	142 504	156 298
Rendimentos de instrumentos de capital .....	14 919	548
Rendimentos de serviços e comissões .....	68 742	62 798
Encargos com serviços e comissões .....	11 678	30 815
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados .....	118	17 085
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda .....	—	2 138
Resultados de reavaliação cambial .....	1 389	1 733
Resultados de alienação de outros activos .....	189	2 094
Resultado líquido de resseguro .....	—	25 421
Outros resultados de exploração .....	<u>15 493</u>	<u>127 827</u>
Produto bancário/produto da actividade .....	<u>231 676</u>	<u>365 127</u>
Custos com pessoal .....	72 207	135 497
Gastos gerais administrativos .....	58 073	119 320
Amortizações do exercício .....	<u>15 736</u>	<u>26 408</u>
Custos operacionais .....	<u>146 016</u>	<u>281 225</u>
Provisões líquidas de reposições e anulações .....	(27 507)	(5 226)
Imparidade do crédito líquido de reversões e recuperações .....	—	(28 676)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações .....	(1 594)	310
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações .....	<u>(4 188)</u>	<u>792</u>
Resultado operacional .....	52 371	51 102
Diferenças de consolidação negativas .....	—	—
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (MEP) .....	<u>5 021</u>	<u>9 749</u>
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários .....	57 392	60 851
Impostos:		
Correntes .....	12 428	17 973
Diferidos .....	—	(2 747)
Resultado após impostos antes de interesses minoritários .....	44 964	45 625
Do qual: resultado líquido após impostos de operações descontinuadas .....	—	—
Interesses minoritários .....	<u>12</u>	<u>1 566</u>
Resultado consolidado do exercício .....	<u>44 952</u>	<u>44 059</u>

(a) A apresentação dos valores de 2005 do PCSB, numa estrutura de demonstração dos resultados IAS, provoca variações nalgumas rubricas, face aos valores apresentados no R&C de 2005.

## 5 — Relato por segmentos:

O Grupo adopta como formato principal de relato, o relato por segmento de negócios e o secundário o relato por área geográfica.

## 5.1 — Informação por segmentos de linhas de negócio:

	(Em milhares de euros)								
	<i>Corporate finance</i>	<i>Trading and sales</i>	Banca de retalho	Banca comercial	Gestão de activos	Corretagem (retalho)	Custódia	Outros	Total
Demonstração dos resultados:									
Juros e rendimentos similares .....	5 227	27 826	71 305	188 464	34	1	—	36 768	329 625
Juros e encargos similares .....	6 059	11 121	66 105	53 461	5	—	—	35 860	172 611
Margem financeira .....	(832)	16 705	5 200	135 003	29	1	—	908	157 014
Rendimentos de instrumentos de capital .....	214	467	—	38	—	—	—	6	725
Rendimentos de serviços e comissões .....	2 176	607	9 016	28 428	14 489	4 530	156	13 765	73 167
Encargos com serviços e comissões .....	318	3 318	306	1 451	106	1 354	—	25 764	32 617
Resultados de activos e passivos aval. ao justo valor através de resultados	—	3 143	—	(2 555)	—	13	—	22 448	23 049
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda .....	—	1 407	(79)	966	(3)	—	—	674	2 965
Resultados de reavaliação cambial .....	—	2 549	—	544	—	(17)	—	(219)	2 857
Resultados de alienação de outros activos .....	—	—	—	2 329	—	—	—	15 839	18 168
Outros resultados de exploração .....	1 641	91	13 920	8 712	23	(238)	—	196 419	220 568
Produto da actividade .....	2 881	21 651	27 751	172 014	14 432	2 935	156	224 076	465 896
Custos com pessoal e fornecedores de serviços externos .....	35 054	878	25 137	71 024	3 530	2 812	—	163 700	302 135
Amortizações do exercício .....	237	185	482	4 798	89	25	—	25 530	31 346
Provisões e imparidade .....	(5)	(178)	(9 186)	(24 764)	(4)	1	—	(4 438)	(38 574)
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (MEP) .....	1 458	4 068	—	—	2 137	—	—	(1 093)	6 570
Resultado antes de imposto .....	(30 957)	24 478	(7 054)	71 428	12 946	99	156	29 315	100 411
Impostos e interesses minoritários .....	187	550	2 486	2 379	3 463	1	—	15 751	24 817
Resultado após imposto .....	(31 144)	23 928	(9 540)	69 049	9 483	98	156	13 564	75 594
Balanço:									
Caixa e aplicações em instituições de crédito .....	—	527 884	469 395	32 227	—	631	—	91 384	1 121 522
Crédito a clientes .....	17 781	—	1 492 483	3 126 460	—	—	—	14 173	4 650 898
Activos financeiros .....	—	24 994	—	17 032	221	25	—	958 054	1 000 326
Outros activos .....	—	—	5 237	38 678	2 093	30 437	—	844 726	921 171
<i>Total do activo</i> .....	17 781	552 878	1 967 116	3 214 398	2 314	31 093	—	1 908 338	7 693 917
Depósitos de instituições de crédito .....	—	—	—	535 105	—	—	—	67 767	602 872
Depósitos de clientes .....	802	10 882	843 153	3 185 036	—	—	—	—	4 039 874
Outros passivos .....	—	2 053	4 729	61 624	(10 601)	37 555	—	2 329 099	2 424 459
<i>Total do passivo</i> .....	802	12 935	847 882	3 781 766	(10 601)	37 555	—	2 396 866	7 067 205
Capital próprio .....	560	413	8 831	11 438	8 074	66	—	597 330	626 712
<i>Total do passivo e capital próprio</i> .....	1 362	13 348	856 713	3 793 203	(2 527)	37 621	—	2 994 196	7 693 917

## 5.2 — Informação por segmentos de áreas geográficas:

Em 31 de Dezembro de 2006, a contribuição dos principais segmentos geográficos apresentava o seguinte detalhe:

(Em milhares de euros)

	Portugal	Países da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	Ásia	África	Resto do Mundo	Total
Demonstração dos resultados:									
Juros e rendimentos similares .....	297 368	4 562	—	—	10 358	—	3 712	13 625	329 625
Juros e encargos similares .....	157 091	1 318	—	—	3 098	—	2 574	8 530	172 611
<b>Margem financeira .....</b>	<b>140 277</b>	<b>3 244</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>7 260</b>	<b>—</b>	<b>1 138</b>	<b>5 095</b>	<b>157 014</b>
Rendimentos de instrumentos de capital .....	(3 681)	—	—	—	6	—	—	4 400	725
Rendimentos de serviços e comissões .....	66 455	840	—	—	3 039	—	150	2 683	73 167
Encargos com serviços e comissões .....	30 473	280	—	—	618	1	—	1 245	32 617
Resultados de activos e passivos aval. ao justo valor através de resultados	23 740	—	—	—	(2 555)	—	(48)	1 912	23 049
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda .....	2 942	—	—	—	23	—	—	—	2 965
Resultados de reavaliação cambial .....	2 643	14	—	—	15	—	494	(309)	2 857
Resultados de alienação de outros activos .....	15 818	—	—	—	2 329	—	—	21	18 168
Outros resultados de exploração .....	191 626	19 698	—	222	6 292	—	2 669	61	220 568
<b>Produto da actividade .....</b>	<b>409 347</b>	<b>23 516</b>	<b>—</b>	<b>222</b>	<b>15 791</b>	<b>(1)</b>	<b>4 403</b>	<b>12 618</b>	<b>465 896</b>
Custos com pessoal e FSTs .....	279 490	7 178	—	250	11 212	—	1 323	2 682	302 135
Amortizações do exercício .....	29 924	594	—	13	581	—	234	—	31 346
Provisões e imparidade .....	(34 335)	(155)	—	—	(3 283)	—	(276)	(525)	(38 574)
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (MEP) .....	6 570	—	—	—	—	—	—	—	6 570
<b>Resultado antes de imposto .....</b>	<b>72 168</b>	<b>15 588</b>	<b>—</b>	<b>(41)</b>	<b>716</b>	<b>(1)</b>	<b>2 570</b>	<b>9 411</b>	<b>100 411</b>
Impostos e interesses minoritários .....	23 893	449	—	—	306	—	158	11	24 817
<b>Resultado após imposto .....</b>	<b>48 275</b>	<b>15 139</b>	<b>—</b>	<b>(41)</b>	<b>410</b>	<b>(1)</b>	<b>2 412</b>	<b>9 400</b>	<b>75 594</b>
Balanço:									
Caixa e aplicações em instituições de crédito .....	953 029	35 716	—	120	26 329	—	8 598	97 730	1 121 522
Crédito a clientes .....	4 358 416	49 336	—	—	44 869	—	46 655	151 622	4 650 898
Activos financeiros .....	943 500	1 344	—	2 347	1 058	—	280	51 797	1 000 326
Outros activos .....	837 726	12 721	—	31 407	21 137	—	2 708	15 473	921 171
<b>Total do activo .....</b>	<b>7 092 670</b>	<b>99 117</b>	<b>—</b>	<b>33 874</b>	<b>93 393</b>	<b>—</b>	<b>58 240</b>	<b>316 622</b>	<b>7 693 917</b>
Depósitos de instituições de crédito .....	525 581	—	—	—	21 294	—	4	55 993	602 872
Depósitos de clientes .....	3 340 435	78 722	—	—	5 884	—	251 535	363 298	4 039 874
Outros passivos .....	2 175 700	12 159	—	1 714	32 919	—	1 415	200 552	2 424 459
<b>Total do passivo .....</b>	<b>6 041 716</b>	<b>90 881</b>	<b>—</b>	<b>1 714</b>	<b>60 097</b>	<b>—</b>	<b>252 954</b>	<b>619 843</b>	<b>7 067 205</b>
Capital próprio .....	619 235	11 974	—	(1 195)	2 470	—	(7 109)	1 338	626 712
<b>Total do passivo e capital próprio .....</b>	<b>6 660 951</b>	<b>102 855</b>	<b>—</b>	<b>519</b>	<b>62 566</b>	<b>—</b>	<b>245 845</b>	<b>621 180</b>	<b>7 693 917</b>

## 6 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

(Em milhares de euros)		
	2006	2005 Pró-forma
Caixa .....	85 315	78 170
Depósitos à ordem em bancos centrais:		
No Banco de Portugal .....	265 525	226 626
Em bancos centrais estrangeiros .....	1 565	1 088
Juros a receber .....	—	—
	<u>352 405</u>	<u>305 884</u>

A rubrica de depósitos à ordem em Bancos Centrais inclui depósitos de carácter obrigatório no Banco de Portugal e no Banco de França, que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa.

O BPN e o Banco EFISA estão sujeitos ao Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC), sendo-lhes aplicável, sobre esta matéria, o disposto no Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu.

De acordo com este regulamento, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem em Bancos Centrais, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

## 7 — Disponibilidades em outras instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Disponibilidades sobre instituições de crédito no País:		
Depósitos à ordem .....	65 149	59 386
Cheques a cobrar .....	173 289	95 920
Outras disponibilidades .....	—	—
	<u>238 438</u>	<u>155 306</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos à ordem .....	295 197	42 847
Cheques a cobrar .....	6 628	8 331
Outras disponibilidades .....	18	88
	<u>301 843</u>	<u>51 266</u>
Juros a receber .....	290	46
	<u>540 571</u>	<u>206 618</u>

O saldo da rubrica de cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país corresponde a cheques sacados por terceiros, sobre outras instituições residentes, os quais em geral não permanecem nesta conta por mais de um dia útil.

## 8 — Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Activos financ. detidos para negociação:		
Instrumentos de dívida:		
De emissores públicos nacionais .....	47 823	—
De outros emissores públicos nacionais .....	—	—

	2006	2005 Pró-forma
De emissores públicos estrangeiros ....	3 550	4 933
De outros emissores nacionais .....	7 751	10 286
De organismos financeiros internacionais .....	724	986
De outros emissores estrangeiros ....	<u>34 023</u>	<u>35 774</u>
	<u>93 871</u>	<u>51 979</u>
Instrumentos de capital:		
De emissores nacionais .....	—	233
De emissores estrangeiros .....	<u>2 767</u>	—
	<u>2 767</u>	<u>233</u>
Outros títulos .....	<u>18 603</u>	<u>7 373</u>
Instrumentos deriv. de negociação (8.1)	<u>30 823</u>	<u>16 268</u>
	<u>146 064</u>	<u>75 853</u>
Activos financeiros ao justo valor através de resultados:		
Instrumentos de dívida:		
De emissores públicos nacionais .....	—	—
De outros emissores públ. nacionais .....	—	—
De emissores públicos estrangeiros ....	2 891	28 956
De outros emissores nacionais .....	5 491	6 631
De organismos financeiros internacionais .....	140 520	135 543
De outros emissores estrangeiros ....	<u>42 954</u>	<u>45 282</u>
	<u>191 856</u>	<u>216 412</u>
Instrumentos de capital:		
De emissores nacionais .....	23 633	6 277
De emissores estrangeiros .....	<u>28 933</u>	<u>20 966</u>
	<u>52 566</u>	<u>27 243</u>
Outros títulos .....	<u>87 239</u>	<u>59 741</u>
Outros activos titularizados não desconhecidos .....	—	—
	<u>331 661</u>	<u>303 396</u>
	<u>477 725</u>	<u>379 249</u>

## 8.1 — Derivados:

A rubrica de instrumentos derivados de negociação com justo valor positivo tem a seguinte composição:

	Valor nacional	Valor de balanço	
		2006	2005
Cotados em bolsa:			
Contratos de taxa de câmbio:			
Swaps .....	—	—	—
Futuros .....	1 060 679	2 052	1 819
Contratos de taxa de juro:			
Swaps .....	—	—	—
Futuros .....	609	111	137
Contratos sobre acções:			
Swaps .....	89 650	7 618	4 695
Futuros .....	1 150	1 872	486

(Em milhares de euros)

	Valor nocial	Valor de balanço	
		2006	2005
<b>Mercado de balcão:</b>			
<b>Contratos de taxa de câmbio:</b>			
<i>Swaps</i> .....	224 533	114	195
<i>Futuros</i> .....	53 792	33	—
<b>Contratos de taxa de juro:</b>			
<i>Swaps</i> .....	1 429 128	10 289	5 677
<i>Equity swaps</i> .....	107 912	6 234	—
<i>Opções</i> .....	161 290	1 659	—
<i>Swaps</i> — eventos de crédito	75 930	10	3 039
<b>Contratos sobre acções:</b>			
<i>Swaps</i> .....	11 165	131	—
		<u>30 823</u>	<u>16 268</u>

A rubrica de derivados de cobertura tem a seguinte composição:

	2006		2005		
	Valor nocial	Valor de balanço		Valor de balanço	
		Activ.	Passiv.	Activ.	Passiv.
<b>Cobertura de justo valor:</b>					
<i>Swaps:</i>					
Taxa de juro	4 235	79	221	—	20
<b>Cobertura de fluxos de caixa:</b>					
<i>Swaps:</i>					
Divisas .....	13 602	—	393	93	485
		<u>79</u>	<u>614</u>	<u>93</u>	<u>505</u>

9 — Activos financeiros disponíveis para venda:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
<b>Instrumentos de dívida:</b>		
De emissores públicos nacionais .....	230 502	30 373
De emissores públicos estrangeiros .....	1 053	3 678
<b>De outros emissores nacionais:</b>		
Dívida não subordinada .....	84	81
Dívida subordinada .....	14 650	7 891
<b>De outros emissores estrangeiros:</b>		
Operações de titularização .....	—	99
Dívida não subordinada .....	10 184	11 855
Dívida subordinada .....	6 355	7 743
	<u>262 828</u>	<u>61 720</u>
<b>Instrumentos de capital:</b>		
<b>De emissores nacionais:</b>		
Valorizados ao justo valor .....	390	512
Valorizados ao custo histórico .....	5	—
<b>De emissores estrangeiros:</b>		
Valorizados ao justo valor .....	3 761	3 764
Valorizados ao custo histórico .....	—	8
	<u>4 156</u>	<u>4 284</u>
<b>Outros títulos:</b>		
Valorizados ao justo valor .....	36 516	30 251
Valorizados ao custo histórico .....	14 542	29 421
	<u>51 058</u>	<u>59 672</u>
Imparidade .....	(1)	(1 189)
	<u>318 041</u>	<u>124 487</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Natureza e espécie de títulos	Quantidade	(Em milhares de euros)						
		Valores unit. (euros)		Valor de aquisição	Valor de balanço	Mais- -valia	Menos- -valia	Impa- ridade
		Nominal	Preço					
<b>Instrumentos de dívida:</b>								
De emissores públicos nacionais .....	235 343 800	-	-	230 515	230 502	84	143	-
OT — Agosto 2007 .....	110 000	0,01	1,01	112	111	-	-	-
OT — Julho 2009 .....	110 000	0,01	1,00	111	110	-	-	-
BTs 18-05-07 .....	100 000 000	1,00	0,99	98 619	98 660	41	-	-
BTs 23-03-07 .....	100 000 000	1,00	0,99	99 178	99 220	42	-	-
OT — Agosto 02/07 .....	150 000	1,00	1,01	153	152	-	2	-
OT — Julho 99/09 .....	1 265 000	1,00	1,00	1 296	1 265	-	31	-
OT — Julho 04/08 .....	28 150 000	1,00	0,99	27 935	27 883	-	53	-
OT — Julho 2008 .....	3 000 000	1,00	1,01	3 028	3 016	-	57	-
OT — Abril .....	60 000	1,00	1,00	59	60	-	-	-
OT — Maio 2010 .....	1 898 800	0,01	0,01	18	19	1	-	-
OT — Julho 2009 .....	600 000	0,01	0,01	6	6	-	-	-
De emissores públicos estrangeiros .....	1 000	-	-	832	1 053	2	-	-
LTF 19-12-2007 — 20-09-2002 .....	340	120,92	1,05	273	358	1	-	-
LTF 19-12-2007 — 20-09-2003 .....	545	193,83	1,05	438	574	1	-	-
LTF 19-12-2007 — 20-09-2004 .....	115	40,90	1,05	121	121	-	-	-
De outros emissores nacionais .....	14 735 000	-	-	14 735	14 734	-	-	-
Dívida não subordinada .....	85 000	-	-	85	84	-	-	-
Obrigações de caixa — SFE .....	85 000	1,00	0,99	85	84	-	-	-
Dívida subordinada .....	14 650 000	-	-	14 650	14 650	-	-	-
Chaves SME Clo N.º 1 — C .....	5 050 000	1,00	1,00	5 050	5 050	-	-	-
Chaves SME Clo N.º 1 — E .....	9 600 000	1,00	1,00	9 600	9 600	-	-	-
De outros emissores estrangeiros .....	20 099 112	-	-	16 036	16 539	320	3	-
Dívida não subordinada .....	12 125 000	-	-	9 681	10 184	320	3	-
K (2) Corp.(Capital Notes) .....	2 000 000	0,76	0,77	1 519	1 534	-	-	-
Jubil V-X-W .....	1 325 000	1,00	1,04	1 325	1 376	39	-	-
BNP Paribas .....	3 500 000	0,76	0,63	1 898	2 216	221	-	-
Promise PLC .....	1 000 000	1,00	1,01	1 000	1 007	-	-	-
EURLTD Float 09 .....	500 000	1,00	0,77	380	384	-	3	-
Exum 2006 4xd .....	1 000 000	1,00	0,76	759	761	-	-	-
Harbm 5X B 2E .....	800 000	1,00	1,04	800	830	27	-	-
Harbm 6X B2 .....	1 000 000	1,00	1,05	1 000	1 048	33	-	-
Harbm 2X B2 .....	1 000 000	1,00	1,03	1 000	1 028	-	-	-

(Em milhares de euros)

Natureza e espécie de títulos	Quantidade	Valores unit. (euros)		Valor de aquisição	Valor de balanço	Mais-valia	Menos-valia	Imparidade
		Nominal	Preço					
Dívida subordinada .....	7 974 112	–	–	6 355	6 355	–	–	–
K2 Corp. (Capital Notes) 02-12-22 .....	7 903 268	1,00	0,76	6 001	6 001	–	–	–
Investment Circle Bonds .....	70 844	1,00	5,00	354	354	–	–	–
	<u>270 178 912</u>			<u>262 118</u>	<u>262 828</u>	<u>406</u>	<u>146</u>	<u>–</u>
Instrumentos de capital:								
De emissores nacionais .....	155 732	–	–	1 462	395	15	582	(1)
Valorizados ao justo valor .....	154 788	–	–	1 457	390	15	582	(1)
Nextpart, SGPS, S. A. ....	76 661	1,00	1,80	138	138	–	–	–
Banif, SGPS — Nominativas .....	12 500	1,00	5,30	51	66	15	–	–
Calzeus, S. A. ....	63 428	22,02	2,82	1 258	179	–	582	–
BCP .....	553	2,80	4,99	2	3	–	–	–
PT .....	561	9,84	3,16	6	2	–	–	(1)
EDP .....	1 085	2,09	2,09	2	2	–	–	–
Valorizados ao custo histórico .....	944	–	–	5	5	–	–	–
Real Seguros .....	944	5,00	4,99	5	5	–	–	–
De emissores estrangeiros .....	80 000	–	–	3 761	3 761	–	–	–
Valorizados ao justo valor .....	80 000	–	–	3 761	3 761	–	–	–
Investments Circle, S. A. ....	80 000	1,00	47,02	3 761	3 761	–	–	–
	<u>235 732</u>			<u>5 223</u>	<u>4 156</u>	<u>15</u>	<u>582</u>	<u>(1)</u>
Outros títulos:								
Valorizados ao justo valor .....	20 157 735	–	–	52 163	36 516	664	10	–
Fundo Invest. BPN Acções .....	250 000	5,00	6,45	10 722	1 613	366	–	–
Fundo Invest. BPN Imonegócios .....	543 749	5,00	6,53	15 613	3 550	67	–	–
Imosocial — Fund. Inv. Imobiliário .....	1 749 276	5,00	6,26	4 500	10 948	225	–	–
Chaves SME CLO N.º 1 — F .....	15 613 000	1,00	1,00	2 050	15 613	–	–	–
Papel Comercial — Inapa .....	1 000 000	1,00	2,02	2 050	2 021	6	–	–
Papel Comercial — Cima, S. A. ....	1 000 000	1,00	1,26	14 228	1 262	–	10	–
BPN Tesouraria .....	210	5,00	5,30	1 500	1	–	–	–
SPPM .....	1 500	1 000,00	1 000,00	1 500	1 500	–	–	–
Coop. Bralupo Bragança .....	–	–	–	–	8	–	–	–
Valorizados ao custo histórico .....	14 712 845	–	–	14 228	14 542	–	–	–
Aquilae 2006 — 1X Z .....	1 500 000	1	1	1 500	1 507	–	–	–
Aurum Investments, S. A. ....	1 000 000	1	1	996	1 006	–	–	–

Natureza e espécie de títulos	Quantidade	Valores unit. (euros)		Valor de aquisição	Valor de balanço	Mais-valia	Menos-valia	Imparidade
		Nominal	Preço					
Xelo PLC Float 201213 .....	1 000 000	1	1	1 000	992	-	-	-
Zela Fin G. S. T. 111 Float 2. ....	2 000 000	1	1	1 519	1 536	-	-	-
Excellence Assets Funds .....	18 084	1	1	18	18	-	-	-
Leverage India Fund .....	3 796 507	1	1	3 797	3 910	-	-	-
Rio Hotel e Casino .....	1 898 254	1	1	1 898	2 043	-	-	-
Luso Carbon Fund .....	1 500 000	1	1	1 500	1 500	-	-	-
Sedna Finance Corporation .....	2 000 000	1	1	2 000	2 030	-	-	-
	34 870 580			66 391	51 058	664	10	-
	305 285 224			333 732	318 042	1 085	738	(1)

## 10 — Aplicações em instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Aplicações em instit. de crédito no País:		
Mercado monetário interbancário .....	1 550	1 550
Aplicações a muito curto prazo .....	-	-
Depósitos .....	18 865	40 655
Empréstimos .....	300	-
Operações de compra com acordo de revenda .....	-	-
Aplicações subordinadas .....	-	-
Outras aplicações .....	483	2 420
Juros a receber .....	1 364	1 077
Receitas diferidas .....	-	-
	<u>22 562</u>	<u>45 702</u>
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro: .....		
Aplicações a muito curto prazo .....	22 670	5 466
Depósitos .....	8 420	9 097
Empréstimos .....	86 286	5 410
Operações de compra com acordo de revenda .....	1 519	1 695
Aplicações subordinadas .....	-	-
Outras aplicações .....	84 718	3 170
Juros a receber .....	2 427	1 048
Receitas diferidas .....	(46)	(51)
Provisões .....	-	-
	<u>205 994</u>	<u>25 835</u>
Correcções de valor de activos objecto de cobertura .....	-	-
Comissões associadas ao custo amortizado (líquido) .....	-	-
	<u>228 556</u>	<u>71 537</u>
Imparidade .....	-	-
	<u>228 556</u>	<u>71 537</u>

## 11 — Crédito a clientes:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Crédito não titulado:		
Interno:		
Desconto .....	303 774	314 514
Empréstimos .....	735 957	964 673
Créditos em conta corrente .....	1 566 095	1 483 251
Descobertos em depósitos à ordem ..	88 030	97 928
Créditos tomados — <i>factoring</i> .....	120 490	104 851
Locação financeira .....	288 040	283 276
Operações de compra com acordo de revenda .....	-	-
Outros créditos .....	637 231	501 933
Juros a receber .....	21 553	18 730
Receitas diferidas .....	-	(1 979)
	<u>3 761 170</u>	<u>3 767 177</u>
Ao exterior:		
Desconto .....	9 522	8 251
Empréstimos .....	108 759	108 625
Créditos em conta corrente .....	265 327	242 187

	(Em milhares de euros)	
	2006	2005 Pró-forma
Descobertos em depósitos à ordem ...	32 086	34 548
Créditos tomados — <i>factoring</i> .....	8 442	5 445
Locação financeira .....	1 109	—
Operações de compra com acordo de revenda .....	—	—
Outros créditos .....	59 948	41 232
Juros a receber .....	8 196	4 312
Receitas diferidas .....	—	(237)
	<u>493 389</u>	<u>444 363</u>
Crédito titulado .....	—	—
Activos titularizados não desreconhecidos:		
Crédito a clientes:		
Crédito interno .....	405 288	—
Crédito ao exterior .....	—	—
Outros créditos e valores a receber ...	—	—
Juros a receber .....	1 848	—
	<u>407 136</u>	<u>—</u>
Crédito e juros vencidos .....	126 459	99 359
Correc. de valor de act. objecto de cobert.	(14)	111
Com. assoc. ao custo amortiz. (líquido) ...	—	—
	<u>126 445</u>	<u>99 470</u>
Imparidade .....	(137 242)	(130 176)
	<u>4 650 898</u>	<u>4 180 834</u>

O escalonamento dos créditos sobre clientes por prazos de vencimento é o seguinte:

	2006	2005 Pró-forma
Até três meses .....	1 459 181	1 239 523
De três meses a um ano .....	1 472 835	1 361 069
De um ano a cinco anos .....	1 018 153	908 849
Mais de cinco anos .....	777 786	735 148
Duração indeterminada .....	60 185	66 421
	<u>4 788 140</u>	<u>4 311 010</u>

No Grupo SLN, SGPS, a carteira de crédito a clientes, no final de 2006, encontra-se distribuída pelas seguintes instituições:

	2006	2005	Variação anual (percent.)	Perc. no total do crédito
BPN, S. A. ....	3 677 177	3 285 986	11,9	76,7
Banco Efisa .....	238 381	200 985	18,6	5,0
BPN Cayman .....	153 069	155 616	— 1,6	3,2
BPN IFI .....	46 886	51 131	— 8,3	1,0
BPN Crédito, IFIC .....	626 078	578 553	8,2	13,1
BPN Brasil .....	46 549	38 739	20,2	1,0
BPN Créditos Brasil .....	—	—	—	—
<i>Total</i> .....	<u>4 788 140</u>	<u>4 311 010</u>	<u>11,1</u>	<u>100,0</u>

Por sectores de actividade, o crédito bruto apresenta a seguinte distribuição:

	2006	2005	Variação anual (percent.)	Perce- tagem no total do crédito
Agricultura, silvicultura, caça e pescas .....	62 211	52 434	18,6	1,3
Indústrias extractivas .....	43 618	38 199	14,2	0,9
Alimentação, bebidas e tabacos .....	69 785	57 001	22,4	1,5
Têxteis .....	86 182	73 131	17,8	1,8
Madeira e cortiça .....	35 148	33 997	3,4	0,7
Papel, artes gráficas e editoras .....	34 337	34 138	0,6	0,7
Químicas e actividades conexas .....	30 993	27 522	12,6	0,6
Produtos minerais não metálicos .....	80 899	78 963	2,5	1,7
Máquinas, equipamento e metalúrgicas de base .....	65 921	58 748	12,2	1,4
Fabrico de mobiliário e outras indústrias transformadoras .....	82 930	76 445	8,5	1,7
Electricidade, água e gás .....	17 358	11 910	45,7	0,4
Construção .....	573 862	506 139	13,4	12,0
Actividades imobiliárias .....	811 450	739 021	9,8	16,9
Comércio a retalho (excepto de veículos) .....	156 949	134 162	17,0	3,3
Comércio por grosso e agentes de comércio .....	368 449	321 794	14,5	7,7
Comércio, manutenção e reparação de veículos .....	90 408	87 223	3,7	1,9
Restaurantes e hotéis .....	108 744	95 382	14,0	2,3
Transporte, armazenagem e comunicações .....	55 352	91 308	— 39,4	1,2
Outras actividades de serviços prestados .....	465 156	264 655	75,8	9,7
Intermediação financeira .....	253 479	147 570	71,8	5,3
Outros .....	214 188	479 123	— 55,3	4,5
Particulares .....	1 080 721	902 145	19,8	22,6
<i>Total</i> .....	<u>4 788 140</u>	<u>4 311 010</u>	<u>11,1</u>	<u>100,0</u>

## 13 — Outros activos tangíveis:

O movimento ocorrido na rubrica de outros activos tangíveis durante o ano de 2006 foi o seguinte:

	2005		Aqui- sições	Reava- liações	Alienações e abates	Transfe- rências	Amortização do exercício	Saldo em 2006	Ajustam. IAS	Saldo em 2006 (IAS)
	Valor bruto	Amortizações acumuladas								
<b>Imóveis em uso:</b>										
Imóveis de serviço próprio .....	78 384	(18 338)	17 951	(147)	(37)	1 242	(2 498)	76 557	(386)	76 171
Outros imóveis .....	7 908	(1 538)	3 491	—	(3)	11	(405)	9 464	(98)	9 366
Obras em imóveis arrendados .....	22 872	(10 059)	1 159	—	(42)	448	(2 256)	12 122	—	12 122
	<u>109 164</u>	<u>(29 935)</u>	<u>22 601</u>	<u>(147)</u>	<u>(82)</u>	<u>1 701</u>	<u>(5 159)</u>	<u>98 143</u>	<u>(484)</u>	<u>97 659</u>
<b>Equipamento:</b>										
Mobiliário e material .....	14 000	(8 407)	1 295	—	(97)	1	(1 415)	5 377	—	5 377
Máquinas e ferramentas .....	45 958	(25 399)	12 025	—	(67)	260	(3 737)	29 040	—	29 040
Equipamento informático .....	27 499	(20 289)	5 089	—	(610)	3 610	(4 903)	10 396	—	10 396
Instalações interiores .....	4 219	(3 521)	442	—	(5)	—	(337)	798	—	798
Material de transporte .....	6 901	(4 559)	1 905	—	(700)	(17)	(961)	2 569	—	2 569
Equipamento segurança .....	2 313	(1 126)	208	—	(51)	2	(259)	1 087	—	1 087
Outro equipamento .....	54 539	(23 800)	28 202	—	(5 698)	—	(7 785)	45 458	66	45 524
	<u>155 429</u>	<u>(87 101)</u>	<u>49 166</u>	<u>—</u>	<u>(7 228)</u>	<u>3 856</u>	<u>(19 397)</u>	<u>94 725</u>	<u>66</u>	<u>94 791</u>
Equipamento em locação operacional .....	14 777	(5 422)	67	—	(2 260)	—	(2 402)	4 760	—	4 760
Equipamento em locação financeira .....	7 959	(5 033)	585	—	—	—	(616)	2 895	—	2 895
Activos tangíveis em curso .....	58 033	—	64 311	—	(2 447)	(13 586)	—	106 311	(166)	106 145
Outros activos tangíveis .....	3 252	(452)	1 438	—	(565)	(850)	370	3 193	—	3 193
	<u>84 021</u>	<u>(10 907)</u>	<u>66 401</u>	<u>—</u>	<u>(5 272)</u>	<u>(14 436)</u>	<u>(2 648)</u>	<u>117 159</u>	<u>(166)</u>	<u>116 993</u>
	<u>348 614</u>	<u>(127 943)</u>	<u>138 168</u>	<u>(147)</u>	<u>(12 582)</u>	<u>(8 879)</u>	<u>(27 204)</u>	<u>310 027</u>	<u>(584)</u>	<u>309 443</u>

## 14 — Activos intangíveis:

O movimento ocorrido na rubrica de activos intangíveis durante o ano de 2006 foi o seguinte:

	2005		Aqui- sições	Alienações e abates	Transfe- rências	Amortização do exercício	Saldo em 2006	Ajustam. IAS	Saldo em 2006 (IAS)
	Valor bruto	Amortizações acumuladas							
Sistemas de tratamento automático de dados .....	11 444	(9 893)	719	(451)	—	(1 152)	667	—	667
Outros activos intangíveis .....	29 969	(16 600)	3 589	(226)	117	(2 990)	13 859	480	14 339
	<u>41 413</u>	<u>(26 493)</u>	<u>4 308</u>	<u>(677)</u>	<u>117</u>	<u>(4 142)</u>	<u>14 526</u>	<u>480</u>	<u>15 006</u>
Activos intangíveis em curso .....	10 184	—	15 468	(455)	(549)	—	24 648	—	24 648
	<u>51 597</u>	<u>(26 493)</u>	<u>19 776</u>	<u>(1 132)</u>	<u>(432)</u>	<u>(4 142)</u>	<u>39 174</u>	<u>480</u>	<u>39 654</u>

15 — Investimentos em associadas e filiais excluídas de consolidação:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Em milhares de euros)							
	Participação efectiva (percentagem)		Valor de balanço		Método consolidado		Participante	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Acacia Real Estate .....	1,7	—	1 329	—	Custo	—	EFISA	—
Cervejas Nampula .....	7,6	7,5	1 099	507	Custo	Custo	Partinvest SGPS	SLN Madeira
Banco Africa Ocidental .....	8,7	8,6	178	178	Custo	Custo	Efisa	Efisa
BDCMoçambique .....	9,96	9,96	549	607	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Locagest .....	19,96	19,96	16	18	Custo	Custo	Efisa	Efisa
PME Capital .....	0,02	0,02	9	9	Custo	Custo	Efisa, BPN, S. A.	BPN, S. A., Efisa
PME Investimento .....	0,02	0,02	9	9	Custo	Custo	Efisa, BPN, S. A.	BPN, S. A., Efisa
EfisaCar .....	19,76	19,74	732	732	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Fenton Ventures & Resources INC .....	19,96	—	1	—	Custo	—	Efisa	—
Schoolgest .....	15,97	19,96	10	10	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Ergorent .....	19,96	19,96	3	3	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Sensorent .....	19,96	19,96	5	5	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Velmax .....	7,98	7,98	15	16	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Moçambique C Seguros .....	4,49	4,49	31	35	Custo	Custo	Efisa	Efisa
CG Moçambique .....	19,19	19,96	6	5	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Payshop Moçambique, S. A. R. L. ....	19,96	19,96	101	112	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Nearent .....	19,96	19,96	18	18	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Nearent Ibérica .....	19,96	19,96	6	6	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Avipronto — Produtos Alimentares .....	40,5	40,5	5 464	8 820	MEP	MEP	Efisa, FIQEFISA	Efisa, FIQEFISA
CEL Fogueteiro .....	19,96	19,96	848	848	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Calzeus .....	13,23	13,23	1 258	1 079	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Bypass .....	44,91	44,91	23	12	MEP	MEP	Efisa	Efisa
Fund BOX .....	3,64	2,92	208	208	Custo	Custo	Efisa	Efisa
Disperfum SL .....	9,82	6,98	754	444	Custo	Custo	Efisa	Efisa
ERGI (1) .....	—	20,0	—	882	—	Custo	—	SLN Madeira
Cimpofin .....	18,7	18,7	648	648	Custo	Custo	SLN Internacional	BPN, S. A.
Coimbra Vita .....	11,07	11,07	49	66	Custo	Custo	BPN, S. A.	BPN, S. A.
AMB .....	11,00	11,00	94	94	Custo	Custo	BPN, S. A.	BPN, S. A.
Quartenaire Portugal .....	16,4	16,4	40	40	Custo	Custo	BPN, S. A.	BPN, S. A.
ADRAVE .....	6,4	6,4	19	25	Custo	Custo	BPN, S. A.	BPN, S. A.
INEGI .....	3,0	—	50	—	Custo	—	BPN, S. A.	—
SIBS .....	0,4	0,4	2 342	2 342	Custo	Custo	BPN, S. A.	BPN, S. A.
UNICRE .....	0,3	0,3	99	107	Custo	Custo	BPN, S. A.	BPN, S. A.
Entigere .....	10,0	10,0	100	100	Custo	Custo	BPN, S. A.	BPN, S. A.
Montes Serranos (a) .....	—	40,0	—	2 104	—	Custo	Real Seguros	Real Seguros
Nossa .....	35,4	35,4	660	1 751	MEP	MEP	Real Seguros	Real Seguros
Imoglobal (b) .....	30,2	28,2	42 587	50 733	MEP	MEP	BPN, S. A., Real Seguros, Real Vida	BPN, S. A., Real Seguros, Real Vida
Imoreal (b) .....	44,2	41,1	94 340	74 679	MEP	MEP	BPN, S. A., Real Seguros, Real Vida	BPN, S. A., Real Seguros, Real Vida
SGF — Soc. Gest. Fundos Pensões, S. A. ....	9,8	9,8	130	132	Custo	Custo	AVS	AVS
Lusenerg .....	—	10,0	—	5	—	Custo	—	SLN SGPS
Planfin .....	19,5	19,5	47	47	Custo	Custo	SLN SGPS	SLN SGPS
Marinapart, SGPS .....	30,0	30,0	6 339	9 612	MEP	MEP	SLN SGPS	SLN SGPS
ABZ .....	50,0	50,0	3	3	Custo	Custo	SLN SGPS	SLN SGPS

	Participação efectiva (percentagem)		Valor de balanço		Método consolidado		Participante	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Siresp .....	33,0	33,0	907	21	MEP	MEP	Datacomp	Datacomp
Oakleigh .....	100,0	100,0	228	228	Custo	Custo	SLN Internacional	SLN Internacional
Alborada .....	100,0	100,0	1 155	1 155	Custo	Custo	SLN Internacional	SLN Internacional
Urbinegócios .....	15,0	8,0	900	900	Custo	Custo	Part. Imobiliária	Part. Imobiliária
Qta Torre .....	15,0	15,0	1 746	1 746	Custo	Custo	Part. Imobiliária	Part. Imobiliária
Parvir .....	-	8,0	-	310	-	Custo	-	Part. Imobiliária
Morais e Cabral .....	26,0	26,0	10	10	MEP	MEP	Partinvest SGPS	Partinvest SGPS
Nordica .....	-	100,0	-	3 000	-	Custo	-	Plêiade
Pleiade Investissement .....	100,0	100,0	158	158	Custo	Custo	Plêiade	Plêiade
Omni .....	18,4	18,4	1 064	1 064	Custo	Custo	Plêiade	Plêiade
Bragafin .....	20,0	10,0	1	1	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Bullfin .....	15,0	15,0	8	8	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Classe Mercados .....	10,0	10,0	5	5	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Espinho Fin .....	10,0	10,0	5	5	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Feirafin .....	10,0	10,0	3	3	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Finmaiacor .....	10,0	10,0	1	1	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Finocal .....	10,0	10,0	1	1	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Peninsulafin, L. <sup>da</sup> .....	10,0	10,0	1	1	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Profactors .....	10,0	10,0	1	1	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
R. Duarte & S. Vicente, L. <sup>da</sup> .....	2,0	10,0	1	1	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Spot — Gestão Financeira, L. <sup>da</sup> .....	10,0	10,0	5	5	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Tradeoff, L. <sup>da</sup> .....	10,0	10,0	2	2	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Aveimercados, S. A. ....	7,7	10,0	5	5	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Finmat, S. A. ....	10,0	10,0	5	5	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Leirimercados, S. A. ....	10,0	10,0	5	5	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Lojafin, S. A. ....	10,0	10,0	5	5	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Sinase, S. A. ....	51,0	50,7	38	38	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
Sintrafin .....	10,0	10,0	10	10	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
S. J. Mercados .....	10,0	10,0	10	10	Custo	Custo	Plêiade	Fincor
BPN Créditos Corretora de Seguros, Ltd. ....	-	79,8	-	7	-	Custo	-	BPN Brasil
M. Martins da Silva, L. <sup>da</sup> .....	100,0	100,0	6	6	-	Custo	-	CEDIMA
TGR Técnica .....	100,0	100,0	1	1	Custo	Custo	Datacomp	Datacomp
EDP .....	-	-	2	2	Custo	Custo	Datacomp	Datacomp
BCP .....	-	-	6	6	Custo	Custo	Datacomp	Datacomp
Independente .....	1,1	1,1	100	100	Custo	Custo	Geslusa	Geslusa
HCC, S. A. ....	5,0	5,0	550	550	Custo	Custo	Geslusa	Geslusa
Campus XXI .....	15,0	15,0	25	36	Custo	Custo	IMI	IMI
SP PM .....	50,0	50,0	-	1 500	-	Custo	Inapal	Inapal
C. E. I. I. A. ....	3,0	3,0	15	15	Custo	Custo	Inapal	Inapal
Acecia, ACE .....	16,7	16,7	10	10	Custo	Custo	Inapal	Inapal
Sogepin, L. <sup>da</sup> .....	19,8	-	10	-	Custo	-	Inapal	-
Olivimo .....	20,0	20,0	3 000	3 000	Custo	Custo	Partenon	Partenon
Nauinvest .....	35,0	-	635	-	Custo	-	Partenon	-
SAC Varosa .....	49,5	49,5	5 990	5 387	MEP	MEP	Partinvest	Partinvest
Sorel .....	19,5	19,5	3 424	1 907	Custo	Custo	SLN CAR	SLN CAR
Bizzfirst .....	51,0	9,0	-	8	-	Custo	SLN NT	SLN NT
Autolote .....	-	100,0	-	50	-	Custo	-	SLV

(Em milhares de euros)

	Participação efectiva (percentagem)		Valor de balanço		Método consolidado		Participante	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Hospiserve, L. <sup>da</sup> .....	50,0	50,0	1	1	Custo	Custo	SMN	SMN
Unidade do Coração, L. <sup>da</sup> .....	14,2	14,2	26	22	Custo	Custo	SMN	SMN
CPD-Centro Port. Saúde no Trabalho .....	—	71,2	—	1 224	Custo	Custo	SMN	SMN
GPD .....	71,2	71,2	14	156	Custo	Custo	SMN	SMN
Sotor .....	—	—	—	50	—	Custo	—	TURIVISA
Marina Barra .....	50,0	50,0	1 250	1 250	MEP	MEP	BPN, S. A.	BPN, S. A.
Swift .....	0,6	—	17	—	Custo	—	BPN, S. A.	—
LUKH .....	50,0	50,0	—	97	MEP	MEP	GPSaúde	GPSaúde
4M .....	15,0	15,0	46	46	Custo	Custo	Part. Imobiliária	GPSaúde
Imalis .....	12,8	—	61	—	Custo	—	GPSaúde	—
Imogran .....	12,9	—	44	—	Custo	—	GPSaúde	—
Nascimento e Sousa .....	12,9	—	10	—	Custo	—	GPSaúde	—
Dywidag .....	50,0	50,0	34	28	MEP	MEP	Part. Imobiliária	Part. Imobiliária
Emmedi .....	34,0	34,1	85	60	MEP	MEP	Seac Banche	Seac Banche
J. Umbelino Monteiro, S. A. (d) .....	19,5	—	1 026	—	Custo	—	FIQEFISA	—
Sogefran — Soc. Gestora Franchising .....	19,5	19,5	87	136	Custo	Custo	FIQEFISA	FIQEFISA
Telhas JM (a) .....	—	19,5	—	1 130	—	Custo	—	FIQEFISA
Corte Fino .....	12,3	12,3	250	480	Custo	Custo	FIQEFISA	FIQEFISA
SRE — Sol Racionais de Energia .....	15,0	15,0	799	541	Custo	Custo	FIQEFISA	FIQEFISA
Polimaia SGPS .....	25,9	25,9	2 910	2 363	Custo	Custo	FIQEFISA	FIQEFISA
Rodricarnes (d) .....	45	—	1 323	—	Custo	—	FIQEFISA	—
Helvética (a) .....	—	35,2	—	400	—	Custo	—	FIQEFISA
Wellness (d) .....	21,4	—	750	—	Custo	—	FIQEFISA	—
Carlife — Centro Manutenção de VA .....	46,7	40,0	1 260	1 000	Custo	Custo	FIQEFISA	FIQEFISA
Spidouro, S. A. ....	0,8	0,8	7	8	Custo	Custo	Sortegel	Sortegel
			190 273	187 328				

(a) A participação foi alienada no decurso do exercício de 2006.

(b) Aumento na participação.

(c) A participação no exercício de 2006 consolida pelo método integral.

(d) Participação adquirida no exercício de 2006.

16 — Impostos:				2006	2005 Pró-forma
Esta rubrica tem a seguinte composição:					
		<b>(Em milhares de euros)</b>			
	2006	2005 Pró-forma			
Activos por impostos correntes:			Passivos por impostos correntes:		
IRC a recuperar .....	2 910	1 723	IRC a pagar .....	12 318	7 835
Outros .....	404	4	Outros .....	4 478	3 912
	3 314	1 727		16 796	11 747
Activos por impostos diferidos			Passivos por impostos diferidos:		
Por diferenças temporárias .....	17 863	15 461	Por diferenças temporárias .....	4 682	5 093
Por prejuízos fiscais .....	1 262	3 768	Por créditos fiscais .....	—	—
	19 125	19 229		4 682	5 093
				961	4 116
			17 — Provisões técnicas:		
			Esta rubrica tem a seguinte composição no Ramo Vida:		
	2005	Ajusta- mentos IAS/IFSR	2005 pró-forma	Aumentos/ reduções	2006
Provisão matemática:					
De seguro directo .....	303 488	(274 225)	29 263	1 272	30 535
De resseguro cedido .....	5 238	—	5 238	(2 131)	3 107
Provisão para sinistros:					
De seguro directo .....	8 770	—	8 770	(2 821)	5 949
De resseguro cedido .....	3 131	—	3 131	(433)	2 698
Provisão para participação nos resultados:					
De seguro directo .....	192	(192)	—	183	183
De resseguro cedido .....	—	—	—	—	—
Provisões técnicas relativas a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	27 696	(27 696)	—	—	—
	331 777	(302 113)	29 664	1 198	30 862
Esta rubrica tem a seguinte composição no Ramo não Vida:					
	2005	Ajusta- mentos IAS/IFSR	2005 pró-forma	Aumentos/ reduções	2006
Provisão para prémios não adquiridos:					
De seguro directo .....	27 276	—	27 276	614	27 890
De resseguro cedido .....	5 459	—	5 459	102	5 561
Provisão para sinistros:					
De seguro directo .....	88 252	—	88 252	14 300	102 552
De resseguro cedido .....	3 376	—	3 376	3 902	7 278
Provisão para desvios de sinistralidade .....	272	(272)	—	24	24
Outras provisões técnicas:					
De seguro directo .....	125	—	125	406	531
De resseguro cedido .....	—	—	—	—	—
	107 090	(272)	106 818	11 340	118 158
<i>Total das provisões técnicas .....</i>	438 867	(302 385)	136 482	12 538	149 020

As provisões técnicas constituídas para os contratos do ramo Vida e Real representam, no seu conjunto, as responsabilidades para com os segurados e incluem:

Provisões matemáticas determinadas de acordo com métodos actuariais prospectivos, em conformidade com as base técnicas de cada um dos produtos. É incluída também uma provisão para compromissos

de taxa, a qual é contabilizada quando a taxa de rendibilidade efectiva dos activos, que se encontram a representar as provisões matemáticas de um determinado produto, é inferior à taxa técnica de juro utilizada no cálculo das provisões matemáticas;

Provisões para participação nos resultados a atribuir no final de cada ano aos contratos em vigor. O seu cálculo é efectuado de acordo com as base técnicas de cada contrato, devidamente aprovadas pelo

ISP (Instituto de Seguros de Portugal), com bases nas taxas de rendibilidade dos investimentos afectos à cobertura das respectivas provisões matemáticas;

Provisões para sinistros, de modo a fazer face às indemnizações a pagar referente a sinistros já ocorridos mas não regularizados.

18 — Outros activos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

(Em milhares de euros)		
	2006	2005 Pró-forma
Devedores por seguro directo e resseguro	21 623	21 583
Imparidade .....	(4 629)	(1 982)
	<u>16 994</u>	<u>19 601</u>
Devedores, outras aplicações e outros activos:		
Devedores por operações sobre futuros e opções .....	4 717	2 801
Aplicações diversas .....	19 158	42 211
Sector público administrativo .....	16 528	12 357
Devedores diversos .....	298 787	190 959
	<u>339 190</u>	<u>248 328</u>
Outros activos:		
Ouro .....	-	-
Outros metais preciosos, numismática e medalhística .....	31	4
Outros activos .....	73 413	50 187
	<u>73 444</u>	<u>50 191</u>
Imparidade .....	(16 529)	(14 075)
	<u>396 105</u>	<u>284 444</u>
Rendimentos a receber:		
Juros e rendimentos similares .....	1 740	21 991
Outros rendimentos a receber .....	9 794	3 845
	<u>11 534</u>	<u>25 836</u>
Despesas com encargo diferido:		
Outras operações activas (associadas ao custo amortizado) .....	-	-
Outras despesas com encargo diferido ...	22 765	13 415
	<u>22 765</u>	<u>13 415</u>
Fundo de pensões:		
Contribuições para o fundo de pensões	(71)	-
Desvios actuariais .....	8 951	8 188
Outros elementos .....	-	-
	<u>8 880</u>	<u>8 188</u>
Encargos a pagar:		
Comissões associadas ao custo amortizado (postecipadas) de operações activas .....	(1 121)	(464)
Receitas com rendimento diferido:		
Devedores, outras aplicações e outros activos .....	-	-
Outras operações activas (associadas ao custo amortizado) .....	(66)	(72)
	<u>(66)</u>	<u>(72)</u>

Outras contas de regularização:

	2006	2005 Pró-forma
Posição cambial .....	28	1 513
Operações cambiais a liquidar .....	9 112	14 074
Operações sobre valores mobiliários a regularizar .....	10 429	11 976
Outras operações a regularizar .....	28 583	22 269
	<u>48 152</u>	<u>49 832</u>
	<u>90 144</u>	<u>96 735</u>
Activos recebidos em dactção por recuperação de créditos:		
Imóveis .....	43 222	43 634
Equipamento .....	556	601
Outros activos tangíveis .....	26	25
Outros activos .....	-	-
	<u>43 804</u>	<u>44 260</u>
Imparidade .....	(1 858)	(1 304)
Passivos .....	-	-
	<u>41 946</u>	<u>42 956</u>
	<u>545 189</u>	<u>443 736</u>

19 — Recursos de bancos centrais:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Recursos do Banco de Portugal:		
Mercado monetário interbancário .....	-	-
Depósitos .....	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>
Recursos de outros bancos centrais:		
Recursos a muito curto prazo .....	77	-
Depósitos .....	-	-
Empréstimos .....	-	-
	<u>77</u>	<u>-</u>
Juros a pagar .....	-	-
	<u>77</u>	<u>-</u>

20 — Passivos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Passivos financeiros detidos para negociação:		
Vendas a descoberto .....	-	-
Empréstimos de títulos .....	-	-
Outros passivos financeiros .....	27 768	15 878
<i>Swaps</i> :		
Taxa de juro .....	7 206	3 453
Equity <i>Swaps</i> .....	9 444	7 049
Eventos de crédito .....	3	-
Futuros:		
Taxa de juro .....	-	-

(Em milhares de euros)

	2006	2005 Pró-forma
Opções:		
Divisas .....	1 659	—
Cotações .....	9 433	5 376
Outros .....	23	—
	<u>27 768</u>	<u>15 878</u>
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados:		
Instrumentos derivados:		
Futuros .....	535	268
	<u>28 303</u>	<u>16 146</u>

## 21 — Recursos de outras instituições de crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Recursos de instituições de crédito no País:		
Mercado monetário interbancário .....	6 133	—
Recursos a muito curto prazo .....	8 000	9 000
Depósitos .....	92 192	92 911
Empréstimos .....	97 263	97 406
Operações de venda com acordo de recompra .....	—	—
Outros recursos .....	10 847	5 313
Juros a pagar .....	3 628	2 853
Encargos diferidos .....	(304)	(1 433)
	<u>217 759</u>	<u>206 050</u>

## Recursos de instituições de crédito no estrangeiro:

Recursos a muito curto prazo .....	—	4 000
Depósitos .....	67 662	44 018
Empréstimos .....	358 006	337 191
Operações de venda com acordo de recompra .....	—	—
Outros recursos .....	955	506
Juros a pagar .....	2 269	1 716
Encargos diferidos .....	—	—
	<u>428 892</u>	<u>387 431</u>

## Correcções de valor de passivos objecto de cobertura

de cobertura .....	—	—
	<u>646 651</u>	<u>593 481</u>

## 22 — Recursos de clientes e outros empréstimos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Recursos de clientes		
Depósitos à ordem .....	1 267 926	1 153 104
Depósitos com pré-aviso .....	—	—
Depósitos a prazo .....	2 622 401	2 618 561
Depósitos de poupança .....	93 755	93 276

	2006	2005 Pró-forma
Depósitos obrigatórios .....	73	114
Cheques e ordens a pagar .....	26 454	22 106
Operações de venda com acordo de recompra .....	—	—
Outros .....	7 052	6 771
Juros a pagar .....	26 935	18 756
Encargos diferidos .....	—	—
	<u>4 044 596</u>	<u>3 912 688</u>
Empréstimos:		
De residentes .....	—	—
De não residentes .....	—	—
Juros a pagar .....	—	—
Encargos diferidos .....	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>

## Outros:

Receitas diferidas .....	—	—
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura .....	(4 771)	—
Comissões associadas ao custo amortizado (líquido) .....	—	—
	<u>(4 771)</u>	<u>—</u>
	<u>4 039 825</u>	<u>3 912 688</u>

## 23 — Responsabilidades representadas por títulos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Certificados de depósito:		
Emissões .....	11 698	1 567
Recompras .....	—	—
	<u>11 698</u>	<u>1 567</u>
Obrigações de caixa:		
Emissões .....	45 771	43 646
Recompras .....	—	—
	<u>45 771</u>	<u>43 646</u>
Outros:		
Emissões .....	210 000	10 000
Recompras .....	—	—
	<u>210 000</u>	<u>10 000</u>
Juros a pagar .....	1 944	947
Responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado .....	(1 317)	(1 271)
Correcções de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura .....	(1 894)	—
Comissões associadas ao custo amortizado (líquido) .....	—	—
	<u>(1 267)</u>	<u>(324)</u>
	<u>266 202</u>	<u>54 889</u>

As características das responsabilidades são como se segue:

(Em milhares de euros)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro (percent.)	Montante
<b>Certificados de depósito:</b>				
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Jun-05	Jun-07	100 — CDI	22
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Set-05	Set-07	102 — CDI	83
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Dez-05	Dez-07	100 — CDI	57
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Jan-06	Jan-08	101 — CDI	163
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Fev-06	Jan-08	104 — CDI	25
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Mar-06	Fev-08	105 — CDI	20
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Mar-06	Mar-08	102 — CDI	12
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Mar-06	Mar-08	105 — CDI	8
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Abr-06	Mar-08	102 — CDI	8
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Abr-06	Abr-08	100 — CDI	416
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Abr-06	Abr-08	100 — CDI	416
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Abr-06	Mai-07	100 — CDI	78
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Mai-06	Mai-08	104 — CDI	194
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Mai-06	Mai-08	105 — CDI	39
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Mai-06	Mai-08	105 — CDI	37
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Mai-06	Mai-08	107 — CDI	19
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Mai-06	Mai-08	107 — CDI	19
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Jun-06	Mai-08	107 — CDI	19
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Jun-06	Jun-08	105 — CDI	8
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Jun-06	Jun-09	104 — CDI	134
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Jun-06	Jun-08	100 — CDI	10
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Jun-06	Jun-09	107 — CDI	117
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Jun-06	Jun-09	107 — CDI	117
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Jun-06	Jun-09	110 — CDI	4
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Jun-06	Jun-09	110 — CDI	4
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Jul-06	Jun-08	100 — CDI	4
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Jul-06	Jun-09	100 — CDI	7
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Jul-06	Jun-08	107 — CDI	190
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Jul-06	Jul-08	100 — CDI	376
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Ago-06	Jul-08	100 — CDI	5
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Ago-06	Jul-08	100 — CDI	75
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Ago-06	Ago-08	105 — CDI	22
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Set-06	Ago-08	100 — CDI	185
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Set-06	Ago-08	104 — CDI	18
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Set-06	Set-08	110 — CDI	37
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Set-06	Set-08	100 — CDI	816
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Out-06	Set-08	104 — CDI	5
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Out-06	Set-08	110 — CDI	18
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Out-06	Out-08	100 — CDI	810
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Out-06	Out-08	100 — CDI	91
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Dez-06	Nov-08	100 — CDI	5 875
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Dez-06	Nov-08	100 — CDI	848
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Dez-06	Dez-08	103 — CDI	25
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Dez-06	Dez-08	104 — CDI	29
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Dez-06	Dez-08	100 — CDI	89
CDB — Certificado de depósito bancário — BPN Brasil .....	Dez-06	Dez-08	100 — CDI	144
				<u>11 698</u>
<b>Obrigações:</b>				
BPN SFE — 50 M .....	Jun-03	Jun-13	5,28	1 662
Obrigações BPN 100% .....	Jun-04	Jun-07	(a)	20 000
BPN SFE — 75 M .....	Jun-05	Jun-13	5,74	18 378
GPSaúde — Papel comercial — 2.ª emissão .....	—	—	—	5 731
BPN Cayman, Ltd. — 200M FRN .....	Set-06	Set-09	4,06	200 000
				<u>245 771</u>
<b>Outros:</b>				
CNE — Papel comercial — 4.ª emissão .....	Jan-05	Jan-10	Euribor 12m + 1,25	5 000
CNE — Papel comercial — 5.ª emissão .....	Fev-05	Fev-10	Euribor 12m + 1,25	2 500
CNE — Papel comercial — 6.ª emissão .....	Out-05	Out-10	Euribor 12m + 1,25	2 500
				<u>10 000</u>
Juros a pagar .....				1 944
Responsabilidades repres. por títulos sem carácter subordinado .....				(1 317)
Correcções de valor de passivos objecto de oper. de cobertura .....				(1 894)
				<u>(1 267)</u>
				<u>266 202</u>

(a) A Remuneração varia entre 0% e 25% do valor nominal e é igual a 100% da média aritmética da variação dos índices constantes no cabaz. A variação de cada índice define-se como a variação percentual verificada no valor do índice entre 21 de Junho de 2004 e 21 de Junho de 2007, com o máximo de 25% de acordo com a seguinte fórmula: Mín 25% (Nível de Referência Final — Nível de Referência Inicial)/Nível de Referência Inicial.

## 24 — Passivos financeiros associados a activos transferidos:

O BPN, S. A. lançou em 20 de Dezembro de 2006, uma operação de titularização sob a designação de Chaves SME CLO n.º 1. As principais características da operação, são resumidas no quadro seguinte:

Denominação	Montante (milhares de euros)	Data de emissão	Vida média estimada	Garantia	Spread (percent.)
Chaves SME CLO No. 1 .....	601 210	20-12-2006	5,73	Créditos a PMEs	0,20
Montante liquidado .....	(35 931)				
	565 279				

Aquando do cálculo do montante do crédito titularizado e a concretização efectiva da operação, ocorreram liquidações totalizando um montante de 35 931 milhares de euros, pagamento este ainda efectuado em Dezembro de 2006.

## 25 — Provisões e imparidades:

O movimento ocorrido nas provisões e imparidades durante o exercício de 2006 foi o seguinte:

	(Em milhares de euros)						
	Saldo em 2005	IAS 32 e IAS 39	Aumentos	Reposições/ reversões	Utili- zações	Transfe- rências/outros aumentos	Saldo em 2006
Imparidades em activos financeiros disponíveis para venda:							
Instrumentos de dívida .....	—	—	231	(135)	(96)	—	—
Instrumentos de capital .....	1	—	—	—	—	—	1
Outros títulos .....	1 187	—	125	(474)	(838)	—	—
Créditos e outros valores a receber .....	—	—	—	—	—	—	—
Imparidades em aplicações em instituições de crédito .....	—	—	—	—	—	—	—
Imparidades em crédito a clientes .....	130 176	(1 416)	54 917	(18 094)	(28 896)	555	137 242
Imparidade em associadas e empreendimentos conjuntos .....	1 478	—	1	—	—	—	1 479
Imparidades em activos com acordo de recompra	—	—	—	—	—	—	—
Imparidades em outros detidos até à maturidade	—	—	—	—	—	—	—
Imparidades em activos não financeiros .....	—	—	—	—	—	—	—
Imparidades em outros activos .....	15 379	—	4 141	(2 379)	(437)	1 683	18 387
Imparidades por seguro directo e resseguro .....	1 981	—	2 658	—	(8)	—	4 631
Imparidades e provisões para garantias e com- promissos assumidos .....	48	—	45	(44)	—	—	49
Outras provisões .....	649	—	2 660	(26)	(501)	(634)	2 148
	150 899	(1 416)	64 778	(21 152)	(30 777)	1 604	163 937

## 26 — Outros passivos subordinados:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Empréstimos subordinados:		
Titulados:		
Emissões .....	250 000	200 000
Recompras .....	—	—
	250 000	200 000
Outros passivos subordinados:		
Emissões .....	—	—
Recompras .....	—	—
	—	—
Juros a pagar .....	306	367
Receitas diferidas .....	—	—
Encargos diferidos .....	—	—
	306	367
	250 306	200 367

As características dos passivos subordinados são como se segue:

(Em milhares de euros)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Montante
<b>Empréstimos subordinados:</b>				
Obrigações de caixa subordinadas BPN (SFE) .....	Maio 2003	Maio 2013	(a)	25 000
Obrigações de caixa subordinadas BPN .....	Junho 2003	Junho 2013	(a)	50 000
Obrigações de caixa subordinadas BPN .....	Junho 2003	Junho 2013	(a)	25 000
Obrigações de caixa subordinadas BPN/2005 .....	Dezembro 2005	Dezembro 2015	(b)	50 000
SLN Rendimento Mais 2004 .....	Dezembro 2004	Dezembro 2009	(c)	50 000
SLN Rendimento Mais 2006 .....	Dezembro 2006	Dezembro 2016	(d)	50 000
				<u>250 000</u>
Periodificações, custos e proveitos diferidos .....				<u>306</u>
				<u>250 306</u>

(a) A taxa de juro do 1.º cupão foi de 4,75%, sendo a dos restantes cupões correspondente à Euribor a seis meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 2%.

O BPN poderá efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial, neste último caso por redução do valor nominal, a partir do quinto ano de vida do empréstimo, e em cada data de pagamento de juros, sujeito ao acordo prévio do Banco de Portugal.

Não existem quaisquer condições de subordinação que permitam a conversão do passivo subordinado em capital ou em outra forma de passivo.

(b) A taxa de juro do 1.º cupão foi de 4% sendo que: a) nos cupões que se vencem de 22 de Dezembro de 2006 a 22 de Dezembro de 2010 corresponde à Euribor a seis meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,15%; b) e nos restantes cupões corresponde à Euribor a seis meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,5%.

O BPN poderá efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial, neste último caso por redução do valor nominal, a partir do quinto ano de vida do empréstimo, e em cada data de pagamento de juros, sujeito ao acordo prévio do Banco de Portugal.

(c) A taxa de juro é de 4,5% até ao cupão de Outubro de 2009, sendo a dos restantes cupões correspondente à Euribor a seis meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,75%.

O BPN poderá efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial, neste último caso por sorteio entre as obrigações ainda não amortizadas, a partir do quinto ano de vida do empréstimo, e em cada data de pagamento de juros, sujeito ao acordo prévio do Banco de Portugal.

Não existem quaisquer condições de subordinação que permitam a conversão do passivo subordinado em capital ou em outra forma de passivo.

(d) A taxa de juro é de 4,5% até ao cupão de Novembro de 2006. Nos cupões que se vencem entre Maio de 2007 e Maio de 2011 inclusivé, a taxa de juro aplicável corresponde à Euribor a seis meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,15%.

Nos restantes cupões, a taxa de juro aplicável corresponde à Euribor a seis meses em vigor no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de cada um dos períodos de contagem de juros, acrescida de 1,50%.

O BPN poderá efectuar o reembolso antecipado, total ou parcial, neste último caso por sorteio entre as obrigações ainda não amortizadas, a partir do quinto ano de vida do empréstimo, e em cada data de pagamento de juros, sujeito ao acordo prévio do Banco de Portugal.

Não existem quaisquer condições de subordinação que permitam a conversão do passivo subordinado em capital ou em outra forma de passivo.

## 27 — Outros passivos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma		2006	2005 Pró-forma
			<b>Encargos a pagar:</b>		
Credores por seguro directo e resseguro ....	339 306	309 080	Juros a pagar .....	1 458	1 145
Credores e outros recursos:			Outros encargos a pagar .....	48 234	28 927
Operações de venda com acordo de re-compra .....	—	—		<u>49 692</u>	<u>30 072</u>
Credores por operações sobre futuros e opções .....	191	638	<b>Receitas com rendimento diferido:</b>		
Recursos diversos .....	166 455	86 071	De rendas de locação operacional .....	4 273	89
Sector público administrativo .....	13 451	12 341	De outras rendas .....	1	7
Cobranças por conta de terceiros .....	119	208	De garantias prestadas e outros passivos eventuais .....	758	686
Dividendos a pagar .....	—	—	De compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros .....	—	—
Contribuições para outros sistemas de saúde .....	239	224	Outras .....	12 264	16 804
Credores diversos .....	190 907	143 974		<u>17 296</u>	<u>17 586</u>
	<u>371 362</u>	<u>243 456</u>	<b>Outras contas de regularização:</b>		
<b>Despesas com encargo diferido:</b>			Posição cambial .....	924	5 226
Credores e outros recursos .....	—	—	Operações cambiais a liquidar .....	12 145	13 010
Outras operações passivas .....	58	—	Operações sobre valores mobiliários a regularizar .....	1 150	13 210
	<u>58</u>	<u>—</u>	Outras operações a regularizar .....	286 676	7 614
<b>Fundo de pensões:</b>				<u>300 895</u>	<u>39 060</u>
Contribuições para o fundo de pensões	—	178		<u>1 078 609</u>	<u>651 544</u>
Desvios actuariais .....	—	12 112			
Outros elementos .....	—	—			
	<u>—</u>	<u>12 290</u>			

## 28 — Capital próprio:

Os movimentos nas rubricas de capital próprio tem a seguinte composição:

	(Em milhares de euros)								
	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Acções próprias	Reservas de reavaliação	Diferenças de conversão cambial	Outras reservas e resultados transitados	Resultado do exercício	Interesses minoritários
Saldo em 31 de Dezembro de 2005 (PCSB) .....	470 925	151 104	-	-	-	-	(18 642)	44 952	3 610
Impacto da adopção das IAS/IFRS .....	-	-	-	(21 551)	-	1 724	(45 823)	(5 700)	26 543
Outros .....	-	-	-	-	-	-	(29 090)	4 807	-
Saldo em 1 de Janeiro de 2006 .....	470 925	151 104	-	(21 551)	-	1 724	(93 555)	44 059	30 153
Aplicação resultado .....	-	-	-	-	-	-	44 059	(44 059)	-
Resultado do exercício .....	-	-	-	-	-	-	-	75 594	250
Outros .....	-	-	-	3 563	(221)	(59)	(36 753)	-	1 479
Saldo em 31 de Dezembro de 2006 .....	470 925	151 104	-	(17 988)	(221)	1 665	(86 249)	75 594	31 882

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital social da SLN, SGPS encontra-se representado por 470 925 milhões de acções, com um valor nominal de um euro cada, as quais se encontravam totalmente subscritas e realizadas.

As acções próprias apresentaram a seguinte evolução no exercício:

	2006		2005	
	Número de acções	Valor	Número de acções	Valor
Saldo inicial .....	8 231 632	21 551	7 877 745	21 400
Aquisições .....	-	-	4 000 000	11 260
Aumento de capital .....	-	-	393 887	-
Alienações .....	1 360 833	3 563	4 040 000	11 109
Saldo final .....	6 870 799	17 988	8 231 632	21 551

Os accionistas com mais de 2% do capital são:

	Percentagem	
	2006	2005
SLN Valor, SGPS, S. A. ....	31,4	30,9
José de Oliveira Costa .....	3,9	3,9
Almiro Jesus Silva .....	3,2	3,2
Voilpart, SGPS, S. A. ....	3,1	3,1
Silvaplus — Investimentos, SGPS, S. A. ....	2,0	2,0

29 — Contas extrapatrimoniais:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Garantias prestadas e outros passivos eventuais:		
Garantias e avales .....	396 453	389 943
Aceites e endossos .....	-	-
Transacções com recurso .....	-	-
Cartas de crédito <i>stand-by</i> .....	2 993	4 439
Créditos documentários abertos .....	29 569	25 074
Fianças e indemnizações (contra-garantias) .....	-	-
Outras garantias pessoais prestadas e outros passivos eventuais .....	-	-
	<u>429 015</u>	<u>419 456</u>
Activos dados em garantia .....	<u>32 246</u>	<u>32 246</u>
Compromissos perante terceiros:		
Compromissos irrevogáveis:		
Opções sobre activos .....	9 400	9 400
Operações a prazo .....	-	-
Contratos a prazo de depósitos .....	5 695	-
Linhas de crédito irrevogáveis .....	178 839	160 482
Subscrição de títulos .....	-	-
Responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência ainda não reconhecidas .....	-	2 885
Responsabilidades a prazo de contribuições anuais para o FGD .....	3 771	3 647
Responsabilidade potencial para com o sistema de indemnização ao investidor .....	133	186
Outros compromissos irrevogáveis ...	-	-
Compromissos revogáveis .....	<u>999 717</u>	<u>706 420</u>
	<u>1 197 555</u>	<u>883 020</u>
Responsabilidades por prest. de serviços:		
De depósito e guarda de valores .....	8 209 633	5 606 386
De cobrança de valores .....	76 518	82 518
Valores administrados pela instituição ...	<u>2 772 456</u>	<u>2 741 533</u>

(Em milhares de euros)

	2006	2005 Pró-forma
Fundos consignados .....	—	—
Outras .....	—	—
	<u>11 058 607</u>	<u>8 430 437</u>
	<u>12 717 423</u>	<u>9 765 159</u>

Em 31 de Dezembro o saldo da rubrica de activos dados em garantia inclui:

Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal, no âmbito do Crédito intra diário, no montante de 28 449 milhares de euros;

Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), no âmbito do sistema de indemnização aos investidores, no montante de 26 milhares de euros;

Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos, no montante de 3771 milhares de euros.

## 30 — Margem financeira:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Juros e rendimentos similares:		
Juros de disponibilidades .....	4 731	3 802
Juros de aplicações em instituições de crédito .....	22 057	14 235
Juros de crédito a clientes .....	270 107	222 731
Juros de crédito vencido .....	3 184	3 538
Juros de outros activos financeiros .....	17 395	28 359
Comissões recebidas ao custo amortizado .....	12 151	12 918
	<u>329 625</u>	<u>285 583</u>

Juros e encargos similares:

Juros de recursos:

De bancos centrais .....	746	17
De outras instituições de crédito .....	31 753	22 781
Depósitos de clientes .....	114 922	92 413
Outros recursos de clientes .....	58	51

Juros de responsabilidades representadas por títulos .....

Juros de passivos financeiros .....	3 765	1 937
Juros de derivados .....	3 669	2 946
Juros de passivos subordinados .....	—	3
Juros de passivos subordinados .....	10 466	6 533
Outros juros e encargos .....	4 373	440
Comissões pagas ao custo amortizado .....	2 859	2 164
	<u>172 611</u>	<u>129 285</u>
	<u>157 014</u>	<u>156 298</u>

## 31 — Rendimentos de instrumentos de capital:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Activos financeiros disponíveis para venda .....	629	428
Outros instrumentos de capital .....	96	120
	<u>725</u>	<u>548</u>

## 32 — Resultados de serviços e comissões:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Serviços e comissões recebidas:		
Por garantias prestadas .....	6 287	6 228
Por compromissos assumidos perante terceiros .....	191	160
Por operações sobre instrumentos financeiros .....	—	—
Por serviços prestados .....	35 322	37 156
Por operações realizadas por conta de terceiros .....	9 536	8 797
Outras comissões recebidas .....	21 831	10 457
	<u>73 167</u>	<u>62 798</u>
Serviços e comissões pagas:		
Por garantias recebidas .....	31	15
Por compromissos assumidos por terceiros .....	—	—
Por operações sobre instrumentos financeiros .....	—	—
Por serviços bancários prestados por terceiros .....	22 126	18 441
Por operações realizadas por terceiros .....	1 079	1 355
Outras comissões pagas .....	9 381	11 004
	<u>32 617</u>	<u>30 815</u>
	<u>40 550</u>	<u>31 983</u>

## 33 — Resultados em operações financeiras:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
Ganhos e perdas em operações ao justo valor:		
Ganhos e perdas em activos financeiros detidos para negociação .....	21 222	14 757
Ganhos e perdas em outros activos financeiros .....	2 204	2 625
Ganhos e perdas em activos com acordo de recompra .....	—	—
Ganhos e perdas em derivados de cobertura .....	(251)	(297)
Ganhos e perdas em passivos financeiros	—	—
Valores objecto de operações de cobertura .....	(126)	—
	<u>23 049</u>	<u>17 085</u>
Ganhos e perdas em activos disponíveis para venda:		
Instrumentos de dívida .....	499	1 671
Instrumentos de capital .....	(2)	482
Outros títulos .....	2 468	(15)
Créditos e outros valores a receber .....	—	—
	<u>2 965</u>	<u>2 138</u>
Resultados de reavaliação cambial:		
Ganhos em diferenças cambiais .....	15 732	17 671
Perdas em diferenças cambiais .....	(12 875)	(15 938)
	<u>2 857</u>	<u>1 733</u>

(Em milhares de euros)		
	2006	2005 Pró-forma
Resultados de alienação de outros activos:		
Ganhos e perdas na alienação de crédito a clientes .....	2 328	644
Ganhos e perdas em investimentos detidos até à maturidade .....	—	—
Outros ganhos e perdas em operações financeiras .....	—	—
Ganhos e perdas em investimentos em filiais .....	15 840	1 450
	<u>18 168</u>	<u>2 094</u>
	<u>47 039</u>	<u>23 050</u>
34 — Resultado líquido de resseguro:		
Esta rubrica tem a seguinte composição:		
	2006	2005 Pró-forma
Prémios líquidos de resseguro .....	117 530	117 285
Custos com sinistros líquidos de resseguro .....	(83 959)	(87 861)
Variações das provisões técnicas líquidas de resseguro .....	(6 118)	(4 003)
	<u>27 453</u>	<u>25 421</u>
35 — Outros resultados de exploração:		
Esta rubrica tem a seguinte composição:		
	2006	2005 Pró-forma
Rendimentos e receitas operacionais:		
Ganhos em derivados de cobertura .....	16 647	27 979
Rendas .....	3 008	3 943
Ganhos em activos não financeiros .....	9 261	1 614
Outros ganhos e rendimentos operacionais .....	399 059	270 559
	<u>427 975</u>	<u>304 095</u>
Encargos e gastos operacionais:		
Perdas em derivados de cobertura .....	3 310	9 666
Rendas .....	9	—
Quotizações e donativos .....	380	356
Contribuições para o FGD .....	711	599
Perdas em activos não financeiros .....	992	1 348
Outros encargos e gastos operacionais .....	223 306	159 579
	<u>228 708</u>	<u>171 548</u>
Outros impostos:		
Impostos indirectos .....	5 303	4 392
Impostos directos .....	849	328
	<u>6 152</u>	<u>4 720</u>
	<u>193 115</u>	<u>127 827</u>
36 — Custos com pessoal:		
Esta rubrica tem a seguinte composição:		
	2006	2005 Pró-forma
Remunerações dos órgãos de gestão e de fiscalização .....	7 864	7 289

	2006	2005 Pró-forma
Remuneração de empregados .....	111 848	91 316
Encargos sociais obrigatórios .....	30 044	25 753
Outros custos com pessoal .....	7 338	11 139
	<u>157 094</u>	<u>135 497</u>
37 — Gastos gerais administrativos:		
Esta rubrica tem a seguinte composição:		
	2006	2005 Pró-forma
Água, energia e combustíveis .....	8 086	5 738
Material de consumo corrente .....	1 912	1 448
Publicações .....	243	214
Material de higiene e limpeza .....	1 738	2 315
Outros fornecimentos de terceiros .....	2 726	1 140
Rendas e alugueres .....	21 907	20 117
Comunicações .....	16 827	11 511
Deslocações, estadas e representação .....	7 496	5 751
Publicidade e edição de publicações .....	12 102	9 256
Conservação e reparação .....	5 425	4 295
Transportes .....	4 377	4 131
Formação de pessoal .....	309	129
Seguros .....	2 344	2 162
Serviços especializados e outros serviços de terceiros .....	59 549	51 113
	<u>145 041</u>	<u>119 320</u>
38 — Provisões:		
Esta rubrica tem a seguinte composição:		
	2006	2005 Pró-forma
Provisões para contingências fiscais:		
Dotações .....	178	236
Reversões .....	—	—
	<u>178</u>	<u>236</u>
Provisões para encargos com benefícios aos empregados:		
Dotações .....	11	11
Reversões .....	—	—
	<u>11</u>	<u>11</u>
Provisões para garantias e compromissos assumidos:		
Dotações .....	—	—
Reversões .....	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>
Outras provisões:		
Dotações .....	7 122	10 041
Reversões .....	(874)	(5 062)
	<u>6 248</u>	<u>4 979</u>
	<u>6 437</u>	<u>5 226</u>

## 39 — Imparidade do crédito:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	(Em milhares de euros)	
	2006	2005 Pró-forma
Crédito a clientes:		
Dotações .....	55 377	47 444
Reversões .....	(22 752)	(18 768)
	<u>32 625</u>	<u>28 676</u>

## 40 — Imparidade de outros activos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
	Outros activos financeiros:	
Dotações .....	241	235
Reversões .....	(1 189)	(545)
	<u>(948)</u>	<u>(310)</u>
Outros activos:		
Dotações .....	2 074	905
Reversões .....	(1 614)	(1 697)
	<u>460</u>	<u>(792)</u>
	<u>(488)</u>	<u>(1 102)</u>

## 41 — Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (MEP)

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Denominação	2006	2005
Avipronto .....	557	681
AVS — Corretores de Seguros .....	(9)	(9)
BPN Créditos Brasil .....	—	(251)
BPN Participações Financeiras .....	32	—
BPN, S. A. ....	1 458	707
Real Vida Seguros .....	—	8
BPN SGPS .....	(2)	—
Centro de Imagiologia Médica .....	—	(4)
Coimbra Car .....	—	(8)
Datacomp — Sistemas Informáticos .....	—	—
Dywidag .....	6	(77)
Banco Efisa .....	4 208	2 909
Emmedi .....	32	7
FIQ — Fundo Investimento Qualificado — Banco EFISA .....	(394)	1 151
Grupo Português de Saúde SGPS .....	(1 415)	(1 369)
I2S .....	—	—
I2S NET .....	—	—
BPN Crédito IFIC .....	(1)	55
BPN Imoglobal .....	(74)	2 261
Imo real .....	2 605	3 368
IMRM .....	—	(63)
Limpeque .....	—	—
Hospital Britânico (LUKH) .....	(349)	(256)
Marina Part, SGPS .....	11	(200)
Marina da Barra, S. A. ....	—	—
Motorconta, L.ª .....	—	—
Motorgest, S. A., SGPS .....	—	—
Motorsintra, S. A. ....	(10)	—
Partinvest, SGPS .....	(160)	(160)
Partinvest Imobiliária .....	(84)	(6)
Pléiade .....	(306)	(294)
Primelab .....	(6)	—
Sociedade Agr. Comerc. Varosa .....	450	783
Seac Banche .....	—	—

Denominação	2006	2005
SIRESP .....	(800)	—
SLN Multiauto, SGPS, S. A. ....	(469)	(264)
SLN Investimentos .....	(151)	(151)
SLN Novas Tecnologias .....	(480)	(694)
Soc. Lusa de Negócios SGPS, S. A. ....	1 850	1 771
SMN — Serviços Médicos Nocturnos, S. A. (UNIMED) .....	(68)	(6)
Socenta .....	105	(53)
Turiscaramulo-Emp. Turisc. ....	—	(2)
Vantec .....	34	(85)
	<u>6 570</u>	<u>9 749</u>

## 42 — Impostos:

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2006	2005 Pró-forma
	Imposto corrente:	
Do exercício .....	30 751	17 973
Correcção de exercícios anteriores .....	18	—
	<u>30 769</u>	<u>17 973</u>
Imposto diferido:		
Diferenças temporárias .....	(6 192)	(1 782)
Alteração da taxa de imposto .....	—	—
Por prejuízos fiscais reportáveis .....	(1 569)	(965)
	<u>(7 761)</u>	<u>(2 747)</u>
	<u>23 008</u>	<u>15 226</u>

## 43 — Resultado consolidado:

Nos exercícios de 2006 e 2005, o resultado consolidado da SLN foi determinado da seguinte forma:

	2006	2005 Pró-forma
	SLN, SGPS .....	36 722
Grupo BPN, SGPS .....	147 407	136 255
SLN Investimentos, SGPS .....	(1 331)	499
GPSaúde, SGPS .....	(6 254)	(3 523)
Partinvest, SGPS .....	1 421	(589)
Pléiade, SGPS .....	475	711
SLN Multiauto, SGPS .....	6 096	182
SLN Novas Tecnologias, SGPS .....	1 554	589
Partinvest Imobiliária, SGPS .....	(2 147)	(995)
SLN Cabo Verde .....	623	—
Anulação de dividendos .....	(116 653)	(134 910)
Outros .....	(810)	(1 076)
	<u>67 103</u>	<u>37 893</u>
Aplicação das IFRS/IAS:		
IFRS 3 — Concentração de actividades empresariais .....	615	279
IAS 12 — Impostos diferidos .....	449	2 605
IAS 39 — Taxa efectiva .....	—	(390)
IAS 19 — Benefícios a empregados .....	344	(4 402)
IAS 27 — Consolidação de SPE .....	—	38
IAS 28 — Investimentos em associadas .....	(77)	—
IAS 37 — Provisões .....	24	—
IAS 38 — Activos intangíveis .....	(50)	686
IAS 39 — Outros instrum. financeiros .....	—	(7)
IAS 39 — Imparidade de crédito .....	2 370	—
Aplicação das IAS — Custos diferidos ...	(1 963)	(2 951)
Ajustamentos de consolidação .....	6 779	10 308
	<u>75 594</u>	<u>44 059</u>

44 — Justo valor:

Em 31 de Dezembro de 2006, o justo valor dos instrumentos financeiros apresentava o seguinte detalhe:

(Em milhares de euros)

	2006			2005 (pró-forma)		
	Valor de balanço	Ao justo valor	Diferença	Valor de balanço	Ao justo valor	Diferença
<b>Activo:</b>						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais ....	352 405	352 405	—	305 884	305 884	—
Disponibilidades em outras instit. de crédito ...	540 571	540 571	—	206 618	206 618	—
Activos financeiros detidos para negociação ...	146 064	146 064	—	75 853	75 853	—
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados .....	331 661	331 661	—	303 396	303 396	—
Activos financeiros disponíveis para venda ....	318 041	318 041	—	124 487	124 487	—
Aplicações em instituições de crédito .....	228 556	228 556	—	71 537	71 537	—
Crédito a clientes .....	4 650 898	4 650 898	—	4 180 834	4 180 834	—
Derivados de cobertura .....	79	79	—	93	93	—
Investimentos em associadas .....	191 752	192 550	(798)	187 328	183 583	3 745
	<u>6 760 027</u>	<u>6 760 825</u>	<u>(798)</u>	<u>5 456 030</u>	<u>5 452 285</u>	<u>3 745</u>
<b>Passivo:</b>						
Recursos de bancos centrais .....	77	77	—	—	—	—
Passivos financeiros detidos para negociação	27 768	27 768	—	15 878	15 878	—
Recursos de outras instituições de crédito .....	646 651	646 651	—	593 481	593 481	—
Recursos de clientes e outros empréstimos ....	4 039 825	4 039 825	—	3 912 688	3 912 688	—
Responsabilidades representadas por títulos ...	266 202	266 202	—	54 889	54 889	—
Passivos financeiros associados a activos transferidos .....	565 279	565 279	—	—	—	—
Derivados de cobertura .....	614	614	—	505	505	—
Outros passivos subordinados .....	250 306	250 306	—	200 367	200 367	—
	<u>5 796 722</u>	<u>5 796 722</u>	<u>—</u>	<u>4 777 808</u>	<u>4 777 808</u>	<u>—</u>

45 — Passivos contingentes:

Não são conhecidos passivos contingentes à data de 31 de Dezembro de 2006.

46 — Acontecimentos após a data do balanço:

Até à presente da data não existem acontecimentos subsequentes relevantes que possam afectar a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras consolidadas em referência à data de 31 de Dezembro de 2006.

O Conselho de Administração: *José de Oliveira Costa*, presidente — *Luís Carlos Oliveira Caprichoso*, vogal — *Francisco Gonçalves Sanches*, vogal — *Joaquim Manuel Nunes*, vogal — *José António Mendes Ribeiro*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Luís Miguel Reis de Almeida*.

### Certificação legal das contas consolidadas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas de SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um total de 7 693 917 milhares de euros e um total de capital próprio de 626 712 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 75 594 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração de alterações no capital próprio consolidado e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas explicativas.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade da administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 — O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações e fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformi-

dade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

8 — *Ênfase*. — Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a seguinte situação:

i) Conforme referido na nota n.º 2.2 das notas explicativas, em 2006 o Grupo adoptou pela primeira vez as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia na preparação das suas demonstrações financeiras, tendo para este efeito seguido os requisitos previstos na IFRS 1 — Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, pelo que esta adopção se reportou a 1 de Janeiro de 2005. Consequentemente, para efeitos de comparabilidade, a informação financeira apresentada referente àquela data e ao exercício de 2005, anteriormente preparada em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, foi reexpressa para as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, conforme explicitado na nota n.º 4 das notas explicativas.

Lisboa, 10 de Abril de 2007. — J. Monteiro & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.<sup>da</sup>, representada por *José Manuel Carlos Monteiro*, revisor oficial de contas.

### Relatório e parecer do fiscal único (contas consolidadas)

*Srs. Accionistas:*

No cumprimento do disposto nos estatutos da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., e na legislação vigente, vem o fiscal único apresentar o seu relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida no Grupo SLN e emitir o seu parecer sobre o relatório de gestão, o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração de alterações no capital próprio consolidado, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as correspondentes notas explicativas, referentes ao exercício de 2006, que lhe foram apresentados para apreciação pelo conselho de administração.

1 — *Actuação do fiscal único*. — No âmbito das atribuições que nos estão cometidas, desenvolvemos a nossa actuação, nomeadamente através de reuniões e de contactos regulares com os administradores do Grupo, tendo solicitado e obtido as informações e esclarecimentos considerados necessários, examinámos as demonstrações financeiras e respectiva documentação contabilística, apreciamos as actas do conselho de administração e outros documentos que julgámos apropriados nas circunstâncias.

Verificámos que o perímetro de consolidação e ou as exclusões foram definidas pela SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., como empresa consolidante, de harmonia com o estabelecido nas Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, e que nos seus aspectos essenciais foram apropriadamente aplicadas as normas de consolidação de contas.

Relativamente às empresas integradas no perímetro de consolidação examinámos, igualmente, as demonstrações financeiras das principais empresas e apreciamos os respectivos relatórios e pareceres emitidos pelos seus órgãos de fiscalização no caso de não termos procedido à emissão da respectiva certificação legal das contas, em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhe são aplicáveis.

2 — *Relatório consolidado de gestão*. — O relatório de gestão, da responsabilidade do conselho de administração, aborda de forma desenvolvida os factos mais relevantes ocorridos na vida do Grupo, ao longo de 2006, bem como as perspectivas para 2007, com relevância para a compreensão da situação actual do Grupo SLN e satisfaz os requisitos exigidos pelo Código das Sociedades Comerciais.

3 — *Documentos de prestação de contas*. — O balanço consolidado, a demonstração consolidada de resultados por natureza, a demonstração de alterações no capital próprio consolidado, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as correspondentes notas explicativas, foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, obedecendo aos preceitos legais e estatutários e exprimem de foram

verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo SLN, em 31 de Dezembro de 2006, bem como o resultado consolidado das suas operações do exercício findo nesta data.

Os critérios valorimétricos adoptados e detalhadamente divulgados nas Notas explicativas, merecem a nossa concordância e foram alterados face ao exercício anterior, dado que a informação financeira relativa ao exercício de 2006 foi preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

4 — *Geral*. — Realçando o apoio dispensado pelos colaboradores do Grupo SLN, bem como a colaboração e disponibilidade manifestada pelos seus conselhos de administração, aos quais deixo o meu público reconhecimento, emito o seguinte:

5 — *Parecer*. — Face ao exposto, o fiscal único é de parecer que a assembleia geral aprove o relatório de gestão, o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração de alterações no capital próprio consolidado, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as correspondentes notas explicativas, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, apresentados pelo conselho de administração da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A.

Lisboa, 10 de Abril de 2007. — O Fiscal Único: J. Monteiro & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, L.<sup>da</sup>, representada por *José Manuel Carlos Monteiro*, revisor oficial de contas.

### Relatório de auditoria

1 — *Introdução e responsabilidades*. — Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2006 (que evidencia um activo líquido de 7 693 917 milhares de euros e um capital próprio de 626 712 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 75 594 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração de alterações no capital próprio consolidado, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as correspondentes notas às demonstrações financeiras consolidadas, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras consolidadas.

2 — *Âmbito*. — O nosso exame foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objectivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação da adequabilidade das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação da adequabilidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Não examinámos as demonstrações

financeiras em 31 de Dezembro de 2006 de um conjunto de empresas, incluídas nas presentes demonstrações financeiras consolidadas, que representam cerca de 18% do activo líquido consolidado e cerca de 22% do resultado líquido consolidado, que foram examinadas por outros revisores oficiais de contas, em cujas certificações legais das contas baseámos a nossa opinião.

Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

3 — *Opinião.* — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da SLN — Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em

conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

4 — *Ênfase.* — Sem afectar a opinião expressa no ponto anterior, chamamos a atenção para que no exercício de 2006, conforme referido na nota n.º 2, as referidas demonstrações financeiras foram preparadas pela primeira vez de acordo com as IFRS tal como adoptadas na União Europeia. Sendo a data desta transição reportada a 1 de Janeiro de 2005, a informação financeira comparativa referente ao exercício de 2005 foi reexpressa em conformidade nas presentes demonstrações financeiras.

Lisboa, 10 de Abril de 2007. — Os Auditores: BDO, bdc & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Pedro Aleixo Dias*, revisor oficial de contas. 2611040816

---

*II SÉRIE*



# DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

*Diário da República Electrónico:*

Endereço Internet: <http://dre.pt>

*Contactos:*

Correio electrónico: [dre@incm.pt](mailto:dre@incm.pt)

Linha azul: 808 200 110

Fax: 21 394 5750

---